



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PAULA BERNADETE MONTANARI

**DOIS DEDOS DE PROSA: O ENSINO SOBRE PRIMEIRA REPÚBLICA
POR MEIO DAS CRÔNICAS DE JULIA LOPES DE ALMEIDA NO
JORNAL *O PAIZ* (1908-1912).**

CAMPINAS

2024

PAULA BERNADETE MONTANARI

**DOIS DEDOS DE PROSA: O ENSINO SOBRE PRIMEIRA REPÚBLICA POR MEIO
DAS CRÔNICAS DE JULIA LOPES DE ALMEIDA NO JORNAL *O PAIZ* (1908-
1912).**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Estadual de
Campinas como parte dos requisitos exigidos para a
obtenção do título de Mestra em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Camargo de Godoi

ESSE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA PAULA
BERNADETE MONTANARI E ORIENTADA PELO
PROFESSOR DOUTOR RODRIGO CAMARGO DE
GODOI.

CAMPINAS

2024



UNICAMP

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Neiva Gonçalves de Oliveira - CRB 8/6792

Montanari, Paula Bernadete, 1990-
M762d Dois dedos de prosa : o ensino sobre Primeira República por meio das crônicas de Júlia Lopes de Almeida no jornal O Paiz (1908-1912) / Paula Bernadete Montanari. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Rodrigo Camargo de Godoi.
Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Almeida, Júlia Lopes de, 1862-1934. 2. O País (Jornal : RJ). 3. História - Estudo e ensino. 4. Jornais brasileiros - História. 5. Brasil - História - República Velha, 1889-1930. I. Godoi, Rodrigo Camargo de, 1980-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Dois dedos de prosa : teaching about the Brazilian First Republic through the chronicles of Júlia Lopes de Almeida in the newspaper O Paiz (1908-1912)

Palavras-chave em inglês:

History - Study and teaching

Brazilian newspapers - History

Brazil - History - 1889-1930

Área de concentração: Ensino de História

Titulação: Mestra em Ensino de História

Banca examinadora:

Rodrigo Camargo de Godoi [Orientador]

Josianne França Cerasoli

André Carlos Furtado

Data de defesa: 03-05-2024

Programa de Pós-Graduação: Ensino de História

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0009-0005-3300-4053>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/2557833952904389>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado Profissional, composta pelos (as) Professores (as) Doutores (as) a seguir descritos, em sessão pública realizada em 03/05/2024, considerou a candidata Paula Bernadete Montanari aprovada.

Prof. Dr. Rodrigo Camargo de Godoi

Profa. Dra. Josianne França Cerasoli

Prof. Dr. André Carlos Furtado

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Dedico esse trabalho aos meus sobrinhos Arthur e Agnes.
Que a Educação e a Literatura sejam o lugar ambíguo do conforto, para que possam recorrer a ambos em momentos de dificuldade, e do desconforto, pois é ele que nos move no mundo.

Agradecimentos

Primeiramente, devo agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. Rodrigo Camargo de Godoi, que não só me ajudou durante todo esse percurso, mas que também esteve disponível para compartilhar ideias diversas, sempre instigantes para o trabalho acadêmico, mas também para o âmbito pessoal.

Também gostaria de agradecer a todos os docentes do programa de Mestrado Profissional em Ensino de História. Em especial às Profas. Dras. Cristina Meneguello, a qual me deu à luz necessária para encontrar a autora a ser trabalhada no recorte proposto; Aline Vieira de Carvalho, sempre disposta a auxiliar, ler e debater os trabalhos dos alunos do programa de Mestrado Profissional em Ensino de História; Raquel Gryszczenko Alves Gomes, que gentilmente fez a leitura crítica dos primeiros capítulos desse trabalho; e Josianne Frância Cerasoli, que “bagunçou bastante as peças do quebra-cabeças teórico” durante suas aulas.

Devo agradecimentos aos membros do Núcleo de Estudos da Edição, Literatura e Imprensa (NEELIM), da Universidade Estadual de Campinas, por gentilmente lerem e debaterem esse trabalho, além de proporcionarem sempre visões ricas sobre o recorte e as fontes escolhidas para a pesquisa.

Agradeço aos meus pais, Luiz e Cacilda, por serem a rede de apoio sem a qual jamais conseguiria me dedicar ao trabalho acadêmico, sempre me incentivando a seguir meus sonhos; ao meu irmão, Fábio, que sempre insistia para que eu continuasse produzindo ciência; às minhas queridas amigas, Nádia e Marina, que acreditaram no meu potencial antes mesmo que eu acreditasse nele.

Aos colegas da turma do ano de 2020 do ProfHistória Unicamp, os quais me ajudaram a passar pelos primeiros anos pandêmicos com agradáveis debates matutinos e vespertinos, deixo também meus agradecimentos. Admiro-os muito!

Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer aos funcionários do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, sempre solícitos a tirar todas as dúvidas dos estudantes e dar suporte em seus processos acadêmicos.

"A História recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os fatos passados, em função das suas necessidades atuais. É em função da vida que ela interroga a morte. Organizar o passado em função do presente: assim se poderia definir a função social da História."

Lucien Febvre

RESUMO:

A pesquisa tem por objetivo coletar, transcrever e analisar os textos que compõem a série de crônicas “Dois dedos de prosa” publicados pela escritora Júlia Lopes de Almeida entre 1908 e 1912, no jornal *O Paiz*. No âmbito da proposta do Mestrado Profissional em Ensino de História, o objetivo da investigação é propor uma sequência didática para o nono ano do Ensino Fundamental que apresente alternativas aos estudos sobre Primeira República. Portanto, além das especificidades em torno da escrita feminina no início do século XX, a pesquisa analisará aspectos da sociedade e da cultura do período conforme enfocados nos textos, além de debater sobre periódicos impressos e o uso dessas mídias e de textos literários em sala de aula. A sequência didática, que constitui na criação de uma página da rede social *Instagram* com o perfil fictício de Julia Lopes de Almeida, foi aplicada em sala de aula pela pesquisadora responsável e teve a participação de uma amostragem de alunos entre treze e quatorze anos, matriculados no nono ano do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Almeida, Júlia Lopes de, 1862-1934; O País (Jornal: RJ); História - Estudo e ensino; Jornais brasileiros - História; Brasil - História – República Velha, 1889-1930.

ABSTRACT:

The research aims to collect, transcribe and analyze the texts that make up the series of chronicles "*Dois dedos de prosa*" published by the writer Júlia Lopes de Almeida between 1908 and 1912, in the newspaper *O Paiz*. Within the scope of the Professional Master's in History Teaching proposal, the objective of the investigation is to propose a didactic sequence for the ninth year of Elementary School that presents alternatives to studies on the First Republic. Therefore, in addition to the specificities surrounding female writing in the early twentieth century, the research analyzed aspects of society and culture of the period as focused on in the texts, in addition to discussing printed periodicals and the use of these media and literary texts in the classroom. The didactic sequence, which constitutes the creation of a page on the social network Instagram with the fictitious profile of Julia Lopes de Almeida, was applied in the classroom by the researcher in charge and had the participation of a sample of students aged between thirteen and fourteen, enrolled in the ninth grade of elementary school.

Keywords: Almeida, Júlia Lopes de, 1862-1934; History - Study and teaching; Brazilian newspapers - History; Brazil - History - 1889-1930.

Sumário

Introdução	12
 Capítulo 1: Julia Lopes de Almeida e a Primeira República	16
1.1. Quem foi Julia Lopes de Almeida?	16
1.2. Avançar e recuar: nuances em Julia Lopes de Almeida	22
1.3. Dois dedos de prosa no jornal <i>O Paiz</i> : A inserção da mulher na imprensa e o diálogo proposto pelas crônicas almeidianas.....	28
 Capítulo 2: A imprensa e o Ensino de História: possibilidades em sala de aula.....	43
2.1. Considerações sobre o uso dos jornais como fontes históricas	43
2.2. “ <i>O Paiz</i> ” em foco.....	48
2.3. Reflexões sobre o trabalho com fontes impressas em sala de aula	60
 Capítulo 3: Julia nas redes: uma influenciadora do século XX no século XXI.....	68
3.1. Apresentação De sequência didática	68
3.1.1. Base Nacional Curricular Comum e formação de docentes de História	68
3.1.2. Qual o objetivo do Ensino de História?	71
3.1.3. Proposta da sequência didática	74
3.2. Análise das crônicas de Julia Lopes de Almeida.....	80
3.2.1. Crônica da edição de número 8874, de 19 de janeiro de 1909, da temática “Crítica Social”	82
3.2.2. Crônica da edição de número 9076, de 10 de agosto de 1909, da temática “Mulheres”	84
3.2.3. Crônica da edição de número 9341, de 03 de maio de 1910, da temática “Urbanização”	86

3.2.4. Crônica da edição de número 9439, de 09 de agosto de 1910, da temática “Saúde Pública”	88
3.2.5. Crônica da edição de número 9600, de 17 de janeiro de 1911, da temática “Costumes”	90
3.3. Aplicação da sequência em sala de aula: análise de dados	93
3.3. 1. Aula 1: Apresentação da autora Julia Lopes de Almeida aos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental.....	93
3.3.2. Aula 2: Divisão das crônicas e tarefas a serem realizadas pelos grupos.....	94
3.3.3. Aula 3: Discussão da crônica da edição de número 8874 – Categoria: “Crítica Social”	96
3.3.4. Aula 4: Discussão da crônica da edição de número 9076 – Categoria: “Mulheres”	101
3.3.5. Aula 5: Discussão da crônica da edição de número 9341 – Categoria: “Urbanização”	102
3.3.6. Aula 6: Discussão da crônica da edição de número 9439 – Categoria: “Saúde Pública”	104
3.3.7. Aula 7: Discussão da crônica da edição de número 9600 – Categoria: “Costumes”	107
3.3.8. Aula 8: Encerramento da sequência didática e devolutiva dos alunos participantes	109
Considerações finais.....	112
Referências Bibliográficas	116
Anexos	125

Introdução:

Jeanne Marie Gagnebin (2009) diz que encarar apenas o caráter retrospectivo da memória faz com que o historiador corra o risco de cair em um relativismo, uma vez que, por vezes, a memória é subjetiva. A partir disso, a autora nos apresenta o conceito de memória como “rastros”, no qual o historiador deve compreender os limites de sua pesquisa, lutando contra o esquecimento, mas não se atendo a uma verdade dogmática, afinal a pesquisa histórica, como qualquer pesquisa científica, não se esgota. Gagnebin aponta que esse conceito de “rastros” acaba se transpondo à própria escrita da História.¹

Dessa forma, a historiadora precisa caminhar pela neblina das memórias da sociedade, sejam elas coletivas ou individuais, procurando os resquícios deixados por elas de forma a tentar compreender quais são os mecanismos que fazem com que a sociedade se comporte de determinada maneira nas diversas esferas que a constitui. Escrever História pode, então, reabrir feridas mal curadas pelos corpos sociais. Gagnebin fala que os bons sentimentos nem sempre são o suficiente para reparar o passado, assim como as más experiências e os traumas individuais precisam ser acessados para que se inicie o processo de cura social, assim como se faz o processo de cura individual dentro do território da psicanálise.

E “deitar a História no divã”² por vezes parece também uma escolha romantizada, de processo catártico e bonito, que leva a historiadora ao conhecimento da própria sociedade na qual ele também está inserido como sujeito histórico. Mas, a verdade é que o processo pode ser frustrante e parte, muitas vezes, de uma necessidade. Essa necessidade está conectada com aquilo que Michel De Certeau (1982) chama de “lugar social”: o conjunto de métodos, perguntas e objetos que move o historiador em direção a sua pesquisa³. O lugar social acabaria impulsionando o historiador até um lugar científico, onde ele produziria o conhecimento.

Compreender o lugar social é escapar da inconsciência que muitos pesquisadores entram, fazendo com que o discurso, parte daquilo que compõe o fazer a História, assumam a “cor da parede” (*Idem*: 1982, p.75) e permita que deixemos de considerar o “não-dito” (*Idem*, p. 97), aquilo que está por trás das motivações para a pesquisa. Contudo, entender esse lugar não é o suficiente para produzir História, porém, negar o lugar é proibir de falar do meio que o

¹ GAGNEBIN, Jeanne Marie, *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009, p. 107-118.

² A escolha do termo foi inspirada por uma atividade proposta na disciplina de Teoria da História, presente no programa de pós-graduação do ProfHistória da Universidade Estadual de Campinas, ministrada pela Profa. Dra. Josianne Francia Cerasoli.

³ CERTEAU, Michel. *Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-77.

próprio historiador está inserido e, portanto, é negar também a historicidade do seu próprio discurso. Por conseguinte, de qual “lugar social” vem essa pesquisa?

O período aqui abordado geralmente aparece nos livros didáticos atrelados aos vieses políticos, tais como a política do café-com-leite de alternância presidencial, e econômico, com as riquezas provenientes do comércio do café que possibilitaram o investimento em industrialização do país, ou mesmo conectados com as relações que o Brasil manteve com outros países no contexto da Primeira Guerra Mundial. Pouco, ou quase nenhum, tempo sobra para debater com os alunos o sustentáculo formado pelas ideias que circulavam no país, sobretudo no Rio de Janeiro, a Capital Federal. Essa lacuna, ou espaço mal preenchido do currículo, abriu os precedentes para que surgisse a necessidade de abordar de forma mais profunda e didática essa proposta em sala de aula.

Mas, por que utilizar uma escritora para essa tarefa? A Primeira República foi palco de grande produção literária e jornalística. Nos jornais, desde meados do século XIX, a crônica, gênero textual que será utilizado como fonte da pesquisa, se consolidou como parte da importante cultura impressa. Contudo, é comum que se veja trabalhos sobre a Primeira República focados na literatura produzida por homens. Obviamente a relevância deles não se diminui por isso, contudo a pesquisadora assumiu a preferência por uma mulher. Assim chegou-se ao nome de Julia Lopes de Almeida.

A escolha de Julia Lopes de Almeida como escritora se dá pelo processo que a colocou novamente em relevância desde a década de 1980. Por vezes, esse resgate das obras da autora parece vir de um senso de justiça social por conta do longo período de esquecimento imposto a ela pelo movimento modernista, cujo marco foi a Semana de Arte Moderna de 1922. Almeida vem de uma geração de escritores que por vezes são intitulados de pré-modernistas, os quais tinham uma escrita influenciada em grande parte pelo modelo europeu, valores os quais os modernistas negavam veementemente.

Estudar a relevância de Julia Lopes de Almeida e a presença de mulheres nas redações dos grandes periódicos que surgiam em fins do século XIX, atrelado à possibilidade de empregar fontes históricas no trabalho docente é uma das propostas dessa pesquisa. Como também o é promover oficinas de estudos que aproximem a pesquisa do ensino de História, promovendo a possibilidade dos alunos se questionarem e exercerem sua “empatia histórica⁴” para com o período estudado.

⁴ O termo “empatia histórica” é utilizado por Peter Lee (2003) e será explicado ao longo do trabalho.

Por isso, as crônicas serão empregadas como documentos para o ensino de Primeira República na Educação Básica. Por meio desses textos e das mídias sociais, parte do universo da maioria dos estudantes, têm-se por um dos objetivos criar um perfil na rede social *Instagram*, no qual os alunos e alunas irão transformar essas crônicas em conteúdo digital. Para tanto, foram selecionados alguns textos da série “Dois Dedos de Prosa” (1912-1918), de Julia Lopes de Almeida, publicadas em *O Paiz*, jornal que circulava desde o final do século XIX até meados da década de 1920.

Sendo assim, se faz necessário compreender melhor quem foi a escritora e debater as especificidades em torno da escrita feminina do início do século XX. Isso só foi possível ao selecionar, coletar, transcrever e analisar as crônicas que compõem a série “Dois dedos de prosa”, publicadas por Julia Lopes de Almeida no periódico *O Paiz*, de forma a pensar os aspectos da sociedade e da cultura da Primeira República (1889-1930) conforme enfocados nesses textos jornalísticos.

Um dos focos dessa análise é entender as possibilidades do estudo da imprensa, compreendendo como a “cadeia de comunicação”⁵ de *O Paiz* dialogou com a sociedade entre 1908 e 1912 e, assim, produzir uma sequência didática sobre Primeira República para os alunos do nono ano do Ensino Fundamental. Pretende-se, então, buscar alternativa ao ensino sobre esse período, o qual é geralmente tematizado, nos currículos das escolas do Estado de São Paulo, dando-se demasiada ênfase na política e na economia.

A escolha metodológica para a sequência didática vem da abordagem da “aula histórica”, desenvolvida inicialmente por Jorn Rüsen⁶, na Alemanha, Peter Lee⁷, na Inglaterra, e Maria Auxiliadora Schmidt⁸, no Brasil. Esse conceito propõe trazer elementos do fazer histórico para a sala de aula, utilizando a perspectiva de interpretação das fontes históricas do próprio aluno, além de levar em conta a bagagem cultural dos estudantes e do professor, para se que construa a interpretação histórica de forma coletiva na sala de aula, sem abandonar o científico, o qual ficará a cargo do docente.

Por fim, é importante salientar que o saber docente nunca caminha separadamente daquele que o detém. Apesar de sua formação acadêmica e dos conhecimentos adquiridos com o rigor das pesquisas científicas, ser professor também é debruçar, produzir e transformar

⁵ O uso do termo “cadeia de comunicação” é usado por Robert Darnton, no texto “A questão dos livros”, de 2010.

⁶ RÜSEN, Jorn. Tarefa e função de uma teoria da história. In: *Razão Histórica: Teoria da História: Os fundamentos da ciência história*. Brasília: UNB, 2010.

⁷ LEE, Peter. Em direção ao conceito de literacia histórica. In: *Educar*. Curitiba, Especial, 2006, p. 131-150.

⁸ Schmidt, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. *Didática Reconstrutivista da História*. Curitiba: CRV, 2020.

saberes que lhes são próprios⁹. E essa noção permeia desde a escolha da temática desse trabalho, até a abordagem didática que o compõe, os quais vem do lugar social ocupado pela pesquisadora: professora, brasileira, leitora e mulher.

⁹ TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. In: *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: ANPED. N. 13, jan-abril. 2000, p. 5-24.

Capítulo 1

Julia Lopes de Almeida e a Primeira República

1.1. Quem foi Julia Lopes de Almeida?

Júlia Lopes de Almeida¹⁰ nasceu em meio às classes privilegiadas do Rio de Janeiro em 1862. Foi a penúltima dos sete filhos do casal de imigrantes portugueses Valentim José da Silveira Lopes (1830-1915) e Antônia Adelina Pereira (1830-1895). Seu pai, médico e educador, atuou no hospital da Beneficência Portuguesa no Rio de Janeiro e foi um dos fundadores do hospital homônimo de Campinas, no interior de São Paulo, além de ter sido um dos proprietários do Colégio de Humanidades do Rio de Janeiro. Já sua mãe, era formada em canto, piano e composição pelo Conservatório de Lisboa.

O envolvimento de seu pai com o mundo educacional e de sua mãe com o mundo artístico seguramente incentivaram Julia e seus irmãos a se aventurarem no mundo das artes e das letras desde cedo. Entre os filhos de Valentim e Antônia, além de Júlia, Adelina Amélia da Silveira Lopes destacou-se como poetisa, contista, dramaturga, tradutora, professora pública primária e regente de coral, na música Maria José da Silveira Lopes foi pianista e Adelaide Elisa Silveira Lopes foi cantora lírica e declamadora¹¹.

Julia foi educada em casa por sua irmã mais velha, Adelina Lopes Vieira¹². Anos mais tarde, as irmãs publicariam uma série de contos infantis. Em 1881, aos dezenove anos, ela publicou a primeira crônica no jornal *A Gazeta de Campinas*. Sobre essa primeira crônica, a

¹⁰ Em entrevista realizada com o neto de Julia Lopes de Almeida, Cláudio Lopes de Almeida, transcrita na tese de doutorado da pesquisadora Tatiana Czornabay Manica, pode-se ler que “Algumas biografias diziam que ela se chamava Júlia Valentim da Silveira Lopes de Almeida, mas isso não é comprovado, porque Cláudio tem todos os documentos e nenhum consta esse sobrenome. ”: MANICA, Tatiana. *O desejo e suas representações nas personagens femininas de Júlia Lopes de Almeida*. Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/handle/12345/6794>. Acesso em 15 de janeiro de 2021. p.139. Em alguns textos também encontramos o nome “Julia Valentina da Silveira Lopes de Almeida”. Porém, devido ao depoimento coletado por Manica, nessa pesquisa a autora será referida como Julia Lopes de Almeida, nome com o qual ela também assinava a série de crônicas analisadas.

¹¹ A autora teve, além dos citados, mais três irmãos: Valentim José da Silveira Lopes Júnior, que se dedicou ao trabalho rural, Augusto Silveira Lopes, falecido com um ano e meio, e Alice Luísa da Silveira Lopes, como pode se observar em COSTUBRA, Deivid Ap. “*CONSELHO ÀS MINHAS AMIGAS*”: Os manuais de ciências domésticas de Júlia Lopes de Almeida (1896 e 1906). Dissertação de Mestrado em História pela UNESP de Assis, 2011.

¹² Nome de casada da irmã mais velha de Julia Lopes de Almeida, com o qual ela também assina suas publicações. Inclusive as quais lançou em conjunto com a irmã.

autora conta na entrevista “Um lar de artistas”, a qual ela e o marido concederam a João do Rio para a coletânea “Momento Literário”, que seu pai foi um grande incentivador de sua escrita, fato que a surpreendeu positivamente, uma vez que escrevia desde criança, às escondidas. Julia contou que, quando foi flagrada escrevendo pela irmã Adelina, ela de imediato foi levar seus versos ao seu pai. Nesse momento, a autora acreditava que se o pai soubesse que ela escrevia “viria o mundo abaixo”¹³. Mas, em resposta, Valentim Lopes teve uma reação completamente inesperada:

No dia seguinte fomos ver a *Gemma Cuniberti*, lembra-se? Uma criança genial. Quando saímos do espetáculo, meu pai deu-me o seu braço. — Que achas da Gemma? — Um grande talento. — Imagina! O Castro pediu-me um artigo a respeito. Ando tão ocupado agora! Mas o homem insistiu, filha, insistiu tanto que não houve remédio. Disse-lhe: não faço eu, mas faz a Júlia... Minha Nossa Senhora! Pus-me a tremer, a tremer muito. O pai, esse, estava impassível como se estivesse a dizer coisas naturais:

— Estamos combinados, pois não? O prometido é devido. Fazes amanhã o artigo¹⁴.

Mais tarde, a filha viria a descobrir que não havia pedido nenhum por parte da *Gazeta de Campinas* para que o pai, ou ela, escrevessem tal artigo. Tudo não passou de uma “doce mentira”^{15 16}, seja como foi, esse fato deu início à carreira literária de Julia Lopes de Almeida, aos seus dezenove anos, quando a família residia em Campinas em razão do tratamento de saúde do Doutor Valentim.

Desde então, Julia Lopes de Almeida teve farta carreira literária, publicando romances, contos, crônicas, peças teatrais, livros infantis, ensaios, manuais de bom comportamento, dentre outros¹⁷, além de colaborar em mais de vinte jornais e revistas no

¹³ RIO, João do. Um lar de artistas. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=91476#UMLARDEARTISTAS>. Acesso em 20 de abril de 2021., p.9.

¹⁴ *Idem. Ibidem.*

¹⁵ *Idem. Ibidem.*

¹⁶ Não se sabe ao certo se a história contada por Julia sobre ela mesma aconteceu da exata maneira que ela narrou. Apenas destacamos seu depoimento para a entrevista.

¹⁷ O levantamento feito por Gabriela Trevisan, em complemento ao de Peggy Sharpe (SHARPE, 2003 in TREVISAN, G.2020), chega ao número de 32 obras, sem contar a contribuição em periódicos.

Brasil¹⁸. Quando escrevia para a revista *A Semana* (1885-1895), Julia foi apresentada ao poeta e jornalista Francisco Filinto de Almeida¹⁹, com quem se casou, aos 25 anos, em 1887.

Júlia Lopes de Almeida integrou o pequeno grupo de escritoras do período que conseguiu lucrar com seus escritos. A autora esteve inserida em um meio intelectualmente privilegiado e masculino. Porém, ela escreveu sobre diversos assuntos, tendo sido aceita pelos seus colegas de profissão do sexo masculino. Essa aceitação da escritora no meio em que viveu vem sendo muito debatida. Deivid Costruba²⁰, por exemplo, atribui o sucesso de Julia Lopes de Almeida a quatro fatores.

O primeiro foi o apoio do pai e do marido, duas grandes influências literárias em sua vida. Nesta perspectiva, Valentim Lopes e Filinto de Almeida teriam desafiado os costumes ao apoiarem uma mulher que literalmente viveu de seus escritos. De acordo com Costruba, o casal que chegou a escrever juntos o romance *A Casa Verde* (1932) assinando com o pseudônimo “Julinto”, união da primeira parte do nome Julia e da última parte do nome Filinto, apoiavam-se mutuamente na carreira literária.

Um bom exemplo de atitude diversa a desse casal, foi a famosa carta que o escritor Olavo Bilac escreve a sua então noiva Amélia de Oliveira, na qual citava Julia Lopes de Almeida como exemplo do que poderia acontecer a uma mulher que ousasse escrever:

[...]. Ainda há bem pouco tempo, aqui em S. Paulo, um padre, escrevendo sobre Julia Lopes, insultou-a publicamente. Eu nada tinha com isso. Mas tratava-se de uma senhora e da mulher de um amigo meu: tive vontade de esmurrar o padre. E sem razão. Sem razão, porque uma senhora, desde que se faz escritora, tem de se sujeitar ao juízo de todos. Não quer isto dizer que não faças versos, pelo contrário. Quero que os faças, muitos, para os teus irmãos, para as tuas amigas, e principalmente para mim, – mas nunca para o público, porque o público envenena e mancha tudo o que lhe cai sob os olhos.²¹

¹⁸ AMED, J. P. Recepção das obras de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) na Primeira República. Veredas, v. 2, p. 17-33, 2019.

¹⁹ Francisco Filinto de Almeida (1857-1945), nasceu português e mudou-se para o Brasil em 1868. Foi poeta, jornalista e contribuiu para diversos periódicos entre os séculos XIX e XX, incluindo “O Estado de São Paulo”, antigo “A Província de São Paulo”, no qual foi redator entre os anos de 1889 e 1895. Em 1897 foi o fundador da cadeira de número 3 da Academia Brasileira de Letras.

²⁰ COSTUBRA, Deivid Ap. *Op. Cit.*, 2011.

²¹ ELTON: 1954, p. 48-54 *apud* FAEDRICH, Anna. (2018). Memória e amnésia sexista: repertórios de exclusão das escritoras oitocentistas. *Letrônica*, 11(3), s164-s177. <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2018.s.30477>. Acesso em 20 de novembro e 2020, p. 166.

Como Faedrich (2018) analisou, a fala de Bilac apresenta a perspectiva de que a honra de uma mulher estava diretamente vinculada à honra do homem, seu responsável, fosse seu pai ou marido. Bilac retoma a frase conhecida de Ramalho Ortigário que, em suas argumentações com a futura esposa, escreveu: “O primeiro dever de uma mulher honesta é não ser conhecida”²². Assim, ambos pretendiam manter as mulheres no âmbito privado, resguardando aos homens a vida pública. Porém, tanto o Doutor Valentim quanto Filinto, não se adequaram a essa premissa.

Ainda sobre o mesmo tópico, Cristiane Ribeiro²³ destaca a importância das figuras masculinas para que mulheres conseguissem desenvolver suas carreiras literárias. Ela explica como a presença masculina era importante tanto nas redações das revistas como femininas, como na gestão da carreira da esposa, o que dava credibilidade a autora. Cristiane Ribeiro demonstra essa característica ao estudar a criação da revista *Bello Sexo* (1862) por Julia de Albuquerque Sandy Aguiar, sua redatora-chefe. A folha contava com a colaboração de outras mulheres, que deviam assinar seus nomes (mesmo que apenas o primeiro) no final dos artigos. Aqui é válido acrescentar que Julia Lopes de Almeida assinava a coluna “Dois dedos de prosa”, que escrevia para o jornal *O Paiz*, com seu nome completo.

O segundo motivo pelo qual Costruba atribui o sucesso de Julia, diz respeito a emergência de um mercado editorial de livros didáticos e paradidáticos em um contexto marcado por projetos de combate ao analfabetismo entre as crianças. Julia Lopes de Almeida e Adelina Lopes Vieira foram duas grandes autoras desse campo, principalmente com a publicação da coletânea *Contos Infantis* (1896), na qual constam contos de Louis Ratisbonne, traduzidos do francês por Adelina, e mais uma série dos contos das irmãs. Parte de um projeto de nacionalização da literatura infantil, o livro trazia 58 contos, dos quais 27 são de autoria de Almeida²⁴.

O terceiro motivo foi a boa relação cultivada pelo casal “Julinto” com a intelectualidade carioca. Em entrevista a Ana Faedrich e Michele Asmar Fanini (2020), Claudio Lopes de Almeida, neto de Julia e Filinto, disse que seus avós compraram do Doutor Murinho o terreno no qual foi construído o casarão de Santa Thereza. Julia prestou algumas homenagens ao doutor em suas crônicas publicadas em *O Paiz*. No casarão, o casal recebia boa parte da

²² *Idem. Ibidem.*

²³ RIBEIRO, Cristiane. “Chegou a hora de na imprensa apresentar-nos”: mulheres e os óbices profissionais no jornalismo, Rio de Janeiro, século XIX. *Revista História*. São Paulo (181), 2022. ISSN: 0034-8309. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/194296>. Acesso em setembro de 2023.

²⁴ COSTUBRA, Deivid Ap. *Op. Cit.*, 2011.

classe artística e intelectual carioca para saraus, apresentações musicais e de teatro. Em seu “Salão Verde”, como ficou conhecido o jardim do casarão dos Almeida, foi construído um palco para entreter os convidados. Esse casarão teria sido vendido em 1925, quando a família se mudou para a Europa. Em seu retorno, por volta dos anos de 1932 e 1933, Julinto e a família se mudaram para a casa da Avenida Atlântica²⁶.

O quarto motivo conecta Julia ao gênero literário do folhetim²⁷, muito popular no Brasil durante a segunda metade do século XIX e os primeiros anos da República. O gênero literário que surge em 1830, na França, se popularizou no Brasil durante o século XIX. Julia publicou seu primeiro romance-folhetim, *A Família Medeiros*, no jornal *Gazeta de Notícias*, em 1891. Como bem elucidam autores como Magali Engel²⁸ e Deivid Costruba²⁹, viver de literatura sempre fora tarefa árdua no Brasil. Sendo assim, como estratégia de divulgação de si mesmo e de suas obras, era comum que literatos se unissem aos periódicos, sejam nas crônicas, como nos romances de folhetim³⁰. Júlia se destacou em ambos. Nesse contexto, do início ao fim de sua carreira, a autora colaborou em diversos periódicos. Entre eles, destaca-se o jornal *O Paiz*, o qual também será analisado ao longo desse trabalho.

Mesmo com os muitos anos de contribuição da autora para *O Paiz*, a assinatura de suas crônicas aparece apenas entre os anos de 1908 e 1912, o que inspirou o recorte proposto por esse estudo. Em seu discurso de posse na Academia Carioca de Letras, Affonso Lopes de Almeida, disse que sua mãe poderia ter escrito por meio de pseudônimos nesse periódico: “Foi com efeito nas colunas de *O País* que principalmente, por trinta anos, D. Júlia aventou idéias, semeou-as, batalhou por elas, quer sob o seu nome, quer sob nomes de empréstimos [...]”³¹.

Ao longo da revisão bibliográfica realizada para essa pesquisa, foram encontrados três pseudônimos utilizados pela autora. Um é dos conhecidos é “A. Julinto”, sob o qual escreveu junto a seu esposo, Filinto, o romance *A Casa Verde*. Outro, apontado por Costruba,

²⁶ FAEDRICH A., & FANINI, M. A. (2020). Entrevista com os netos de Júlia Lopes de Almeida: Claudio e Fernanda Lopes de Almeida. *Aletria: Revista De Estudos De Literatura*, 30(4), 315-328. <https://doi.org/10.35699/2317-2096.2020.24495>. Acesso em 15 de janeiro de 2021.

²⁷ Para compreender melhor a relevância desse gênero literário, indico a obra: MEYER, Marlyse. *Folhetim. Uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁸ ENGEL, Magali Gouveia et al. *Crônicas cariocas e o ensino de História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

²⁹ *Idem*.

³⁰ Essa estratégia não era única. Muitos escritores entraram em disputas políticas para garantirem os direitos de propriedade literária de suas obras. José de Alencar foi um deles, como podemos observar no artigo: GODOI, Rodrigo Camargo de. José de Alencar e os embates em torno da propriedade literária no Rio de Janeiro (1856-1875). *Estudos Históricos*, v. 30, p. 573-596, 2017.

³¹ ALMEIDA, Affonso Lopes de. *Apud MOREIRA, Nadilza M. de B. A crônica de Júlia Lopes de Almeida dialoga com o projeto de modernidade do Brasil republicano*. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/11044>. Acesso em 20 de julho de 2020.

foi Écila Worms³², nome que assinou alguns artigos da revista *A Mensageira* (1897-1900)³³ (e o de Francisco Affonso, com o qual participou do Segundo Concurso Litterario, anunciado em 14 de setembro de 1894, pelo jornal *Gazeta de Notícias*, com seu conto “*Os porcos*”, que seria lançado em 1902 na coletânea *Ânsia Eterna*, como apresenta Gabriela Simonetti Trevisan³⁴.

É importante ressaltar que Julia não foi a primeira e nem a única mulher a escrever para *O Paiz*. Ele contou com a contribuição de Carmen Dolores, Maria Benedicta Câmara Bormann, Ana de Castro Osório, Maria Amália Vaz de Carvalho, dentre outras³⁵. Talvez isso possa ser explicado, assim como o grande volume de publicações de Julia, pelo *boom* de literatura feminina que havia ocorrido na França e ecoou em território brasileiro³⁶. O Brasil do início do século XX inspirava-se na sociedade francesa como modelo de progresso. A ironia da situação foi que, justamente esse modelo fez com que as regras da Academia Brasileira de Letras (1897) seguissem as mesmas da francesa, na qual a entrada de mulheres não era permitida. Isso fez com que o nome de Julia fosse excluído de sua fundação, projeto que ajudou a idealizar. Julia foi então substituída por seu marido, Filinto de Almeida^{37 38}.

A George Sand brasileira, como era conhecida³⁹ contribuiu com o jornal *O Paiz* até 1917, quando recebeu críticas sobre a sua peça “Quem não perdoa” (1917), em cartaz no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, o que a fez se retirar do jornal ao qual havia contribuído por mais de vinte anos⁴⁰. Durante toda a década de 1920, a autora permaneceu reclusa em casa, lançando, inclusive um livro sobre jardinagem, *Jardim Florido* (1922), mas continuou escrevendo romances e trabalhando para periódicos.

³² Nahete de Alcântara Silva Tamba, em sua tese de Doutorado “Julia Lopes de Almeida e sua trajetória de consagração em O País” (2015) atribuiu esse pseudônimo à Júlia Lopes de Almeida ao descobrir que ela assinava a coluna “*A Moda*”, no jornal *O Paiz* de 1892 a 1901.

³³ *Idem*.

³⁴ TREVISAN, Gabriela Simonetti. *A escrita feminista de Julia Lopes de Almeida*. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/341901/1/Trevisan_GabrielaSimonetti_M.pdf. Acesso em 15 de abril de 2021.

³⁵ Aqui, novamente indico a leitura do artigo de Cristiane Ribeiro sobre a revista *Bello Sexo*: RIBEIRO, Cristiane. *Op. Cit.*, 2022.

³⁶ BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

³⁷ Muitas vezes a nomeação de Filinto à Academia Brasileira de Letras (ABL) é colocada como um “prêmio de consolação” à Julia. Ele teria dito em algumas ocasiões que ela deveria ter sido a verdadeira nomeada para o posto, como o fez a João do Rio (RIO: 1908). Contudo, o poeta e jornalista havia feito carreira literária relevante, como aponta o próprio neto, Claudio Lopes de Almeida (FAEDRICH, FANINI: 2020, p. 324). Apesar disso, a relevância das publicações de Júlia lhe deveria ter concedido a mais do que justa cadeira na Academia.

³⁸ EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República* (1897-1924). Rio de Janeiro: FGV/FAPESP, 2000.p. 54.

³⁹ LUCA, Leonora De. O “feminismo possível” de Júlia Lopes de Almeida (1862 1934). *Cadernos Pagu*. Campinas, n.12, p.275-299, 1999.

⁴⁰ Essa informação foi repassada à família Lopes de Almeida por uma das filhas do casal Julia e Filinto, Margarida Lopes de Almeida, e está presente na tese de doutorado: MANICA, Tatiana. *O desejo e suas representações nas personagens femininas de Júlia Lopes de Almeida*. Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/handle/12345/6794>. Acesso em 15 de janeiro de 2021.

Em 1919, tornou-se a presidente honorária da Legião da Mulher Brasileira, criada por Bertha Lutz, integrando a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino ao lado de Lutz em 1922. Nessa última fase, Julia manteve o hábito de proferir conferências diversas, inclusive *A Mulher e a Arte* (sem data), que viria dar nova perspectiva sobre os pensamentos da escritora a respeito do papel da mulher na literatura, o qual será novamente citado e debatido mais adiante. Além desta, ainda é possível citar as conferências *Corimbo* (1918), *Brasil* (Conferência em Buenos Aires em 1922), *Maternidade* (1925), listadas por Trevisan (2020). Ainda existem aquelas que foram publicadas em periódicos, tais quais suas famosas conferências literárias, publicadas entre 1906 e 1907, e *As Flores* (1907), presentes em jornais diversos, como *O Paiz*, *Jornal do Commercio* e *Gazeta de Notícias*, analisadas por Azevedo (2018).

1.2. Avançar e recuar: as nuances de Julia Lopes de Almeida

Julia Lopes de Almeida faleceu de complicações renais causadas pela malária em 30 de maio de 1934, deixando um grande legado literário. A autora foi por várias vezes homenageada ainda em vida, no Brasil e na Europa, sendo citada por seus pares com grande frequência, fosse em elogios, fosse em críticas, tais manifestações evidenciam sua grande nas letras brasileiras. Entre 1934 e 1980, depois do silêncio imposto pelo movimento modernista, a obra de Julia Lopes Almeida passa a ser revista, reeditada e estudada por pesquisadores e pesquisadoras interessadas em saber mais sobre uma das mulheres mais publicadas da Primeira República⁴¹.

As reimpressões das obras dessa autora e as discussões acerca de seu legado se intensificaram a partir das décadas de 1980 e 1990, sobretudo por meio do lançamento de seu romance *A Silveirinha* (1913) pela Editora Mulheres⁴². Dentre alguns debates sobre seu período ativo (1881-1934), é pontuado que a escrita de Julia é permeada por diversas abordagens, que vão desde manuais de comportamento para as mulheres até a luta pela autonomia feminina por

⁴¹ MARRECO, M. I. M. *A escrita de Julia Lopes de Almeida: crônica*. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/4080>. Acesso em 10 de agosto de 2020.

⁴² A Editora Mulheres foi fundada em 1995. Fruto da idealização de Zahidé Lupinacci Muzart, Elvira Sponholz e Susana Funck, ambas docentes da Universidade Federal de Santa Catarina, que publicaram o romance “*Silveirinha*” em 1997, como podemos ler em: MUZART, Z. L. Artimanhas nas entrelinhas: leitura do paratexto de escritoras do século XIX. In: Susana Bornéo Funck. (Org.). *Trocando idéias sobre a mulher e a literatura*. Florianópolis, SC: EDEME, 1994, v.1, p. 263-269.

meio do trabalho, temática mais recorrente na fase madura de Julia⁴³. Leonora de Luca⁴⁴ afirma que nos primeiros escritos da autora é possível observar um caráter de parábola, com uma lição de moral no final, o que seria o ensaio para um projeto visando a argumentação pelo que a autora chama de progresso feminino, que aparecerá nas suas obras mais tardias.

Como bem colocam Giovana Xavier (2005), Nadilza Moreira (2009), Peggy Sharpe (1999) e Magali Engel (2009), Julia Lopes de Almeida apresenta muitas nuances em sua escrita. Quando se compara os escritos da autora no final do século XIX, sobretudo nos manuais de bom comportamento, com suas últimas publicações, tais como a conferência “A mulher e a arte” (sem data), ou mesmo as crônicas da coluna “Dois dedos de prosa” (1908-1912), vemos uma grande diferença de posturas:

Nem a mulher que vota, nem a mulher que mata! (...). Parece que é mais lituosa do que risonha a data que hoje se comemora. Ainda se não conta um decênio da proclamação da República e dir-se-ia que um século transcorreu já, tão cruciantes agonias constringem a alma nacional (...) em menos de dez anos de novo regime, o coração das brasileiras patriotas se tem compungido, ante as cenas da mais requintada barbaria! (...) Não quero aqui resvalar para o terreno escorregadio e integrado da política... Detesto a mulher que vota, como a mulher que mata (...).⁴⁵

Nesse trecho publicado na revista feminina *A Mensageira* (1897), Julia diz repudiar a mulher que se insere no espaço público: “Detesto a mulher que vota, como a mulher que mata (...)”⁴⁶, relegando a elas a participação na política, terreno “escorregadio” (*Idem*). Semelhante lógica pode ser encontrada em seu manual “*O livro das noivas*” (1896): “A felicidade humana deriva do que vive sob a nossa responsabilidade. É a nós, como mães, que a pátria suplica bons cidadãos; é de nós, quando esposas, que a sociedade exige maior exemplo de dignidade e moral.”⁴⁷. Partindo de ambas as citações, Julia parecia defender o ideal da mulher republicana, burguesa e higiênica, sendo seu papel garantir a harmonia do lar.

Tal posição da mulher era comum, principalmente em sua capital, o Rio de Janeiro, cidade que floresce no cenário urbano das últimas décadas do século XIX, pontuado pela tentativa de apagamento da monarquia, pela recém abolição da escravidão e palco de constantes

⁴³ *Idem*.

⁴⁴ LUCA, Leonora De. O “feminismo possível” de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). *Cadernos Pagu*. Campinas, n.12, p.275-299, 1999.

⁴⁵ ALMEIDA, Júlia Lopes de. Crônica, *A mensageira*, 15 de novembro de 1897.

⁴⁶ *Idem*.

⁴⁷ ALMEIDA, Julia Lopes de. *Livro das noivas*. 4.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, [1896] 1926, p.13.

imigrações e tentativas de industrialização. O Rio se torna a perfeita cidade francófona, principalmente a partir das reformas do prefeito Pereira Passos (1902-1906):

Esses primórdios republicanos foram marcados pela inexistência de um sentimento de nacionalidade compartilhado pelo povo brasileiro. Entretanto, o Brasil precisava construir uma identidade nacional e inúmeros projetos das elites tentaram dar conta deste anseio que encontrou no modelo da família nuclear burguesa seu grande sustentáculo.

A família harmoniosa torna-se então a metáfora da República civilizada e caberia à mulher garantir esta harmonia. Conforme lembra Constância Duarte, no final do século XIX, começam a surgir personagens literárias como a “mãe republicana”, “a filha dedicada”, “o anjo do lar”, etc. Todavia, seja no papel de mãe, filha ou anjo esta atuação feminina se manteve limitada ao espaço da casa.^{48 49}

Nessa lógica higienista, a qual Julia conhecia bem, pois era filha de médico e falava bastante sobre o tema nos seus manuais de comportamento⁵⁰, o papel da mulher era restrito ao lar, um mundo próprio e dedicado ao amor familiar. Dentro desse contexto, a medicina teria substituído os valores e a moral cristã como disciplinarização dos corpos femininos durante a Primeira República. Além dos manuais de medicina, os discursos jurídicos também contribuíram para construir o ideal da mulher higienizada pertencente às classes privilegiadas⁵¹.

Ainda dentro da perspectiva da inserção da mulher branca de classe média nesse novo regime de governo, a República, observamos, aos poucos, essas mulheres saindo do âmbito exclusivo do lar, do privado, para, modestamente se inserirem nos espaços públicos, trabalharem e circularem. Acontece que o padrão de modernidade inspirado sobretudo pelos franceses, compreendia que a mulher não poderia se resumir ao modelo tradicional, porque aquilo que era visto como tal já estava perdendo seu valor na capital, uma vez que a República propôs romper com esse modelo.

Porém, existia um limite para tal modernização:

⁴⁸ XAVIER, G. *Coisa de pele: relações de gênero, literatura e mestiçagem feminina*. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005, p. 52-53.

⁴⁹ José Murilo de Carvalho fala um pouco mais sobre a figura da mulher relacionada à imagem da República que tentava construir em: CARVALHO, José Murilo de. *A formação as almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

⁵⁰ Vide *Livro das Noivas* (1896) e *Livro das Damas e Donzelas* (1906).

⁵¹ XAVIER, G. *Op. Cit.*, 2005, p. 54-58.

Quando as mulheres que se confinavam no lar efetivamente aparecem no cenário urbano, tendem a ser, por sua vez, muito mais percebidas e vigiadas. Elas têm, de um lado a figura estereotipada “obsoleta” e “atrasada” da mulher tradicional, devendo, para isso, livrar-se da passividade e da ociosidade do passado. Por outro lado, elas têm um limite simbólico para seu comportamento, a prostituta, e dela também deveria manter distância.⁵²

Entre a mulher obsoleta e a meretriz, o modelo ideal da mulher republicana, branca e de classe média, precisava encontrar o equilíbrio, estar perfeitamente no meio, de modo a não se apresentar nem tão atrasada e nem tão libertina. Julia Lopes e Almeida, nascida em 1862, se encontrava com seus vinte e sete anos à mudança do regime político. Sendo uma mulher que trabalha⁵³, provavelmente se encontrava em uma posição, na qual precisava manter determinados discursos conciliadores para continuar circulando nos meios privilegiados dos quais se apropriava.

Contudo, quando são analisados trechos de obras tardias da autora, encontramos sua defesa pela instrução feminina além da vida doméstica, sua profissionalização como escritora, exaltação e divulgação de artistas femininas de diversos gêneros, pontuando, inclusive, sua desigualdade perante seus pares do sexo masculino:

É evidente que nem estas escritoras nem todas as outras que de algum modo tenham recebido manifestações de apreço, quer das academias quer dos governos dos seus respectivos países, como muitas da França condecoradas com a Legião de Honra, foram agraciadas pelo simples motivo de serem senhoras, mas por que não lhes puderam negar o que elas conquistaram a força de talento, que não tem sexo, embora o mundo teime em vesti-lo de calças quando o quer adular! O das mulheres, como disse o poeta Castilho, – foi atirado para a roda dos enjeitados... mas da roda ou do cárcere, quando tenha nascido com o filão luminoso do sonho, ele desertará cedo ou tarde, torcendo grades ou arrancando fechaduras.⁵⁴

⁵² ALMEIDA, Leandro Rossetti de. in ENGEL, Magali Gouveia et al. *Crônicas cariocas e o ensino de História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 176.

⁵³ Ao fazer essa análise, é preciso levar em conta que a mulher pobre sempre teve que trabalhar, portanto esse padrão moral em específico deve ser considerado ao tratar da mulher da classe média ou alta.

⁵⁴ ALMEIDA: sem data in TREVISAN, Gabriela Simonetti. *A escrita feminista de Julia Lopes de Almeida*. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas, 2020, p. 8.

Já em suas crônicas, Julia apresentou uma postura persuasiva, o que alguns autores interpretaram como estratégica, pautada em um “avançar e recuar”⁵⁵. Uma possível explicação para isso seria a tentativa de permanecer em um universo masculino, com o objetivo de manter sua escrita nos periódicos de grande circulação ou mesmo se precavendo de sofrer os silenciamentos que outras escritoras contemporâneas a ela sofreram, como por exemplo, Josefina Álvares de Azevedo⁵⁶. A própria autora dizia acreditar que a mulher deveria assumir meu papel de conciliadora “pois a alma feminina tinha apenas a noção do amor.”⁵⁷. Mas, no que consistiria esse papel?

Rachel Soihet coloca a mulher conciliadora defendida por Julia Lopes de Almeida como aquela “que harmonizara companheirismo e organização, rebeldia e luta – com o papel de mãe e esposa”⁵⁸. Talvez, para elucidar melhor, seria possível partir da alegoria do “anjo do lar”, apresentada pela primeira vez no poema lírico de Coventry Partmore (1858), a qual representa o ideal feminino pelos olhos de um homem vitoriano. Ela faz parte de uma dicotomia, cristã e sexual, que aparece amplamente na literatura do século XIX: anjo do lar, mulher ideal, recatada, confinada ao mundo caseiro e privado, conhecendo apenas a noção de amor, como Julia Lopes de Almeida mesma disse, aquela que cuida da saúde, moral e higiene de sua família, em oposição ao demônio, mulher tentadora, sexual, pecadora, que transgrede para o espaço público, geralmente ocupado pelos homens⁵⁹.

A escritora Virgínia Woolf, em *Profissões para mulheres e outros artigos feministas* (2013), argumentou que a mulher devia matar o anjo do lar se quisesse ingressar e progredir na carreira literária, assim como argumentou em *Um teto todo seu* (2014), procurando sanar a necessidade da independência financeira para que, assim, possam ter uma profissão na área das letras. Sendo assim, podemos questionar se Julia Lopes de Almeida, a exemplo de Virgínia Woolf, teria matado o anjo do lar.

Em seus manuais de comportamento feminino, Julia parece escrever de forma didática para ensinar as mulheres a assumirem essa tarefa moral que foi designada ao seu

⁵⁵ MOREIRA, Nadilza M. de B. *A crônica de Júlia Lopes de Almeida dialoga com o projeto de modernidade do Brasil republicano*. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/11044>. Acesso em 20 de julho de 2020, p. 185.

⁵⁶ Luca explica que a abordagem de temáticas muito “revolucionárias” (sic) acabaria banindo Julia das mídias de grande circulação e a aprisionando nas que eram pequenas e insignificantes, como ocorreu com Josefina Álvares de Azevedo, autora que fundou a revista “*A família*”, em 1888: LUCA, Leonora De. O “feminismo possível” de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). *Cadernos Pagu*. Campinas, n.12, p.275-299, 1999, p. 25.

⁵⁷ ALMEIDA, Julia Lopes de. *Livro das donas e donzelas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906, p. 18-19.

⁵⁸ TELLES, Lygia Fagundes. *A mulher escritora e o feminismo no Brasil*. In: SHARPE, Peggy (org.). *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997, p. 436.

⁵⁹ COSTUBRA, Deivid Ap. *Op. Cit.*, 2011 p. 69.

gênero. Assim também sua imagem aparece quando é entrevistada junto ao marido por João do Rio, principalmente quando o cronista aponta a preocupação de Julia com o bem-estar dos filhos e da casa:

Uma criança loira, de uma beleza de narciso, aparece à porta. É a Margarida. As suas longas mãos no ar, chamando a mãe, são tão finas e rosadas que recordam as pétalas dos crisântemos. D. Júlia levanta-se.

— Vou ver o Albano, coitadinho... Já não o vejo há muito tempo.⁶⁰

Já nas últimas páginas de sua conferência “*A mulher e a arte*” (sem data), Almeida parece chamar as mulheres a saírem da passividade e fazerem algo criativo. Utilizando da imagem mitológica de Penélope, Julia convoca:

Só por tecer e não fazer mais nada, transmitiu-nos a história o nome de Penélope, mulher de Ulisses, que a Odisseia tornou símbolo da fidelidade conjugal. Sem querer desprestigiar essa figura lendária tantas vezes evocada, como exemplo, penso que se essa senhora com o tempo que dispunha e aquela paciência de que deu prova, destramando á noite o que tecera pela manhã, melhor perpetuaria a sua esperança se nessa trama procurasse reproduzir alguma ideia original e de longo desenvolvimento. Suavizaria assim com os relevos da arte a sua viuvez temporária e teria criado alguma coisa...⁶¹

Sendo assim, parece que Julia Lopes de Almeida não necessariamente matou o anjo do lar, mas sim se valeu dessa alegoria para conseguir existir, resistir e transitar na sociedade carioca da Primeira República, ao mesmo tempo que, atendendo as demandas da época, não se enclausurou, circulando na cidade, trabalhando e vivendo da escrita. Ocupou o espaço entre esse “anjo do lar” e a meretriz⁶², ou seja, parece ter procurado atingir, perante a sociedade, o modelo da perfeita mulher moderna anteriormente citado.

Se isso se deu de forma consciente ou não, não se pode provar, mas a permanência da autora em espaços majoritariamente masculinos talvez só possa ter sido possível com a

⁶⁰ RIO, João do. *Um lar de artistas*. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=91476#UMLARDEARTISTAS>. Acesso em 20 de abril de 2021, p. 10.

⁶¹ ALMEIDA, Julia Lopes de. in: TREVISAN, Gabriela Simonetti. *A escrita feminista de Julia Lopes de Almeida*. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas, 2020, p. 22.

⁶² Margareth Rago trabalha com essa dicotomia na obra “Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos de conduta da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930), de 1991.

sustentação desse modelo por D. Julia, como ela era então conhecida. Creio que isso fica mais evidente na série de crônicas escolhidas para serem analisadas nesse trabalho.

Além disso, a profissão de literata⁶³ e as publicações em diversos periódicos, colocavam a escritora em um local complexo de destaque, uma vez que esse lugar era, geralmente, ocupado por homens. Por isso, de início, muitas mulheres encontraram nesses manuais de bom comportamento e nas revistas de moda, espaços para exercer uma função e exporem suas ideias. Não era incomum, então, a visão de condescendência para com as mulheres escritoras, as quais sofriam inúmeros empecilhos na profissão⁶⁴ como a dupla jornada da mulher que é, além de dona de casa, mãe que também trabalha fora.

Há que se levar em consideração também o lugar de onde Julia fala⁶⁵. A escritora era uma mulher branca, que circulava dentre a elite intelectual carioca. Não se sabe o seu status social com certeza, afinal vem de uma família na qual pai, mãe e irmãos trabalhavam em profissões voltadas às artes e à educação. Sendo assim, não é arriscado dizer que fazia, ao menos, parte de uma classe média carioca. Foi educada, mesmo que em casa, algo raro para as mulheres do período, e trabalhava fora tendo, para isso, o apoio do pai e do marido. Todos esses fatores, somados à sua relevantes obras e contribuições, foram importantes para que ela pudesse ter a chance de lograr em sua profissão.

1.3 Dois dedos de prosa no jornal *O Paiz*: A inserção da mulher na imprensa e o diálogo proposto pelas crônicas almeidianas

O período que configura a Primeira República (1889-1930) é um período de grande efervescência, no qual diferentes correntes filosóficas e científicas circulavam da Europa para

⁶³ O Almanak Laemmert, ou Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, coloca Julia Lopes de Almeida na seção de “literatos” do almanaque, indicando sua profissão, nos anos de 1897, 1898 e 1899. Ela aparece entre “litteratos, poetas, jornalistas, scriptores de sciencia; autores de livros, repórteres, colaboradores de jornaes, revistas, etc.”, na edição de 1910 (LAEMMERT, Eduardo Von. *Anuario Administrativo, Agricola, Profissional, Mercantil e Industrial do Districto Federal e Indicador para 1910*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 67º ano, 1910, p. 924). Ainda no mesmo ano, Almeida é colocada na sessão “Indicador Nominal” como “literata e escriptora, colaboradora d’O Paiz, Avenida central, 128 a 132” (*Idem*, p. 2048). Em 1911, aparece em sessão bem parecida com a do ano anterior.

⁶⁴ RIBEIRO, Cristiane. “*Chegou a hora de na imprensa apresentar-nos*”: mulheres e os óbices profissionais no jornalismo, Rio de Janeiro, século XIX. Revista História. São Paulo (181), 2022.

⁶⁵ O conceito de “lugar de fala”, proposto por Djamila Ribeiro em seu livro homônimo de 2019, propõe que se leve em conta as complexidades sociais e as experiências nas quais os indivíduos estão inseridos ao considerarmos seus discursos, para que se encontre melhor maneira dos diferentes se comunicarem.

a América. O Brasil estava passando por uma série de mudanças políticas fundamentais e, desde então, o país enfrentou várias crises políticas e econômicas, que marcaram diversos grupos sociais. Aqui trataremos principalmente de suas classes média e alta, além da elite intelectual e do fluxo de ideias que ela ajudou a movimentar no Brasil, principalmente em sua capital, Rio de Janeiro.

Beneficiando-se dos recursos da produção cafeeira, o Rio de Janeiro do *fin de siècle* se industrializava e se consolidava como o 15º porto do mundo em volume de comércio⁶⁶. Mesmo com a diminuição de exportações devido à mudança do foco de produção de café do vale do Paraíba para o Oeste Paulista, no qual o porto de Santos ganhava particular importância, a capital brasileira ainda recebia um volume considerável de importações e de comércio de cabotagem. Esse fato fez com que o Rio de Janeiro mantivesse um intercâmbio constante com produções europeias e estadunidenses, o que ia de encontro com a crescente vontade de colocar o Brasil nos “trilhos” do progresso europeu, tido por modelo civilizatório.

Ao unir a democratização de crédito, efeito da política de Encilhamento, com esse intercâmbio comercial, é possível se ter uma ideia da febre que tomou conta do país. O Brasil tinha ânsia de se modernizar e o Rio de Janeiro tornava-se seu centro cosmopolita:

E os navios europeus, principalmente os franceses, não traziam apenas os figurinos, o mobiliário e as roupas, mas também as notícias sobre as peças e livros mais em voga, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o lazer, as estéticas e até as doenças, tudo enfim que fosse consumível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de prestígio.⁶⁷

Essas mudanças impulsionaram a cidade a tentar alinhar-se ao modelo de civilização propagado pelos países europeus, principalmente a França. Não somente no consumo de moda, mas no estilo de vida. Isso, claro, influenciou também o campo das ideias. Sevcenko (2014) destaca que essa transformação irá fazer com que surja um grande antagonismo entre dois Rios.

Havia um primeiro Rio de Janeiro que tentava se enquadrar nas últimas modas, o qual, por sua vez, negava não só a cultura popular, mas também a cultura tradicional, herança do período imperial. Já o segundo Rio de Janeiro surgia como consequência do primeiro. Afinal,

⁶⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2003, p. 39.

⁶⁷ *Idem*, p. 51.

tratava-se de uma cidade que fora empurrada para fora do seu centro em virtude do bota abaixo do prefeito Pereira Passos (1902-1906), que acabou com os cortiços expulsando sua população para os morros que a circundavam. A primeira cidade negava a segunda, mas ambas coexistiam na capital do Brasil.

Sobre isso, Leandro Rosseti de Almeida (2008) faz uma interessante pontuação:

Dessa forma, ao mesmo passo que se procurava incluir o Brasil no mundo “civilizado”, selecionava-se pessoas e espaços que fariam parte da inclusão. Criava-se um mundo marginal, tangente, limítrofe, em relação à cidade idealizada. Um mundo que não era exclusivo, mas incorporado enquanto submundo do sistema capitalista, a ponta da engrenagem que sustentava esse mesmo sistema e, portanto, fazia parte dele.⁶⁸

A partir de meados do século XIX, houve um crescimento no número de jornais e periódicos em circulação pelo Rio de Janeiro. Nos rodapés dos jornais, consolidavam-se gêneros como as crônicas e os romances folhetim, que, segundo a moda francesa, acabaram por dar nome àquele espaço privilegiado na topografia dos jornais.

Nesse contexto, os jornais se tornavam lugares de disputa da intelectualidade brasileira. O espaço jornalístico foi uma das ferramentas usadas para que os autores se tornassem conhecidos, lidos e tivessem suas obras divulgadas. Muitos deles escreviam nas colunas de crônicas sociais semanais em periódicos de grande circulação como forma de terem uma renda fixa que os permitissem se dedicar ao trabalho literário. Portanto, falar-se-á especificamente da crônica, formato mais relevante para essa pesquisa.

A definição da palavra “crônica” data antes mesmo dela se consolidar como estilo literário. Designava-se crônica a narrativa de acontecimentos ordenados, obedecendo uma certa linearidade, e o termo era utilizado para registrar eventos, sobretudo históricos, dando-lhes algum sentido. Na era moderna ele teria sido substituído pelo termo “história”, o qual mais tarde, no século XIX, seria oficialmente transformado em disciplina. Nesse mesmo século a crônica passou a ter de fato um sentido literário, quando ocorre grande difusão da imprensa ao longo dos anos de 1800, por vezes sendo revezado com o termo “folhetim” para designar os textos de cunho literário que apareciam nos impressos periódicos.

⁶⁸ ALMEIDA, Leandro Rosseti de. in ENGEL, Magali Gouveia et al. *Crônicas cariocas e o ensino de História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 172.

Contudo, a crônica que até hoje encontramos nos jornais brasileiros teria florescido como estilo literário especialmente no contexto carioca de meados do século XIX pelo “volume, constância e qualidade de seus cultores”⁶⁹. Ela relata a visão de seu autor sobre acontecimentos que ele presenciou, transformando o cotidiano em texto literário, com linguagem direta, comunicando-se com um interlocutor invisível ao então escritor, o leitor do jornal, sempre em primeira pessoa. Esse viés literário e a propensão à pessoalidade, fez com que a crônica se desvinculasse por completo da História. Nas palavras de um dos maiores cronistas brasileiros do século XIX, Machado de Assis:

A história é uma castelã muito cheia de si e não me meto com ela. Mas a minha comadre crônica, isso é que é uma velha patusca, tanto fala como escreve, fareja todas as coisas miúdas e grandes, e põe tudo em pratos limpos.⁷⁰

Para Machado de Assis, o gênero trata tanto do macro como do micro. Ele desenvolve-se de forma a necessitar da vida cotidiana para acontecer, ocupando um lugar de entre o “acontecimento e o lirismo”⁷¹. Suas principais características englobam o texto curto, ocupando costumeiramente meia coluna de jornal, a subjetividade da escrita, sempre do ponto de vista do autor e o constante diálogo de aproximação com o público leitor, que nem sempre é conhecido pelo autor, contudo este pode participar da cadeia de comunicação do escritor das crônicas:

Brevidade, ambivalência, subjetividade, diálogo, estilo entre oral e literário, temas do cotidiano, ausência de questões transcendentais – eis os requisitos essenciais da crônica, a que falta adicionar outro, anteriormente mencionado: a efemeridade.⁷²

Para analisarmos a crônica como fonte histórica é necessário pontuar sua relevância como estilo. Para isso, as características acima citadas servem bem como explicação. Sendo a crônica um gênero que trata do cotidiano e que possibilita que o seu autor converse, de forma quase íntima, com seus interlocutores, compactuando para ampliar seu público nos casos das

⁶⁹ MOISÉS, Massaud. *A criação literária: prosa e poesia*. São Paulo: Cultrix, 2012, p. 624.

⁷⁰ ASSIS, Machado de. *Obra Completa*, 4 vols. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2008, p. 662.

⁷¹ MOISÉS, Massaud. *Op. Cit.* 2012, p. 635.

⁷² ASSIS, Machado de. *Apud* MOISÉS, Massaud. *Op. Cit.*, 2012, p. 638.

crônicas assinadas, elas se tornam um “meio privilegiado de entender a interação multifacetada entre o escritor e o mundo público em que se movia”⁷³.

Porém, como qualquer outra fonte, a razão de ser da crônica não consiste em se tornar instrumento da História, ainda mais se é lavada em consideração sua efemeridade. Para se trabalhar com esse tipo de documento é necessário compreendê-lo dentro do meio no qual foi produzido, considerando seu suporte, seu autor ou autora, bem como o momento histórico no qual ele surge e com qual dialoga.

A história das crônicas acompanha a história da imprensa e, por conseguinte, a história em seus múltiplos domínios – política, economia, sociedade e cultura. Portanto, cada série de crônicas possui elementos próprios que devem ser analisados minuciosamente⁷⁴.

A crônica possui um papel essencial dentro da intelectualidade brasileira que se faz presente nos impressos. A própria definição de crônica, um registro dos fatos vividos no cotidiano do narrador⁷⁵, se mistura com o desenvolvimento da imprensa no Brasil do século XIX⁷⁶ e continua presente nos periódicos impressos do século XX. A escrita das crônicas se baseia em acontecimentos indeterminados⁷⁷, mas pode possuir uma estrutura elaborada que o autor construirá ao longo das semanas. Muitos literatos viram nos jornais uma oportunidade de divulgar sua escrita enquanto obtinham sua renda mensal.

Mas, é necessário dizer que não foi apenas a necessidade de publicação semanal que inspirava os autores em escreverem esse gênero literário. Nesses textos eles divulgavam as artes e falavam sobre os costumes do seu meio: “Os homens das letras buscavam encontrar no jornal o que não encontravam no livro: notoriedade, em primeiro lugar; um pouco de dinheiro, se possível.”⁷⁸.

No contexto da capital carioca, fica evidente nessas sessões dos jornais as grandes contradições pelas quais o Brasil passava. Mas, como o número de periódicos que circulava no Rio de Janeiro no período recortado por esse estudo é grande, o foco ficará restrito ao jornal *O Paiz* (1884-1934), uma das grandes mídias da capital carioca daquele momento.

⁷³ ASSIS, Machado de. *Bons dias!* Introdução, organização e notas: John Gledson. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2009, p. 14.

⁷⁴ *Idem*.

⁷⁵ ASSIS, Machado de. *História de quinze dias*. Introdução, organização e notas: Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2009, p. 13

⁷⁶ ASSIS, Machado de. *Bons dias!* Introdução, organização e notas: John Gledson. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2009.

⁷⁷ ASSIS, Machado de. *História de quinze dias*. Introdução, organização e notas: Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2009, p. 29.

⁷⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 292.

O jornal *O Paiz*⁷⁹ foi fundado em outubro de 1884, pelo português João José dos Reis Junior, mais tarde agraciado com o título de Conde de São Salvador de Matosinhos. Dentre seus redatores-chefes, encontram-se nomes como Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva, personalidades de destaque da cena política brasileira. Este jornal foi um veículo de grande importância durante a Primeira República e foi tirado de circulação após o golpe que colocou Getúlio Vargas no poder. Sobre a importância dessa mídia, Pessanha (2006) diz:

O *Paiz*, produzido por uma intelectualidade da corte, por onde transitavam interesses de todo o império e uma visão mais cosmopolita, foram nomes indicativos dos dilemas, preocupações que envolviam os intelectuais / políticos que estavam a sua frente. O jornal tratava de temas que abrangiam interesses do “país”, eram temas que envolviam a “questão nacional”, próprios da preocupação dos liberais republicanos.⁸⁰

Na primeira edição, de 1 de outubro de 1884, havia quatro páginas. Sem informar a sua tiragem específica, o jornal avulso era vendido por quarenta réis, mas já abria a possibilidade de assinaturas anuais. As duas páginas iniciais da folha se dividiam entre noticiários, editoriais, resenhas de livros e peças teatrais, romances em folhetim e poesias. As duas últimas páginas traziam anúncios variados. A partir da vigésima sexta edição, o jornal passava a divulgar uma tiragem de onze mil exemplares diários. Já em dezembro do mesmo ano, esses números subiam para doze mil exemplares, depois para dezesseis mil no ano seguinte. Em 1888 sua tiragem já contava com 26 mil exemplares diários e, no ano seguinte já se anunciava como “a folha de maior circulação na América do Sul”⁸¹, frase que aparece em sua primeira página até 1907⁸².

Porém, em 1908, quando teve início a publicação da série de crônicas assinadas por Julia Lopes de Almeida com o texto “*Noites de Arte*”, o jornal havia mudado muito. Contava agora com dez páginas e custava cem réis o número avulso, podendo ser assinado também mensalmente, semestralmente ou anualmente. Era a edição de número 8.685, de 14 de julho de

⁷⁹ Um melhor histórico sobre esse periódico será elaborado no terceiro capítulo desse trabalho.

⁸⁰ PESSANHA, Andrea Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro. 1884- 1888. Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2006, p. 80-81

⁸¹ *O PAIZ*, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1889, p.1.

⁸² *Idem*, 10 de março de 1907, p. 1

1908, de um jornal que alcançava seu vigésimo quarto ano de circulação⁸³. O número de tiragens não se fez explícito, mas o conteúdo acompanha visivelmente as mais atuais tendências da imprensa do período, com charges e fotografias.

O periódico contou com a contribuição de grandes nomes, tais como Silvio Romero, Raymundo Corrêa, Manuel Pinheiro Chagas, França Junior, Gervásio Lobato, Henriques Alves de Carvalho, Euclides da Cunha, Lima Barreto, João do Rio, assim como as mulheres anteriormente citadas, Maria Amália Vaz de Carvalho, Carmem Dolores (pseudônimo de Emília Moncorvo Bandeira de Melo), Judith Gautier, Anna de Castro Osório e Isabella Nelson, que a partir da edição de número 10.236, de 1912, substitui Julia Lopes de Almeida nas colunas de terça-feira, com sua crônica “*Victorias femininas*”, muito mais incendiária e menos conciliadora do que Julia se apresentaria em qualquer de suas crônicas n’*O Paiz*.

Para abordar a relevância de Julia Lopes de Almeida nesse jornal, é preciso compreender que as próprias páginas dos periódicos impressos podem funcionar como uma rede de sociabilidade entre as pessoas que contribuem com eles, o que, de certa forma, também funcionava como um reflexo da sociedade na qual as folhas eram concebidas. Sendo assim, até mesmo a forma que organizavam os jornais é algo importante de ser observado, já que quanto mais destaque dava-se ao texto e seu autor (quando este assinava seus escritos), mais é possível compreender o prestígio que ele gozava naquele meio. No caso específico de Julia Lopes de Almeida no jornal *O Paiz*, há de se notar que a autora publicava seus “*Dois dedos de prosa*” nas colunas da primeira página de terça-feira, segundo dia útil da semana, na posição de topo, da esquerda para a direita.

Ou seja, seus textos ocupavam um local privilegiado na geografia do jornal, dividindo-o com outros escritores de renome da época. O fato de a autora assinar essas crônicas, sem utilizar, necessariamente, um pseudônimo, demonstra sua reputação entre seus leitores e leitoras, bem como entre seus pares na imprensa carioca. Além disso, ao assiná-las, Julia assumia responsabilidade sobre aquilo que sairia estampado na primeira página dos jornais das terças-feiras, o que era de grande seriedade se levarmos em consideração o teor de algumas das opiniões emitidas em seus textos⁸⁴. Antes e depois dela ocupar esse espaço, nem sempre a

⁸³ Essa pesquisa levantou que Julia Lopes de Almeida pessoalmente assinou suas crônicas das edições 8.865, de quatorze de julho de 1908 à edição 10.187, de vinte e sete de agosto de 1912. Da edição de terça-feira de número 10.201 a 10.229, sua coluna é substituída por editoriais diversos, com ou sem assinaturas. Em quinze de outubro de 1912 aparece a coluna de Isabella Nelson, que permanecerá nesse posto até a edição 10.438, de seis de maio de 1913. Contudo, as revisões bibliográficas revelaram que Almeida contribuiu para esse periódico até o ano de 1917.

⁸⁴ Sobre esse tema, o autor Rodrigo Camargo de Godoi possui um artigo que trata das assinaturas dos textos jornalísticos da imprensa do século XIX: GODOI, Rodrigo Camargo de. Autoria e responsabilidade jurídica na imprensa brasileira do século XIX. *Remate de Males*, Campinas-SP, v.43, n.1, pp. 55-81, jan./jun. 2023.

coluna inicial de terça-feira foi assinada por uma pessoa em específico, pelo menos não por tanto tempo quanto pela autora. Isso é outro indício de sua relevância dentro daquela mídia.

Sobre essa rede de sociabilidade em que Julia se insere, existe uma comunicação que é possível de ser observada. Julia relata seu diálogo com os leitores, homens e mulheres, anônimos ou não, as quais responde muitas vezes nas crônicas, como também responde aos seus colegas cronistas, que participam da redação desse mesmo periódico ou de outros. Dentro dessa disputa de poder, o quão relevante seria o fato de Julia Lopes de Almeida ser uma mulher?

Margarida Lopes de Almeida, uma das filhas mais novas de Julia, confiou aos sobrinhos de que o motivo de Julia ter saído da redação de *O Paiz* teria sido grandes críticas feitas à sua peça “*Quem não perdoa*”⁸⁵ e teria dito que muitos autores argumentariam contra a presença de uma mulher na Academia Brasileira de Letras (ABL), usando como desculpa os modelos franceses para esconder seu machismo⁸⁶.

Contudo, enquanto ainda escrevia para o periódico, a autora utilizou de um discurso de aproximação e intimidade para com seus pares, as classes privilegiadas fluminenses, Julia Lopes de Almeida aborda em “*Dois dedos de prosa*” (1908-1912) desde as artes até a educação, passando por temas como política e as desigualdades sociais no país. Outrossim, em seus textos, a autora também combateu em favor ao progresso feminino. Nessas crônicas, Julia convidava seus leitores e leitoras a verem o Rio de Janeiro e outros cantos do Brasil, através de seus olhos.

Como demonstra o Tabela 1, a pesquisa mapeou todas as crônicas publicadas e assinadas por Julia Lopes de Almeida no jornal *O Paiz* ao longo quadriênio 1908-1912:

Tabela 1 – A produção de Julia Lopes de Almeida em *O Paiz* (1908 – 19012)

ANO:	TOTAL DE CRÔNICAS:	SÉRIE “DOIS DEDOS DE PROSA”:
1908	25	8
1909	52	18
1910	52	21
1911	52	31
1912	30	29

⁸⁵ MANICA, Tatiana C. *O desejo e suas representações nas personagens femininas de Júlia Lopes de Almeida*. Tese de Doutorado em Doutorado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão-SC, 2018.

⁸⁶ FAEDRICH A., & FANINI, M. A. (2020). Entrevista com os netos de Júlia Lopes de Almeida: Claudio e Fernanda Lopes de Almeida. *Aletria: Revista De Estudos De Literatura*, 30(4), 315-328. <https://doi.org/10.35699/2317-2096.2020.24495>. Acesso em 15 de janeiro de 2021.

Total:	211	107
---------------	-----	-----

Fonte: ALMEIDA, Julia Lopes de. “*Dois dedos de prosa*”, Rio de Janeiro, *O Paiz*, 1884-1930.

Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/paiz/178691>. Acesso entre junho de 2020 e dezembro de 2022. Levantamento próprio.

Assim, as crônicas intituladas como “*Dois dedos de prosa*”, apresentam mais da metade da produção assinada de Julia no jornal. Contudo, nem todos os números do jornal *O Paiz* estavam disponíveis na Hemeroteca Digital⁸⁷ da Biblioteca Nacional. A partir da edição número 1024, vemos uma lacuna de cerca de 100 edições, já que o próximo documento é a edição 1125. Dessa forma, não foi possível o acesso às edições de 18 de março de 1912 a 25 de junho de 1912. Além disso, a edição 10110 do jornal, de 11 de junho de 1912, possui um erro de grafia no documento, no qual consta como edição “10010”, o que pode ser indício do porquê tal lacuna tenha aparecido.

Os temas tratados por ela nessa série são os mais variados. Embora na maioria dos casos se absteve de propor soluções estruturais aos problemas discutidos nos textos, Julia Lopes de Almeida, por exemplo, defendeu a ideia de progresso feminino⁸⁸ por meio da educação e do trabalho, preocupou-se com a arborização e urbanização da cidade do Rio de Janeiro, criticou as desigualdades sociais⁸⁹, falta de educação⁹⁰, descaso com a saúde da população⁹¹, violência policial⁹². Cobrava dos homens que fossem aliados das mulheres e defendia que homens e mulheres pudessem ser julgados de forma justa, independentemente de seu gênero, como denunciava raramente acontecer no Rio de Janeiro⁹³. Julia também instigava as mulheres a empreenderem com as propriedades que lhes fossem legadas⁹⁴.

Por certo, é necessário dizer que a autora defendeu alguns princípios higienistas em suas crônicas, principalmente com relação às vestimentas das pessoas mais pobres que circulavam no centro do Rio de Janeiro⁹⁵, às moradias precárias dos morros o que acreditava

⁸⁷ Optou-se por usar esse acervo por duas razões. A primeira se trata do isolamento social causado pela pandemia do Coronavírus que a sociedade enfrentava em 2020, quando essa pesquisa teve início. A segunda é a facilidade de acesso a essa documentação que os docentes podem ter de todos os lugares do país.

⁸⁸ Esse tema pode ser identificado nas edições: ALMEIDA, Julia Lopes de. “*Dois dedos de prosa*”. *O PAIZ*, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1909, p. 1; *Idem*. 6 de dezembro de 1910, p.1 e *Idem*. 10 de janeiro de 1911, p.1, por exemplo.

⁸⁹ ALMEIDA, Julia Lopes de. “*Dois dedos de prosa*”. *O PAIZ*, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1910, p. 1.

⁹⁰ *Idem*, 31 de dezembro de 1911, p. 1.

⁹¹ *Idem*, 9 de agosto de 1910, p. 1.

⁹² *Idem*, 19 de janeiro de 1909, p. 1.

⁹³ *Idem*, 10 de agosto de 1909, p. 1.

⁹⁴ Julia retoma este tema na série de crônicas “*Correio da Roça*”, não será estudada aqui por não fazer parte da série “*Dois dedos de prosa*”. “*Correio na Roça*” foi publicada no formato livro no ano de 1913.

⁹⁵ ALMEIDA, Julia Lopes de. “*Dois dedos de prosa*”. *O PAIZ*, Rio de Janeiro, 7 de maio de 1912, p.1.

ser um problema urbanístico a ser resolvido⁹⁶. Os textos indicam que Julia foi uma cronista complexa, na medida em que apresentava diversas ambiguidades e controvérsias. Logo, surge a necessidade de confrontar suas obras com as correntes intelectuais da época, de forma a compreender essa autora como intelectual carioca⁹⁷. O conceito de intelectual carioca que aqui aparece vem da definição de Ângela de Castro Gomes. Para a historiadora, o intelectual carioca era o que construía na cidade do Rio sua rede de sociabilidade fundamental⁹⁸.

Julia e sua família gozavam dessa rede de sociabilidade, principalmente na época do “Salão Verde”, citado anteriormente, no qual a autora e Filinto de Almeida recebiam amigos do círculo social da intelectualidade da capital. A própria contribuição da autora para a grande imprensa do período também pode ser considerada indicativo dessa rede, já que, por trabalharem para os mesmos periódicos, algum contato deveria ser mantido. Além disso, suas várias menções por colegas literatos, a entrevista concedida a João do Rio e a venda de suas obras já seriam indicadores o suficiente de que Julia estava inserida nesse meio.

Suas crônicas refletiam tanto sua posição social, como intelectual, branca e mulher. Era a partir dessa perspectiva que a autora as escrevia, incutindo sua visão das páginas de *O Paiz*, todas as terças-feiras. Ao estudar esse grande volume de publicações, foi necessário categorizá-las levando em consideração as temáticas que se evidenciavam em cada um dos escritos. Essa divisão foi inspirada nos estudos de Magali Gouveia Engel, quando ela organizou o grupo de pesquisa que resultou no livro “*Crônicas Cariocas e o Ensino de História*” (2008).

Os temas escolhidos para a classificação da série “*Dois Dedos de Prosa*” não são, necessariamente, os únicos temas tratados nas crônicas. Contudo, são assuntos que se destacam nelas e aparecem, repetidamente, nas demais publicações. Como é possível observar na Tabela 2, os 107 textos da série foram divididos em dez temas: Arte, Educação, Mulheres e Progresso Feminino, Costumes, Críticas Sociais, Comunicação com os leitores; Cidade do Rio de Janeiro, Urbanização, Saúde Pública e Personalidades. Contudo, alguns dos textos aparecem em mais de uma categoria, por abordarem múltiplas temáticas:

Tabela 2: Categorização da série “Dois dedos de prosa”

Tema:	Edição e ano em que a crônica está inserida:
-------	--

⁹⁶ *Idem*, 22 de novembro de 1910, p. 1.

⁹⁷ Julia Lopes de Almeida publicou em periódicos de outras províncias e estados, contudo, como passa boa parte de sua vida na cidade do Rio de Janeiro, utilizamos o adjetivo “carioca”.

⁹⁸ GOMES, A. M. C. Essa gente do Rio. *Modernismo e Nacionalismo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

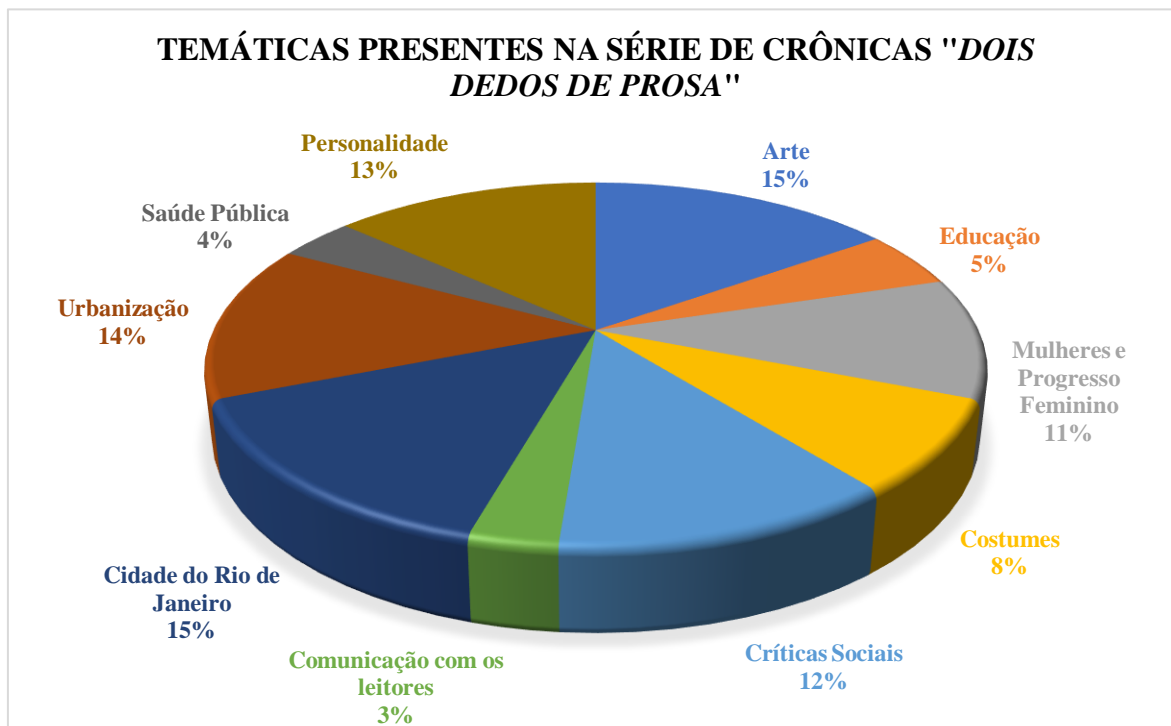
Arte	8720 (1908); 8741 (1908); 8783 (1908); 8825 (1908); 8881 (1909); 8888 (1909); 8943 (1909); 9006 (1909); 9041 (1909); 9048 (1909); 9167 (1909); 9181 (1909); 9376 (1910); 9418 (1910); 9530 (1910); 9739 (1911); 9760 (1911); 9781 (1911); 9830 (1911); 9851 (1911); 9907 (1911); 9949 (1912); 9998 (1912); 10152 (1912).
Educação	8867 (1909); 8874 (1909); 8943 (1909); 9048 (1909); 9362 (1910); 9607 (1911); 9704 (1911); 10187 (1912).
Mulheres e Progresso Feminino	9062 (1909); 9076 (1909); 9146 (1909); 9181 (1909); 9460 (1910); 9558 (1910); 9579 (1910); 9593 (1911); 9655 (1911); 9711 (1911); 9781 (1911); 9886 (1911); 9900 (1911); 9935 (1911); 9942 (1911); 10138 (1912); 10180 (1912).
Costumes	9013 (1909); 9020 (1909); 9460 (1910); 9530 (1910); 9600 (1911); 9711 (1911); 9732 (1911); 9921 (1911); 9956 (1912); 9998 (1912); 10075 (1912); 10166 (1912); 10180 (1912);
Críticas sociais	8727 (1908); 8741 (1908); 8874 (1909); 8888 (1909); 9076 (1909); 9223 (1910); 9439 (1910); 9460 (1910); 9530 (1910); 9551 (1910); 9572 (1910); 9607 (1911); 9788 (1911); 9893 (1911); 9900 (1911); 9963 (1912); 10075 (1912); 10089 (1912); 10187 (1912).
Comunicação com os leitores	8985 (1909); 9062 (1909); 9146 (1909); 9251 (1910); 9628 (1911).
Cidade do Rio de Janeiro	8727 (1908); 8783 (1908); 8797 (1908); 9020 (1909); 9118 (1909); 9167 (1909); 9181 (1909); 9223 (1910); 9251 (1910); 9348 (1910); 9411 (1910); 9481 (1910); 9523 (1910); 9537 (1910); 9544 (1910); 9579 (1910); 9690 (1911); 9802 (1911); 9970 (1912); 9977 (1912); 9984 (1912); 10075 (1912); 10173 (1912); 10180 (1912).
Urbanização	8727 (1908); 8846 (1908); 9055 (1909); 9341 (1910); 9362 (1910); 9488 (1910); 9523 (1910); 9586 (1911); 9802 (1911); 9823 (1911); 9879 (1911); 9928 (1911); 9977 (1912); 10005 (1912); 10012 (1912); 10019 (1912); 10026 (1912); 10033 (1912); 10068 (1912); 10110 (1912); 10166 (1912); 10173 (1912);
Saúde pública	9439 (1910); 9593 (1911); 9781 (1911); 9816 (1911); 10054 (1912); 10103 (1912).
Personalidades	8748 (1908); 9362 (1910); 9495 (1910); 9572 (1910); 9690 (1911); 9739 (1911); 9760 (1911); 9830 (1911); 9851 (1911); 9879 (1911); 9886 (1911); 9907 (1911); 9914 (1911); 9963 (1912); 9991 (1912); 10054 (1912); 10061 (1912); 10082 (1912); 10096 (1912); 10138 (1912); 10145 (1912).

Fonte: ALMEIDA, Julia Lopes de. “Dois dedos de prosa”, Rio de Janeiro, O Paiz, 1884-1930.

Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/paiz/178691>. Acesso entre junho de 2020 e dezembro de 2022. Levantamento próprio.

Para a melhor visualização dessa divisão temática, construímos um gráfico com as porcentagens da abordagem de cada tema no total das publicações:

Gráfico 1:



Fonte: ALMEIDA, Julia Lopes de. “Dois dedos de prosa”, Rio de Janeiro, *O Paiz*, 1884-1930.

Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/paiz/178691>. Acesso entre junho de 2020 e dezembro de 2022. Levantamento próprio.

As crônicas que se encontram na categoria “Arte” tratam de exposições, peças de teatro, apresentações musicais e literatura. Em “Educação” estão aquelas nas quais a autora se posicionou em favor do acesso à educação por todos, às mudanças educacionais ou à educação feminina. A categoria “Mulheres e Progresso Feminino” aborda desigualdade de gênero, trabalho, educação e o papel da mulher na sociedade brasileira. “Costumes” reúne crônicas que abordam festas e hábitos sociais, às vezes conteúdo elogiosos, às vezes críticas. As crônicas da categoria “Críticas Sociais” contemplavam diversos subtemas, desde a desigualdade, a violência policial, injustiças e política. A categoria “Comunicação com os leitores” traz crônicas que falam diretamente com leitores que escrevem para a autora em resposta às suas publicações.

“Cidade do Rio de Janeiro” apresenta aspectos mais cotidianos e andanças da autora pela cidade onde mora. As crônicas de “Urbanização” falam sobre o progresso

urbanístico do Rio de Janeiro e outras cidades que a autora visitou. Nelas, Julia tratou especialmente sobre a arborização das vias, prática que considerava urgente no Brasil. Em “Saúde Pública”, Julia abordou as políticas de saneamento e as epidemias que assolavam o Rio. E, por fim, em “Personalidades”, a autora escreveu sobre pessoas em específico que estavam em evidência naquele momento, seja por obras, seja por falecimento, ou por estarem em seu círculo de amizade.

Tal riqueza e atualidade de temáticas faz com que reportemos a uma importante questão colocada por Engel⁹⁹ seria Julia Lopes de Almeida uma escritora à frente de seu tempo? Colocar alguém nessa posição pode ser uma forma de apresentá-la de uma perspectiva anacrônica, desconsiderando o contexto histórico no qual ela estaria inserida o que acaba por anular as complexidades dos indivíduos ao mesmo tempo que pode ignorar o meio no qual ele cresceu, desenvolveu sua intelectualidade e produziu saberes.

Contudo, é interessante destacar que, como observado, a série de crônicas analisadas nesse trabalho ocupou espaço de destaque nas colunas de terça-feira do jornal “O Paiz”. Nem sempre as crônicas publicadas em jornais eram assinadas e, quando o eram, muitos autores preferiam utilizar pseudônimos. Por quatro anos Julia Lopes de Almeida assinou suas crônicas publicadas na primeira página das edições de terça-feira.

Para muitas escritoras, o discurso de humildade, de sentimentalismo e de conciliação foi a forma com que elas encontraram de poder produzir literatura. Zahíde Lupinaci Muzart¹⁰⁰ disserta mais sobre esse aspecto, o qual ela se refere por “manifestações do feminino”¹⁰¹ e que configuram uma espécie de culpa expressa¹⁰² na escrita dessas mulheres. A autora as encontrou em muitos prefácios de escritoras do século XIX. Um dos mais conhecidos é aquele escrito por Maria Firmina dos Reis, em 1885, quando começa a publicar em forma de folhetim seu romance “Úrsula”, sob o pseudônimo de “Uma Maranhense”¹⁰³. Julia Lopes de Almeida também apresenta essas manifestações do feminino ao imprimir, por vezes exageradamente, emoções em suas crônicas, como se estivesse deixando claro que aquilo seria escrito de fato por uma mulher, uma vez que tende ao sentimental, ao invés do racional.

⁹⁹ ENGEL, Magali Gouveia. Julia Lopes de Almeida (1862-1934): uma mulher fora de seu tempo? *La Manzana de la discordia*, vol. 4, no. 2, 2009.

¹⁰⁰ MUZART, Z. L. Artimanhas nas entrelinhas: leitura do paratexto de escritoras do século XIX. In: Susana Bornéo Funck. (Org.). *Trocando idéias sobre a mulher e a literatura*. Florianópolis, SC: EDEME, 1994, v.1, p. 263-269.

¹⁰¹ *Idem*, p. 264.

¹⁰² *Idem*, p. 267.

¹⁰³ *Idem*.

Sobre essa temática, Ana Faedrich (2018) cita uma “barreira de vidro”¹⁰⁴, imposta às escritoras, de forma sutil, nas entrelinhas, para as desencorajar a seguir em frente na profissão¹⁰⁵. Um bom exemplo disso são os termos “literatura de mulher” ou “literatura feminina”, que automaticamente diferenciam as produções literárias feitas por mulheres da literatura “regular”, a qual é produzida por homens e para homens. Ainda hoje, em muitas análises literárias, as mulheres oitocentistas e aquelas que produziram nas primeiras décadas do século XX, continuam sendo julgadas com régua diferente dos cânones da época¹⁰⁶.

Comparando a situação com outros países, Castanheira (s.d.) argumenta que enquanto na Europa e nos EUA já havia algumas escritoras mulheres consolidadas no mercado, no Brasil do século XIX a mulher era ainda vista como intelectualmente inferior, por isso, sua escrita também o seria. A própria Julia Lopes de Almeida aponta como as mulheres eram vistas pelos homens no Brasil, comparando a situação com os Estados Unidos, o que faz com que pensemos que essa situação se arrasta pelo menos até as primeiras décadas do século XX:

Louva a atividade assombrosa dos americanos, o seu amor ao dinheiro, produtor de milagres, o seu conforto, a confiança que depositam em si e que os leva a empreender as mais arrojadas empresas; a independência e a felicidade das mulheres (...).¹⁰⁷

Contudo, mesmo com essa inferiorização e com a utilização do termo pejorativo “*Bibliothèque Rose*”¹⁰⁸ para classificar a literatura escrita por mulheres, elas não deixam de publicar. No século XIX surge a chamada imprensa feminina¹⁰⁹, o que permite a maior divulgação da literatura produzida por mulheres. A partir do século XX, existia uma maior participação de escritoras em periódicos, buscando ampliar seu público leitor e a profissionalização na área das letras, o que tornava a tarefa mais árdua.

¹⁰⁴ FAEDRICH, Anna. (2018). Memória e amnésia sexista: repertórios de exclusão das escritoras oitocentistas. *Letrônica*, 11(3), s164-s177. <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2018.s.30477>. Acesso em 20 de novembro e 2020, p. 165.

¹⁰⁵ *Idem. Ibidem.*

¹⁰⁶ A publicação de Giovana Xavier (2005), intitulada “Coisa de pele: relações de gênero, literatura e mestiçagem feminina (Rio de Janeiro, 1880-1910)” faz um bom debate sobre a interseccionalidade do assunto.

¹⁰⁷ ALMEIDA, Julia Lopes de. “*Dois dedos de prosa*”. *O PAIZ*, Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1908, p.1.

¹⁰⁸ Deivid Costruba (2011) faz uma análise sobre a opinião de diversos autores homens sobre a escrita de Julia Lopes de Almeida. O termo é como Agripino Grieco classifica a literatura produzida pela autora, classificando-a, claramente, fora da literatura clássica, no campo de uma literatura feminina e, portanto, inferior (COSTRUBA: 2011, p. 111).

¹⁰⁹ Sobre o surgimento da imprensa feminina, Maria Inês Marreco (2015) faz um levantamento de que esse ramo começa a nascer em 1820, com a Independência, e se dividia em: Tradicional, com ênfase nas virtudes domésticas, e progressista, focada na educação feminina. Julia Lopes de Almeida contribuiu em ambos os seguimentos.

Sendo assim, estudar Julia Lopes de Almeida nos possibilita investigar a figura da mulher durante a Primeira República e os caminhos que se abriram, nos anos que seguiram, para a luta por maior espaço para as mulheres na sociedade brasileira. Ademais, não se pode negar a relevância dessa autora nos períodos finais do século XIX e início do século XX. Investigá-la em rigor científico e levá-la à sala de aula também é divulgar que, apesar da inferiorização por parte de seus contemporâneos homens, as mulheres foram presentes na literatura do período. Outrossim, a utilização de crônicas como projeto didático na Educação Básica permite que “os alunos se sintam mais próximos de realidades históricas tão distantes no tempo e que, no entanto, nos trazem sentimentos e sensações tão atuais”¹¹⁰. Nesse sentido, as crônicas que vem sendo analisadas nesse trabalho apresentam muitas possibilidades de aproximação entre o contexto histórico que viveu Julia Lopes de Almeida e o dos estudantes de hoje, como será demonstrado nos próximos capítulos.

¹¹⁰ ENGEL, Magali Gouveia et al. *Crônicas cariocas e o ensino de História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 9.

CAPÍTULO 2

A imprensa e o Ensino de História: possibilidades em sala de aula

2.1 Considerações sobre o uso dos jornais como fontes históricas

No século XX, com o surgimento da Escola dos *Annales*, principalmente na terceira geração, novas fontes, objetos e problemas são inseridos no estudo da História, que, anteriormente, se focava nas fontes escritas, principalmente nos documentos oficiais, que possuísem “fidedignidade” e “imparcialidade”. Contudo, levou-se algum tempo para a mudança de postura dos historiadores perante suas fontes. Essa mudança também compreende o tempo entre a criação dessa nova perspectiva dos *Annales* até a chegada dessa escola para outros países. Lembrando que apenas no final do século XIX, os historiadores haviam presenciado a mudança da “história” para a “História”, elevando seu *status* ao pertencimento do seleto grupo cátedras científicas, justamente por conta do rigor do método que buscava uma verdade a ser extraída do documento¹¹¹.

Desta forma, as fontes menos convencionais da História ainda tiveram grande dificuldade de serem inseridas nas pesquisas. Os periódicos, popularizados no mesmo período, foram vistos até muito tempo depois como fontes parciais e, portanto, não confiáveis. Contudo, é necessário perguntar: quais fontes são imparciais? Salvo essas considerações iniciais, é verdade que se faz necessário apontar algumas circunstâncias específicas para se trabalhar com as fontes da mídia impressa, principalmente os jornais. Para tanto, utilizar-se-á os textos “História dos, nos e por meio dos periódicos”, de Tania Regina de Luca, contido na coletânea organizada por Carla Bassanezi Pinsky “Fontes Históricas” (2008), e “Imprensa e História do Brasil”, de Maria Helena Rolim Capelato (1988).

Para além das mudanças na disciplina da História e seus objetos de estudos ocorridas desde o início do século XX até o presente momento, passando pela História da perspectiva dos vencidos, de Thompson, à “História à contrapelo”, de Benjamin, História Cultural, pela reformulação do marxismo, pela microhistória e História do Tempo Presente, a utilização dos periódicos como fontes possíveis chega, no Brasil, por volta da década de 1960. Contudo, ela ainda se encontrava sob “suspeição”, como De Luca (2008) mesmo coloca:

¹¹¹ Ver: BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989* / Peter Burke; tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

Nos dois casos, já não se questionava o uso dos jornais por sua falta de objetividade - atributo que, de fato, nenhum vestígio do passado pode ostentar -, antes se pretendia alertar para o uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador. Daí o amplo rol de prescrições que convidavam à prudência e faziam com que alguns só se dispusessem a correr tantos riscos quando premidos pela falta absoluta de fontes. Outros, por seu turno, encaravam as recomendações com grande ceticismo, uma vez que tomavam a imprensa como instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos.¹¹²

Embora muitos trabalhos importantes sobre a História do Brasil¹¹³ utilizassem os jornais para obter dados de natureza econômica ou aspectos da vida social do período analisado, foi apenas na década de 1970 que essas fontes passaram a ser consideradas objeto de estudos e, em alguns trabalhos, sua própria história se fundiria com a História do país, como, por exemplo, “*O Bravo Matutino*”, de Maria Helena Rolim Capelato e Maria Lígia Prado (1974) e, na década seguinte, o próprio “*Imprensa e História do Brasil*”, de Maria Helena Rolim Capelato (1988).

Ainda na década de 1970, com o destaque obtido pela Imprensa Operária, os jornais se tornam objeto de interesse de quem pesquisa a História dos Trabalhadores, o que contribuiu para que outros olhares recaíssem sobre essas fontes, o que não seria possível sem o trabalho de organização dos arquivos:

A organização de arquivos, com destaque para o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL, 1974) da Unicamp, que publica os Cadernos do AEL, e da reunião no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM, 1996) dos arquivos Mário Pedrosa e do Movimento Operário Brasileiro, antes sediado em Milão, colaboraram decididamente para evidenciar a riqueza desse corpo documental. Dados acerca das formas de associação e composição do operariado, correntes ideológicas e cisões internas, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e trabalho, repressão e relacionamento com

¹¹² DE LUCA, Tania R. in: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p.116.

¹¹³ Nomes como Gilberto Freyre, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Stanley J. Stein, Nícia Vilela Luz e Leôncio Martins Rodrigues são referenciados como obras que utilizam fontes de periódicos, mesmo que ainda pudesse haver desconfianças quanto as informações contidas neles. Para mais informações, é possível consultar De Luca, in Pinsky: 2008, p. 117.

empregadores e poderes estabelecidos, intercâmbios entre lideranças nacionais e internacionais, enfim, respostas para as mais diversas questões acerca dos segmentos militantes puderam ser encontradas nas páginas de jornais, panfletos e revistas, que se constituíam em instrumento essencial de politização e arregimentação.¹¹⁴

Sendo assim, os periódicos quebram com a visão única de que apenas se valiam para amplificar as vozes dos empresários que investiam para que o jornal pudesse funcionar. Não se pode deixar de lado esses investimentos e quem fazia com que essas mídias funcionassem, mas sabia-se que possuíam outras vozes circulando por meio delas, recortes de gênero, raça e classe poderiam encontrar nas mídias impressas dados de grande contribuição, justamente pelo motivo que havia colocado os periódicos como fontes não confiáveis: os jornais não são fontes que trazem fidedignidade de fatos, mas carregam a visão de seus produtores, os quais estão inseridos em um contexto histórico, como qualquer outro documento:

O documento é resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da sociedade que o produziu e também as épocas sucessivas durante as quais continuou a viver esquecido ou manipulado. Esse produto resulta das relações de forças conflitantes e do empenho de seus produtores para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem da sociedade.¹¹⁵

Portanto, até mesmo as vozes esquecidas, ou aquelas que foram silenciadas por essas mídias de grande circulação, e até mesmo os periódicos menores e por vezes esquecidos, são informativos de como determinados grupos viam a sociedade na qual estavam inseridos, funcionando como uma representação do real, mas não a realidade em si. Além do mais, o conteúdo do jornal não pode ser desvinculado do lugar ocupado pela sua própria publicação na história da imprensa, já que a imprensa também é a fonte de sua própria história.

Não obstante, ao tomar a imprensa como fonte, e sobretudo a análise das crônicas, se faz relevante levar em consideração que um jornal dialoga com uma cadeia de comunicação que vai desde seus redatores, passa pelos anunciantes, distribuidores e leitores em potencial, que são os interlocutores do jornal. Portanto, ao estudarmos a série “Dois dedos de prosa”, algumas questões de ordem metodológica devem ser levadas em consideração.

¹¹⁴ *Idem.* p. 119.

¹¹⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto (Coleção Repensando a História), 1988, p. 24.

A respeito disso, Robert Darnton¹¹⁶ propõem um circuito de comunicação dos impressos. Abordando a questão dos livros, o autor pontua que os escritores também são leitores e, portanto, se comunicam e associam com outros escritores. Os escritores se dirigem também aos seus leitores implícitos, completando assim um circuito que vai de pensamento, crítica, caracteres impressos e pensamento novamente. Esse sistema se relacionaria com outros sistemas, como os sociais, os políticos e os culturais. Seguindo o mesmo raciocínio desses autores, Mouillaud (2002) levanta algumas questões que são relevantes à pesquisa com periódicos impressos:

Assim, são questões que devem nortear a pesquisa: quem são os jornalistas? Quais estratégias de convencimento e de atração são utilizadas no discurso? Como é a relação entre o texto e seu suporte (materialidade do papel, seu formato, sua diagramação)? Como ocorre a divulgação e distribuição das folhas? E, por fim, como o texto é interpretado (reescrito) no momento da leitura?¹¹⁷

Mesmo com grandes taxas de analfabetismo, as mídias impressas circulavam em grande quantidade, principalmente após a Proclamação da República. Funcionavam como redes de sociabilidade dos intelectuais brasileiros, portanto eram os meios pelos quais circulavam as ideias, boa parte importadas da Europa, modelo civilizatório para o país. A grande imprensa, além do mais, dominava a vida intelectual no Rio de Janeiro, o que fazia com que ela se valesse de prestígio de intelectuais como seus colaboradores, mas também os impulsionava e divulgava, principalmente quando se fala dos literatos.

A própria imprensa cria condições para que o intelectual se profissionalizasse¹¹⁸, mesmo que este tivesse que atender as demandas impostas por aqueles que possuíam controle financeiro e ideológico do jornal, muitas vezes representados pelo mesmo grupo de pessoas. Além disso, ao considerar qualquer periódico como fonte histórica, ao invés do foco da atenção se dar apenas no texto e em sua veracidade, se faz necessário considerar quem o produziu, para que o escreveu, quem era o interlocutor, de que forma o texto foi escrito e quando chegou a

¹¹⁶ DARNTON, Robert. *A questão dos livros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

¹¹⁷ MOUILLAUD, Maurice. O nome do jornal. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal*. Da forma ao sentido. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002, p. 29-35.

¹¹⁸ Aqui, o termo “profissionalização” está sendo usado no sentido de que esses intelectuais possuíam uma renda recorrente, proveniente dos jornais para os quais escreviam toda a semana.

público. Sendo esse tipo de fonte uma produção coletiva, deve-se levar em consideração quais os colaboradores mais assíduos e que grupos são responsáveis pelas linhas editoriais.

Isso apenas levando em consideração seu texto. A materialidade do jornal conta outro tipo de história, não menos importante. Com as novas tecnologias que vinham chegando ao Brasil, a própria qualidade da impressão e o número de tiragens eram sinais de inovação técnica e, portanto, mais recursos, o que traz informações sobre o quanto o jornal era interessante aos seus investidores e anunciantes. Esses investidores eram, em grande parte, políticos e empresários pertencentes a grupos sociais específicos, aos quais muitas vezes poderiam se conectar ao público-alvo do jornal ou mesmo estarem entre os mesmos grupos de seus proprietários ou colaboradores.¹¹⁹

Tal característica provavelmente pode ser observada porque já se entendia a imprensa como força e ferramenta política e se enxergava nela muitas possibilidades para quem pudesse, de alguma forma, se valer desse poder: “Na grande imprensa, onde se mesclam interesses políticos e de lucro, os recursos para a sedução do público são indispensáveis.”¹²⁰ Com tantas coisas em jogo, não só aqueles que estavam fora do jornal e queriam se beneficiar de sua influência, mas também os que trabalhavam na produção jornalística se viam em hierarquias¹²¹ relacionadas ao posicionamento das notícias, ao tipo de conteúdo com menor ou maior destaque, sempre levando em consideração que as primeiras páginas eram locais privilegiados para se publicar um artigo¹²².

A partir das décadas de 1980 e 1990, diversos desses profissionais buscaram compreender melhor o jornal como documento e adaptarem a crítica das fontes ao seu conteúdo específico. Esse movimento faz parte das próprias singularidades do método e da escrita da História, o que fazem os historiadores visitarem e revisitarem sujeitos e documentos, de tempos em tempos, de maneira a encontrar as respostas para as demandas mais atuais da sua própria época:

¹¹⁹ Sobre esse tema, conferir o artigo: NERY, Gabriela. *Nos escritórios da rua do Ouvidor: a imprensa e o ofício dos jornalistas na passagem do Segundo Reinado à Primeira República (1875-1891)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 182, p. 111-138, 2021.

¹²⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto (Coleção Repensando a História), 1988, p. 15.

¹²¹ Robert Darnton, em *O Beijo de Lamourette* (1989), explica ser possível a ascensão ou rebaixamento na hierarquia de uma redação, de modo a influenciar destaque, remuneração e até mesmo local privilegiado de trabalho.

¹²² Julia Lopes de Almeida, por exemplo, publicava sua coluna “Dois dedos de prosa”, na primeira página de “O Paiz”, às terças-feiras. Tal informação pode servir de indício sobre o prestígio que gozava dentre aqueles que tomava as decisões nesse periódico em específico.

É em função da vida que se interroga os mortos. Compete, pois, ao historiador, fazer reviver as personagens do passado, procurando entendê-las na sua época. Com essa nova postura, a história morta cede lugar a uma história viva que se propõe, como meta, captar as transformações dos homens no tempo. A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permitem compreender como viveram nossos antepassados – não só nos “ilustres”, mas também nos sujeitos anônimos.¹²³

Portanto, para dar continuidade ao presente trabalho, se faz necessário responder às especificidades desse tipo de fonte, voltadas a realidade do periódico aqui analisado, mesmo que de forma breve. Para isso, coloca-se agora o foco no jornal “*O Paiz*”, o qual funcionou entre os anos de 1884 e 1934.

2.2 “*O Paiz*” em foco

A imprensa brasileira surge tardiamente, se comparada ao modelo de progresso no qual ela se espelhava, o europeu. Apenas com a vinda da família real, em 1808, que os primeiros periódicos passaram a circular em território colonial. Dentre eles, é possível citar a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822), órgão oficial do governo português durante o período que passou no Brasil, publicado pela Imprensa Régia, e o *Correio Braziliense: ou Armazém Literário* (1808-1822), o qual era produzido na Inglaterra por Hipólito da Costa.

Após 1820, após o fim da censura que se deu com a Revolução do Porto, o número de impressos aumentou, uma vez que já não era proibido circular impressos sem conexão com o governo, e até o final do século XIX, muitos periódicos, dentre jornais e revistas, foram lançados. O Rio de Janeiro, então capital federal, sediava algumas das folhas mais importantes do período, tais como a *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Commercio* e *O Paiz*, o qual está sendo estudado por este trabalho.

Levando em consideração que a taxa de analfabetismo em 1890 somava quase 85 % da população brasileira¹²⁴, o jornal ainda funcionava com a proposta de ser o principal local

¹²³ *Idem*, p. 20.

¹²⁴ VERÍSSIMO in SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2003, p.110.

de divulgação de ideias, chegando, muitas vezes, à população sem acesso à leitura, por meio das famosas leituras coletivas.

O jornal *O Paiz*, fundado por João José dos Reis Junior¹²⁵, agraciado com o título de Conde de São Salvador de Matosinhos, teve sua primeira sede em um casarão antigo, endereçado na Rua do Ouvidor, número 63, na capital federal. Era um jornal matutino, que propunha, como sua missão, dialogar com os inteligentes, ser uma escola crítica, imparcial, livre de preconceitos de classe, em busca das novas mudanças sociais¹²⁶. Em um primeiro momento, o impresso tentou manter uma postura neutra e modesta, mas deixava claro que seus interlocutores principais eram os intelectuais.

Seu primeiro redator-chefe foi Rui Barbosa, posteriormente substituído por Quintino Bocaiúva. Este fazia parte da “Sociedade Anônima *O Paiz*”, formada pelo conjunto de acionistas do periódico. Em 1891, Pedro de Almeida Godinho possuía a maior porcentagem das ações dessa sociedade. Já em 1899, Bocaiúva deixa seu cargo no jornal e passa a seguir a carreira política, sendo substituído por Eduardo Salamonte.

Nessa mesma década, Reis deixa a sociedade e passa a propriedade dela a Francisco de Paula Mayrink¹²⁷, após um escândalo envolvendo o irmão de João José dos Reis Júnior, Juca Reis, após este ter sido detido pelo delegado Sampaio Ferraz, acusado de ofender figuras públicas da mídia. Mesmo com a intervenção de Quintino Bocaiúva, então Ministro das Relações Exteriores do governo de Deodoro da Fonseca, de nada adiantou para o ocorrido. Mayrink era banqueiro, empresário e investidor em estradas de ferro e outros negócios, o que significava novo aporte de capitais. Ele dividia a Sociedade Anônima com Rodolfo de Abreu, Belarmino Carneiro e Manuel Cotta. Bocaiúva assume o cargo de presidente honorário. Nesse período, João de Sousa Lage, ocupou o cargo de gerente comercial do jornal.

Lage, também capitalista e de origem portuguesa, assim como Reis, passou a ser o maior acionista do jornal, tornando-se seu presidente em 1904. Isso ocorreu após Lage fazer um empréstimo no Banco da República, de modo a comprar as ações de Pedro de Almeida

¹²⁵ Desde sua primeira edição, até o ano de 1907, *O Paiz* trazia na primeira página a inscrição “Propriedade de uma Sociedade Anônima”. Barbosa, em “Os donos do Rio” (2000), diz que, em 1891, o maior acionista dessa sociedade era Pedro de Almeida Godinho. Em 1899, João José dos Reis deixa a sociedade, passando a propriedade para Mayrink, posteriormente citado, que a guiava junto com Rodolfo de Abreu, Belarmino Carneiro e Manuel Cotta. Já em 1904, Lage, que antes era gerente comercial do jornal, faz um empréstimo no Banco da República, e compra as ações de Godinho, tornando-se o maior acionista de *O Paiz*.

¹²⁶ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1884, p. 1.

¹²⁷ Francisco de Paula Mayrink, conhecido como “Conselheiro Mayrink”, também foi preso a mando de Deodoro da Fonseca após os eventos que proclamaram a República, em 1889. Contudo, como tinha laços estreitos com Quintino Bocaiúva, ele foi solto em seguida. (SILVA, Izabel Pimentel da. (s/d). Verbete Mayrink, Francisco de Paula. In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC/FGV).

Godinho em uma transação um tanto obscura, enquanto Godinho se encontrava em uma viagem. Nesse mesmo ano, João Lage adquiri a nova sede de *O Paiz*, localizada agora na Avenida Central, esquina com a Sete de Setembro, um prédio de quatro andares, com 20 metros de altura e 36 metros de frente ¹²⁸.

Imagem 1: Prédio da Sociedade Anônima *O Paiz*, localizado na esquina da Avenida Central com a Rua 7 de Setembro



Fonte: FERREZ, Marc, c. 1906. Disponível em:

<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/10538>

¹²⁸ Em 1910, João de Sousa Lage e Edmundo Bittencourt se envolvem em escândalos envolvendo apoio a candidaturas políticas (Bittencourt apoiava a então candidatura de Rui Barbosa enquanto *O Paiz* se mantinha a favor da oposição). Em meio a essas brigas, Bittencourt acusa Lage de corrupção e este apresenta dados incongruentes sobre os valores emprestados ao Banco da República e os valores pagos na aquisição do prédio na Avenida Central. Para melhores esclarecimentos, é indicado checar a obra “Os donos do Rio” (2000), por Marialva Barbosa.

Ainda sobre Lage, é necessário citar que ele era visto por muitos como “amigo de todos os governos”¹²⁹ (SODRÉ: 1999, p. 284) e por várias vezes foi visto por seus pares como corrupto¹³⁰. Sua presença no jornal fornece importantes informações sobre sua rede de comunicação. Primeiro, porque era outro capitalista dentro das engrenagens da redação, segundo, por marcar a presença portuguesa em *O Paiz*:

Vi numa dessas noites pela primeira vez entrar na redação, do gabinete em que trabalhava, com umas tirar de papel na mão e charuto na boca, João Lage. (...) O jornal ocupava-se, de resto, mais de Portugal do que do Brasil. O Brasil, como ele o refletia, nada mais era do que um pedaço de Portugal. (...). Hoje, quarenta e cinco anos depois, não se faz ideia entre nós de quanto o Brasil era português. A imprensa estava, em grande parte, em mãos de imigrantes lusos. Eram portugueses o gerente e cronista do Jornal do Comércio, o cronista e o gerente do Correio da Manhã. Era portuguesa a direção da Gazeta de Notícias.

131

As polêmicas nas quais Lage se envolvia, principalmente durante a década de 1910, só não encerrou a vida útil do jornal por conta das relações próximas que o periódico possuía com o governo. Barbosa (2000) argumentou que é possível observar um aumento das tiragens em 1905 por conta dos “Atos Oficiais da Prefeitura” publicados por vezes em dez páginas, nos quais os elogios para o atual governo não eram poupados.

Sodré (1966) chegou a analisar correspondências provenientes de *O Paiz* e endereçadas aos chefes do Executivo, nas quais havia a cobrança de certas quantias em dinheiro. Essas quantias pareciam ser valores pagos com recorrência, talvez para a abertura de espaço na folha para as publicações oficiais, talvez para os elogios frequentes à situação que esse periódico traçava. Além das correspondências, o autor também analisou os empréstimos feitos por Lage para a compra do prédio que sediaria o jornal, em 1904. Tais fontes indicaram mais de um empréstimo no ano para o empresário, por meio do Banco da República, sem data limite para o pagamento.

¹²⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 284

¹³⁰ Sodré (1966) aponta como os jornais da situação recebiam subsídios do governo, o que comprova com documentação levantada por ele, principalmente dos depoimentos de Gilberto Amado. *O Paiz* não era o único a fazê-lo, mas isso, somado às inconsistências apontadas por Barbosa (2000), citadas anteriormente, contribuíram para a fama que Lage carregou dentre seus pares.

¹³¹ AMADO, Gilberto. Apud SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p.332.

Retomando essa linha temporal e seguindo ainda pelo início do século XX, o jornal apresentava algumas modificações na sua cúpula. Em 1904, Dunshee de Abranches passa a redator-chefe, sendo substituído por Alcindo Guanabara no ano seguinte. Terminada a primeira década, em meio de inúmeras polêmicas, Lages e a família Sampaio seguiam como os principais acionistas do jornal, em 1910. Em 1915, *O Paiz* vivenciou uma crise financeira e, em 1917, o prédio da Avenida Central sofreu um incêndio. Esses últimos acontecimentos faziam com que a crise do jornal se agravasse ainda mais.

Adentrando na década de 1920, com o movimento Tenentista e as ações da Coluna Prestes, o então presidente Arthur Bernardes declarou estado de sítio, o que acaba por prejudicar diversas mídias, até mesmo aquelas que era favorável ao governo. Gilberto Amado, que trabalhou na folha, relata assim o impacto nesse periódico:

O certo é que O País estava morto. Mas não porque sua colaboração literária tivesse baixado a qualidade ou porque o seu noticiário já não fosse tão bem arranjado. O País morrera... e quem o matou... foi o estado de sítio... (...) Com os adversários cancelados da vida cívica, na cadeia ou de boca tapada pela censura, não tendo a quem responder, não há órgão defensor de situação que se possa aguentar.¹³²

Sendo um jornal da “situação”, sem oposição, *O Paiz* se tornava quase que irrelevante. Mas, ainda se manteve firme e continuou a circular. Contudo, com os eventos da Revolução de 1930, sob a direção de Alves de Sousa, o jornal recebeu o golpe que o deixou mortalmente ferido. Apoiadores de Vargas passam a atacar as mídias que o criticavam e, nesse mesmo ano, a sede do jornal foi incendiada pela segunda vez. Mesmo assim, a folha continuou suas publicações por mais quatro anos, encerrando suas atividades definitivamente em 1934.

¹³² *Idem*, p. 364.

Imagem 2: Revolução de 1930 - Incêndio na torre do Jornal "O Paiz"



Anônimo, 1930. Disponível em:

<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/10602>

Logo em suas primeiras edições, *O Paiz* se dizia moderado, embora defendesse, timidamente, os ideais republicanos e abolicionistas. Contudo, esses posicionamentos não se enquadram como necessariamente neutros, pois vinham do grupo que compunha a chamada Geração de 1870. Composto por intelectuais de origem heterogênea, desde a aristocracia, como Rui Barbosa, descendentes de escravizados, republicanos, literatos etc., este grupo propunha reformas políticas e sociais, para que o Brasil acompanhasse o ritmo do que se propagavam na Europa.

Adeptos das correntes de pensamento darwinistas, positivistas, liberais e *spencerianas*, eles nem sempre estavam de acordo entre si, mas possuíam muitos pontos em comum. Entre os quais podemos citar a crítica à monarquia e à escravidão como sistema forma de organização de trabalho, além de apoiarem, em grande parte, o liberalismo e cientificismo

que, por seu turno, traria a tão aguardada modernidade ao Brasil. Esse “bando de ideias novas”¹³³, como classificou Silvio Romero, reverberou sobretudo no Rio de Janeiro.¹³⁴

A figura do intelectual foi debatida por diversos autores no contexto brasileiro. Andréa Pessanha (2009) define os intelectuais em duas esferas diferentes: a cultural e a política. Na cultura, estabelece o intelectual como aquele que faz circular ideias e, na política, aquele se engaja, direta ou indiretamente, no jogo pelo poder institucional¹³⁵.

Nicolau Sevcenko, por sua vez, traz o conceito do “escritor-cidadão”, no qual apresenta a intelectualidade, e seu exercício, como atitude política. Referindo-se justamente à Geração de 1870, Sevcenko afirma que o exercício da política poderia ser feito, e de fato o era, por meio da escrita dos literatos e outros intelectuais que atuavam principalmente nos periódicos, escrevendo crônicas, editoriais e artigos, buscando elevar o Brasil, e, mais tarde, a República recém-proclamada, no modelo de progresso^{136 137}.

Já Ângela de Castro Gomes define o intelectual carioca, em específico, como aquele que constrói, na cidade do Rio de Janeiro, sua rede de sociabilidade¹³⁸ fundamental¹³⁹. O que existe em comum entre ambos é a conexão entre a intelectualidade e o campo político, bem como a utilização dos periódicos como campo de difusão de ideias e principal meio pelo qual divulgariam tudo aquilo que ajudaria a sociedade brasileira a atingir os patamares da modernidade.

E o conceito de moderno, polêmico desde o século XVIII com “A Querela dos Antigos e Modernos”, passa a significar, ao longo dos séculos XIX e XX, o tempo presente em contraposição a um passado que estaria atrasado¹⁴⁰. Em suma, a modernidade significa

¹³³ ROMERO, Silvio (Org.). Explicações indispensáveis. In: _____. Tobias Barreto: vários escritos. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900.

¹³⁴ Para um melhor debate sobre a “Geração de 1870” é interessante conferir a tese de doutorado de Andréia Santos da Silva Pessanha (2006), intitulada “*O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 1884-1888”, e a obra de Ângela Alonso (2002), “*Idéias em movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*”.

¹³⁵ PESSANHA, Andrea Santos da Silva. *Memória e missão: O Paiz e Gazeta Nacional*. Imprensa do Rio De Janeiro (1884-1888). Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/4866>. Acesso em 12 de outubro de 2020, p. 70.

¹³⁶ Não que o Brasil Imperial não tenha apresentado avanços no campo das ideias, mas a própria idealização da República usava esse distanciamento do império como propaganda progressista.

¹³⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2003, p.95-117.

¹³⁸ Lembramos aqui que Júlia Lopes de Almeida e Filinto de Almeida possuíam, em sua residência do bairro de Santa Thereza, no Rio de Janeiro, o Salão Verde, o qual servira de local para inúmeros eventos sociais, reunindo sempre nomes famosos da elite intelectual e artística do Rio de Janeiro.

¹³⁹ GOMES, A. M. C. *Essa gente do Rio*. Modernismo e Nacionalismo. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

¹⁴⁰ SILVA, Giovanni C. *Jornal o Paiz - intelectualidade e sociabilidade: formação de opinião, produção e circulação de ideias na constituição das elites brasileiras dos oitocentos*. In: Simpósio Nacional de História, 29, 2017, Brasília. Disponível em: http://rj.anpuh.org/resources/anais/54/1488155926_ARQUIVO_Anpuh2017artigoJornalOPaizintelectualidadees

“progresso” e este, por si, estava conectado aos modelos sociais da Europa Central. Para que haja um sentido de modernidade, sempre se faz necessário um modelo. Se a modernidade é o ideal a ser conquistado no presente em relação ao passado, deve haver um patamar a se atingir. No caso, esse patamar, para o Brasil, era, principalmente, a capital francesa¹⁴¹.

Desta forma, não é arriscado dizer que o periódico *O Paiz* era um jornal fundado por intelectuais, o qual contava com a colaboração de nomes muito respeitados na capital carioca. Também é possível dizer que *O Paiz* não era um jornal popular, no sentido de esse ser seu público-alvo. Os temas frequentemente abordados, como economia, política, artes e a vida das classes privilegiadas do Rio de Janeiro, pareciam mirar nos pares dos próprios colaboradores.

Contudo, sua própria natureza republicana já o afastava das classes mais populares, uma vez que essas, constantemente alvo de políticas públicas de higienização social e leis que, na prática, tornava a vida desses indivíduos inviável, não nutriam, na cidade do Rio de Janeiro, particular simpatia pela República¹⁴². Ainda assim, o impresso se autodenominava a folha de maior circulação da América do Sul, o que leva ao tópico da materialidade dessa folha.

A sua primeira edição, de outubro de 1884, contava com quatro páginas e saía diariamente. Em dezembro do mesmo ano, mais precisamente na edição do dia seis, o jornal passa de onze mil para doze mil exemplares diários. No dia vinte e sete do mesmo mês, esse número aumenta para quatorze mil exemplares. Nos anos seguintes há uma mudança. Em 1889, último ano que trazia informações sobre o número de exemplares na primeira página (26 mil cópias diárias). Sobre esse tema, Barbosa (2000) argumenta que era informação muito difícil de se ter com precisão:

Apesar de ser de difícil apuração, pelas informações esparsas recolhidas nos periódicos ou nas memórias de época, é possível identificar o *Jornal do Brasil* como a maior tiragem e *O Paiz* como o de menor difusão num período de dez anos. Enquanto que “o popularíssimo” atinge 60 mil exemplares, o *Correio da Manhã*, a metade desse número, apesar de ser recente o seu aparecimento,

ociabilidadeformacaodeopiniao,producaoecirculacaodeideiasnaconstituicaodas elitesbrasileirasnooitocentos.pdf. Acesso em 20 e maio de 2022.

¹⁴¹ “Modernidade” é um conceito ambíguo que deve ser bem contextualizado. Contudo, aqui ele é utilizado como termo veiculado pelo próprio período analisado. Para melhor compreender o debate ao redor do conceito, além do texto de Silva (2017), também é indicada a leitura do livro “Tudo que é sólido desmancha no ar”, por Marshall Berman (1986).

¹⁴² “Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi”, de José Murilo de Carvalho (2019), trata mais especificamente sobre essa desconfiança que as classes populares nutriam pela República recém-proclamada em face da recente simpatia que haviam construído por Pedro II e a Princesa Isabel após a Abolição.

o *Jornal do Commercio*, 20 mil. *O Paiz* imprime apenas 15 mil. Já a literária *Gazeta de Notícias* divulga uma tiragem em torno de 40 mil exemplares.¹⁴³

Em suma, para a autora, a própria estrutura da redação, bem como os constantes apelos que o periódico fazia para os leitores renovarem suas assinaturas mensais¹⁴⁴, já seriam grandes contestadores dessa teoria. Com relação ao seu número de páginas, essas também aumentam. Passam de quatro para uma variação entre seis, oito, doze e dezesseis páginas até o empastelamento do periódico. Os anúncios passam a incorporar a folha e ocupam basicamente três páginas, o que pode ser um indício da popularidade desse periódico¹⁴⁵. Ainda, como citado anteriormente, a partir de 1905, *O Paiz* passa a receber para incorporar em sua folha os “Atos Oficiais da Prefeitura”, que ocupam, por vezes, dez páginas, chegando até mesmo a serem publicados decretos nas suas páginas iniciais.

As inovações técnicas do jornal foram mais lentas do que seus concorrentes, mas este não foi o último a investir nesse aspecto. A partir da década de 1910, elas vieram com força maior. Desde 1919, as edições passam a trazer a informação na capa de que esse impresso contava com telegramas vindos das agências *United Press*, a qual dizia ser exclusividade desse jornal¹⁴⁶, Agência *Havas*, Agência Americana e alguns correspondentes especiais. *O Paiz* insere fotografia em suas edições na virada do século XIX para o século XX¹⁴⁷. Com esses dados é possível concluir que esse periódico não apenas escrevia sobre o que se entendia sobre modernidade, mas também incorporava o que o progresso tecnológico poderia trazer de benéfico para esse tipo de mídia:

(...) sua tiragem continua crescendo, é extraordinária para a época, com 62 000 exemplares diários; faz, no início do século, violenta campanha contra os métodos usados pela polícia; publica, em 1902, o primeiro romance policial em quadrinhos, ilustrado por Julião Machado; em 1903, instala luz elétrica na redação e com energia elétrica movimenta a sua rotativa (...).¹⁴⁸

¹⁴³ BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: Imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vícios de Leitura, 2000, p. 54.

¹⁴⁴ *O Paiz* chegou a fazer campanhas para os assinantes mensais, oferecendo produtos e serviços dos comerciantes locais como “brindes” pelas assinaturas (BARBOSA: 2000).

¹⁴⁵ A folha de terça-feira, na qual a escritora Julia Lopes de Almeida publicava na primeira página, chega a ter dezesseis páginas e contar com três páginas apenas de anúncios.

¹⁴⁶ Sodré (1966) pontua que a Agência *United Press* passa a servir também o *Jornal do Brasil*, em 1922.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 332. É importante ressaltar que essa informação sobre a tiragem do jornal que Nelson W. Sodré trás em “A História da Imprensa no Brasil” (1966) é, como já dito, difícil de ser checada.

Flora Süssekind (1987) argumenta que o encantamento pelo progresso não só estava presente na materialidade dos impressos diversos, mas poderia ser observado como tema das publicações. Julia Lopes de Almeida, escritora das crônicas utilizadas nesse trabalho, por diversas vezes citou as novas tecnologias em sua coluna “Dois Dedos De Prosa”. Por vezes, como elogio:

Os effeitos da luz que de instante a instante augmenta de intensidade, desnudando montanhas e de que fugimos ou a que nos aproximamos, esgarçando nevoas, pondo barras de ouro palido em areas de praias e envolvendo os cultos negros de embarcações de todo o genero em um nimbo diaphano que os desmaterializa, bastaria já para entreter os olhos e a imaginação dos viajantes, se ainda na cidade fronteira não houvesse motivos muito dignos da nossa curiosidade.

Tinham-me falado de uma avenida nova na capital fluminense, de trinta e tres metros de largo por tres mil cento e quarenta metros de extensão, e sabendo que essa alameda era percorrida de extremidade a extremidade pelos excellentes bonds electricos de Nitheroy, não hesite em ir vel-a. É mais do que uma promessa, pois que está em parte realizada: alinhada, nivelada e com os trilhos em linha dupla assentes.”¹⁴⁹

E ainda, por vezes, com resguardo:

Embasbacados diante de uma fita que reproduza paizagens nunca vistas: canes da Hollanda, com as suas margens cultivadas de cereaes e bordadas aqui e além por moinhos de vento; ou os fiordes da Noruega e da Suecia, com os seus montes rochosos, emergindo do mar azul, franjado a prata, ou uma estrada branca da Russia, velada pelas filas negras de pinheiros esguios; encantados pelo novidade dessa viagem facil, feita sem os vomitos do enjoo e sem as lagrimas da saudade, quem se lembrará de cogitar se os cinematographos são aparelhos perigosos, com elementos facilmente inflammaveis, ou se as casas em que elles funcçionam nos offerecem todas as garantias de segurança, em caso de incendio? Está claro que todas as salas de spectaculo obedecem a certas regras impostas e fiscalizadas pela policia local e conhecidas pelo

¹⁴⁹ ALMEIDA, Julia Lopes de. “Dois dedos de prosa”, Jornal *O Paiz*, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1909, p.1

publico para recurso de salvamento num instante de pavor allucinante, motivado por qualquer accidente, e as salas dos cinematographos não escapam certamente a tal imposição; mas quantos dos seus frequentadores estão convencidos de que taes precauções foram nellas observadas e são mantidas com rigor pelos seus proprietarios? ¹⁵⁰

Mas, quanto mais tecnologias era implementada nas redações dos jornais, menos os literatos acreditavam estar realizando um trabalho de fato literário. Se antes a imprensa se mostrava como um caminho para a profissionalização do escritor, na qual muitos tiravam o sustento mensal garantido pelas laudas que entregavam, semanalmente, às redações, agora se viam cada vez mais distantes do ofício da literatura:

Ao invés de contos e versos, reportagens e entrevistas; ao invés do trabalho de cronista, o de redator: “Começamos a ver muitos escritores a fazer reportagem policial e a alinhar ‘suelos’, anonimamente, ao lado dos artigos assinados que publicavam, muitas vezes na primeira página”. ¹⁵¹

Os “suelos” eram pequenos textos opinativos sobre acontecimentos do cotidiano. Apesar de não possuírem as características da reportagem, se aproximavam mais dela do que das crônicas, por exemplo. As crônicas possuem mensagens relacionadas à vivência dos seus escritores, um olhar em primeira pessoa sobre personagens fictícios, reais, ou a mistura de ambos. Podem ter temáticas que saíram da realidade ou da imaginação de seu autor, mas guardam a característica de trazerem, em sua espinha dorsal, uma visão de mundo daquele que a escreve, mesmo que esse autor seja fruto da imaginação de outrem.

Mesmo que, após a sua publicação, o texto já não pertença mais ao autor, abrindo para as possibilidades de inúmeras interpretações e usos que lhe possam atribuir seus leitores, ainda há um abismo de diferença entre esse tipo de escrita literária e o texto publicitário, ao qual muitos dos literatos da Primeira República se submeteram, por paixão ou necessidade. Contudo, os jornais populares poderiam até ter usufruído do prestígio dos literatos, mas os ganhos dos escritores colaboradores dos jornais também ultrapassavam o quesito financeiro.

¹⁵⁰ ALMEIDA, Julia Lopes de. “Dois dedos de prosa”, Jornal *O Paiz*, Rio de Janeiro, 12 de julho de 1910, p.1

¹⁵¹ SÜSSEKIND, Flora. Cinematógrafo das letras: literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: companhia das Letras, 1987, p. 75.

O preço dos impostos sobre o papel fazia com que as publicações literárias se tornassem bastante caras, o que fazia com que as editoras produzissem seus livros na Europa e os importassem para o Brasil, deixando para as tipografias locais as menores tiragens, barateando as produções.

Os intelectuais que estavam nos jornais, porque assim precisavam, já que as alternativas eram o funcionalismo público ou a carreira política, também acabavam se apropriando do poder que a imprensa os dava, um poder de difusão de ideias e de persuasão para com o público, que a literatura não proporcionava. Barbosa diz que esse poder de “verbalizar sentimentos”¹⁵² era um poder simbólico que acabava por se tornar um poder real.

Então, apesar do jornalismo não ser uma tarefa muito grata a eles, por ser feito visando uma remuneração, e apesar do trabalho jornalístico poder distanciar o escritor do ofício literário, eles ainda se valiam desse prestígio. Ao que parece, existia uma relação dialética presente, na qual a necessidade do jornal em ter esses escritores em seu corpo de colaboradores, em contraposição ao literato que necessitava de dinheiro para sobreviver, coisa que a literatura já não o proporcionava, surge uma figura diferente. Essa figura une o prestígio do literato com o poder do jornalista que consegue influenciar a população por meio das palavras. Talvez aqui, novamente, caiba o conceito de Sevcenko de “escritor-cidadão”.

Em suma, levando em consideração a tese de Ângela de castro Gomes sobre como esses mesmos jornais criavam redes de sociabilidade, passando pelas expressões numéricas que os dados sobre o jornal *O Paiz*, puderam trazer, há de se levantar algumas singelas conclusões.

Ele um periódico criado por intelectuais e escrevia, na grande maioria das vezes, para intelectuais, os quais transitavam, em sua maioria, pela classe média e burguesa carioca. Mesmo que outras pessoas os lessem, os interlocutores, especialmente das crônicas de Julia Lopes de Almeida, as quais são objeto de pesquisa desse trabalho, eram pessoas que liam, iam ao teatro, consumiam música clássica, frequentavam os cinematógrafos, ou seja, possuíam uma vida social que demandava um certo custo. A autora chega a citar a desproporcionalidade de valores para acesso à cultura:

Nem toda a gente póde dispôr de 10\$000 – principalmente quando esses 10\$000 têm de se multiplicar por varias pessoas da familia – para ir ouvir em um salão, mesmo os melhores artistas! Sabe-se o resultado. Os concertistas cantam e tocam para as cadeiras vazias desde que se não dêem ao trabalho, de

¹⁵² BARBOSA, Marialva. *Op. Cit.*, p.57.

algum modo humilhante, de passarem os seus bilhetes de mão em mão, ou de se esfalfarem antecipadamente em sucessivas reclamações. Façam-se ouvir por menos preço e verão.¹⁵³

Levando esse dado em consideração, e também observando que Almeida não está conversando com as classes populares, mas com aqueles que tinham acesso à cultura, se pode estabelecer essa informação como indício dos interlocutores de *O Paiz*.

O jornal possuía muitos anunciantes, mas também atraiu o interesse de empresários, estes que se envolveram em maior ou menor escala no conteúdo que circulava em suas edições, conteúdo esse que passava pelo crivo do redator-chefe. Também é possível dizer que esse capital investido poderia ser visto nas tecnologias empregadas para confeccionar essa folha, tais como a energia elétrica, presença de fotografias e ilustrações variadas, mostrando que *O Paiz* empregava a “modernidade” tanto quanto era seu advogado, acompanhando a tendência (mesmo que de forma um tanto atrasada se comparada aos concorrentes) de outros jornais de grande circulação do mesmo período.

Seu conteúdo sempre deu espaço à literatura e aos literatos como seus contribuidores, unindo informação ao entretenimento. Falava de arte em geral, mas também tratava de assuntos econômicos e, principalmente, políticos. Nesse aspecto, iniciou seus trabalhos como uma folha da oposição ao governo imperial, mas, após a Proclamação da República, passa a ser um periódico de situação. Defender a política feita pelas oligarquias lhe custou seu fim logo quando esse mesmo governo foi substituído, por meio de um golpe de Estado, pela administração Varguista.

Trabalhar com jornais demanda o levantamento de uma ampla gama de dados, como aqui se tentou fazer de maneira breve e modesta. Mas, o trabalho com os periódicos em sala de aula também requer metodologias específicas para esse tipo de documentação. Para tanto, o próximo item desse capítulo tratará desse assunto de maneira mais abrangente.

2.3 Reflexões sobre o trabalho com fontes impressas em sala de aula

¹⁵³ ALMEIDA, Julia Lopes de. “Dois dedos de prosa”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1910, p.1.

A utilização de documentos históricos em sala de aula é objeto de pesquisa de muitos historiadores e pesquisadores da didática da História. Nesse item, o objetivo consiste em refletir sobre essa prática, suas metas e metodologias, procurando manter o enfoque no trabalho pedagógico com jornais e com as crônicas publicadas nesse suporte.

Primeiramente, é importante estabelecer a razão pela qual empregamos como método e recurso no ensino da disciplina de História. A respeito disso, muitas informações chegam até nós por meio do cotejo bibliográfico. O primeiro ponto que comumente se levanta é a transformação do aluno em um aspirante a historiador, tentando promover um pouco da prática desse ofício aos discentes, buscando fazê-lo compreender o processo da escrita da História, ao mesmo tempo que se propõe uma metodologia ativa, prática, em aulas que são, em grande maioria, teóricas, por conta das especificidades da disciplina.

O uso de estratégias e métodos que coloquem o aluno como protagonista de seu próprio ensino tem sido muito prezado pelas grandes instituições educacionais, principalmente essas que interferem diretamente na promulgação de leis educacionais ou na constituição de currículos. Contudo, seria possível transformar os alunos em historiadores? A respeito desse assunto, Circe Bittencourt (2009) argumenta que tal motivação não poderia se concretizar, uma vez que o historiador usa os documentos para uma finalidade diversa que a dos professores em sala de aula, já que os estudantes, estes não possuiriam um domínio suficiente do contexto histórico porque ainda estão o aprendendo¹⁵⁴.

Quais seriam, então, as vantagens do uso de fontes históricas em sala de aula? Para refletir sobre esse questionamento, se faz necessário pensar sobre como os alunos aprendem História. A prática didática da História é tratada, muitas vezes, como uma “tradução” do que a pesquisa acadêmica da História faz nas universidades. Portanto, é muito comum pensarmos o ensino de História, como de outras disciplinas, como transposição didática¹⁵⁵, uma simplificação de um saber criado por um método científico.

Essa noção não só reduz a didática da História a um saber de “segunda classe”, como distancia a escola da universidade, colocando o docente da educação básica como alguém que não cria conhecimento, apenas transforma o saber sábio para o saber ensinado. Porém, há

¹⁵⁴ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 328-329.

¹⁵⁵ O conceito de “transposição didática” instituído por Michel Verret e rediscutido por Yves Chevallard (1985), e a crítica ao mesmo, vem sendo abordada por muitos autores, porém, é importante destacar os trabalhos de Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt, principalmente na obra “Didática reconstrutivista da história” (2020), na qual ela trabalha, dentre muitos outros autores, com Jorn Rüsen e a noção de “consciência histórica”.

algum tempo, essa discussão sobre a cisão entre ciência e didática vem sendo debatida por diversos cientistas, primeiramente na Europa, mas chegando até o Brasil.

Apesar da crítica ao objetivo de transformar alunos em historiadores ser algo a ser considerado, a utilização de métodos da ciência Histórica para compreender a Didática da História pode ser um caminho interessante. Rüsen (2010) acredita que a disciplina escolar da História tem por objetivo criar reflexões históricas sobre a existência e realidade dos próprios alunos no tempo, unindo os aspectos científicos às questões relacionadas a vida prática e a cultura.

Já Lee (2016), acredita que se deve refletir sobre até que ponto a História possui um poder transformativo nos estudantes da educação básica, modificando a maneira com que os alunos enxergam suas próprias realidades. Ele trabalha com a ideia da literacia histórica, de maneira a colocar a lógica da própria História como base para a construção do seu ensino.

A partir desses conceitos, Schmidt trabalha com a noção de “Aula Histórica”, a qual tem por objetivo criar um sentido para a aprendizagem histórica, unindo ciência e vida prática, permitindo que alunos possam se apropriar do conhecimento histórico existente por meio da narrativa histórica¹⁵⁶.

Ambos os autores acreditam, portanto, na potencialidade da Didática Histórica como ciência aplicável em sala de aula, de maneira a utilizar aspectos metodológicos da ciência histórica em si para promover a aprendizagem dos alunos:

A didática histórica deveria ter a estrutura de uma disciplina própria. Nós deveríamos ser capazes de distingui-la de outras disciplinas correlatas como a epistemologia, a sociologia do conhecimento, pedagogia e psicologia. (...). Seu objetivo é investigar o aprendizado histórico. O aprendizado histórico é uma das dimensões e manifestações da consciência histórico. É o processo fundamental de socialização e individualização humana e forma o núcleo de todas as operações.¹⁵⁷

Para tanto, é importante fazer com que os alunos compreendam que a História não se faz por uma sucessão de fatos e objetos, nem, tampouco, se explica de maneira simplista, mas que existem inúmeros fatores que justificam um acontecimento¹⁵⁸.

¹⁵⁶ SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. *Didática reconstrutivista da História*. Curitiba: CRV, 2020.

¹⁵⁷ RÜSEN, J. Tarefa e função de uma teoria da história. In: *Razão Histórica: Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UNB, 2010, p. 39 (grifo meu).

¹⁵⁸ SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos in: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *O Saber Histórico em Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2004.

Sendo assim, é necessário que, em sala de aula e nas universidades, se diminua distância entre o acadêmico e o professor e, para tanto, há de se inserir a vivência, a formação e a atuação do professor na equação referente à aprendizagem da História. Ao apresentar o conceito de Didática Reconstitutivista da História, Schmidt, evocando Rüsen, argumenta que:

(...) o historiador que pesquisa é também professor e o professor que ensina é também um historiador, contestando a dicotomização entre quem ensina e quem pesquisa, admitindo-a como uma construção histórica, que resultou no processo de descolamento no interior da dimensão cognitiva da cultura histórica, devido ao processo de especialização da História como ciência.¹⁵⁹

E onde entrariam os usos de documentos históricos nessa lógica? Para possibilitar que uma didática histórica utilize métodos científicos presentes na própria História, esse pode ser um interessante ponto de partida. Mas, apenas inserir a fonte histórica como um recurso, com o objetivo de tornar uma aula mais dinâmica e lúdica, não seria o suficiente.

Os documentos têm a potencialidade de promover a autonomia do estudante perante seu processo de aprendizagem, mas isso só ocorrerá se o trabalho realizado com eles tiver como objetivo dar a oportunidade para que, a partir das informações contidas nas fontes, o aluno possa fazer sua própria interpretação. O trabalho do docente consistiria em contextualizar o documento e ensinar o método de análise deste, para que o estudante possa ter ferramentas necessárias para construir saberes. A escolha de quais documentos trabalhar também se faz de exímia importância e, para tanto, o professor selecioná-los-ia de acordo com os objetivos da aula.

O Rio de Janeiro, como capital federal, passava por diversas transformações e tinha a ambição de se tornar o modelo cosmopolita desse progresso. A grande imprensa carioca, que circulava em outros locais do Brasil, se fez estandarte para que esse objetivo se concretizasse, o que por si só torna a escolha desse tipo de fonte um rico recurso a ser explorado.

Já as crônicas, objeto específico de estudo desse trabalho, possuíam uma abordagem singular, já que carregavam, por meio de narrativas reais ou fictícias, o olhar de seus autores. Literatos que buscavam ganhar público e divulgar suas obras, encontraram nos jornais uma relação dialógica, na qual, ao mesmo tempo que escreviam por demanda, desviando funções

¹⁵⁹ SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. *Op. Cit.*, 2004, p.148.

para atingir objetivos comerciais, se viram com o poder de serem difusores do pensamento de seu tempo:

Através delas é possível aprender as visões de seus autores sobre o mundo em que viveram. E, por mais excepcionais que estas visões possam parecer, sempre expressarão concepções e práticas *coletivas* e possíveis naquele tempo e lugar. Por outro lado, os registros literários, ainda que marcados de forma mais evidente e assumida por traços de subjetividade e possuindo conteúdo ficcional, podem nos revelar indícios das dimensões objetivas da realidade social.¹⁶⁰

A crônica, ao tratar do cotidiano, traz aquilo que a sociedade da época faz passar despercebido, mas que o autor capta como um tesouro a ser registrado. Já o seu suporte, que é o jornal, possui uma lógica própria, já debatida no tópico anterior deste capítulo, mas que pode ser classificada como amalgama entre investidores, posição política, materialidade, colaboradores e leitores. Juntos, crônica e jornal, tem a potencialidade de trazer indícios sobre como uma sociedade tratava de questões de sua própria época, criadas e analisadas por determinados tipos sociais, os quais tinham acesso ao conteúdo a ser produzido pelos próprios periódicos.

Estabelecidas as motivações para a escolha dessas fontes e do porquê utilizá-las em sala de aula, é impreenchível falar sobre as particularidades desse uso. Sendo assim, novamente retornamos à crítica feita por Bittencourt (2009) ao tratar dos limites do documento. Há de se considerar que uma fonte não é criada com o objetivo de servir de indício para historiadores ou como parte de metodologias de ensino. Esse é o primeiro ponto a ser considerado.

Os jornais, em específico, não possuem um discurso imparcial e as notícias veiculadas neles sempre carregarão a visão dessa rede de comunicação que o produz. Portanto, não podem ser encarados como fontes de fatos fidedignas a todo o tempo, já que a produção de fatos, bem como clarear ou sombrear acontecimentos, era uma realidade para a época e não pode ser descartada¹⁶¹.

Já os gêneros literários carregam uma relação de diálogo entre leitor e autor:

¹⁶⁰ ENGEL, Magali Gouveia et al. *Crônicas cariocas e o ensino de História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 12.

¹⁶¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto (Coleção Repensando a História), 1988.

Para a História, esse referencial torna possível analisar textos literários como documentos de época, cujos autores (os criadores das obras) pertencem a determinado contexto histórico e são portadores de uma cultura exposta em suas criações, seguidores de determinada corrente artística e representantes de seu tempo.¹⁶²

Dessa forma, a crítica das fontes, método próprio da escrita da História, não deve ser negligenciada em sala de aula se o objetivo for promover apropriação do conhecimento pelos alunos. Se os documentos, escritos ou não, servirem apenas como ilustração ou prova de que o discurso do professor ou do livro didático sejam verídicos, mais uma vez o discente será colocado em posição passiva com relação a sua aprendizagem.

Porém, isso também não deve ser encarado como uma desmotivação para essa prática. Como citado anteriormente, as propriedades particulares dos textos jornalísticos, vinculadas a sua produção, e adicionando agora a visão do autor trazida pelas crônicas, também são indícios importantes sobre o passado que se está tentando compreender. Afinal, o ensino de História vem passando por mudanças e os aspectos positivistas da análise de fontes deve ser superado, sobretudo em sala de aula:

Outro aspecto a destacar é que tais mudanças podem levar à superação da compreensão do documento como prova do real, para entendê-lo como documento figurado, como ponto de partida do fazer histórico na sala de aula. Isso pode ajudar o aluno a desenvolver o espírito crítico, reduzir a intervenção do professor, e diminuir a distância entre a história que se ensina e a história que se escreve.¹⁶³

Sendo assim, como realizar esses trabalhos? Bittencourt (2009) argumenta que para analisarmos e fazer o comentário sobre um documento, se faz necessário a descrição do mesmo, a mobilização de saberes prévios, a explicação sobre o documento em si, situar o documento em um contexto histórico junto a seu autor e identificar a natureza desse documento, explorando-a. Tudo isso de maneira a identificar os limites e interesses dessa fonte¹⁶⁴.

¹⁶² BITTENCOURT, Circe Maria. *Op. Cit.* 2009, p. 342

¹⁶³ SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos in: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Op. Cit.*, 2004, p. 334.

¹⁶⁴ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Op. Cit.*, 2009, p. 334.

Além disso, questionar a existência desse documento, seu significado como objeto e para quem ele fala é tarefa primordial para trabalhar com esses tipos de fontes escritas. Assim, a crítica da fonte em sala de aula deve passar pelas questões básicas “Quando? ”, “Onde? ”, “Como? ”, “Por que? ” E “Quem? ”.

Então, no trabalho utilizando jornais, se faz necessário que estabeleçamos em qual período esse periódico circulou, em quais meios ele estabeleceu o seu público leitor e quem era ele. Além disso, de que forma ele foi produzido e qual a sua razão de ser naquele determinado contexto em que se encontra, bem como a forma com a qual se posicionava de acordo com aqueles que o produziam.

Para tanto, uma pesquisa sobre a história daquele impresso, seus interesses e vínculos, políticos e econômicos, e a quais propósitos eles serviam, são elementos que não poderiam ser descartados no trabalho com os alunos.

Já sobre as crônicas, uma biografia de seu autor, a sua inserção em um tempo específico em uma sociedade específicos, sua classe social, gênero e etnia, são informações essenciais que os alunos precisam ter contato ao analisar essa documentação. Esse é o contexto geral que o aluno deverá ser exposto antes de iniciar seu trabalho.

Já as finalidades podem ser inúmeras, de acordo com as escolhas docentes e as realidades de cada turma, de cada escola. Mas, dentro da perspectiva da “Aula Histórica”¹⁶⁵, antes de estabelecê-las, é interessante que o professor, inicialmente, identifique as carências e interesses dele e de seus alunos. Essa categorização servirá como ponto de partida para a seleção dos conteúdos a serem trabalhos, bem como a escolha das próprias fontes com as quais os estudantes lidarão.

Em seguida, o docente organizará o seu trabalho e orientará os alunos em como realizá-lo. Se o objetivo do trabalho for a produção do conhecimento histórico, uma das práticas que podem ser adotadas, e a escolhida para esse trabalho em específico, é a construção de narrativas históricas pelos próprios discentes:

Após o(a) professor (a) orientar o trabalho da produção do conhecimento histórico, as crianças e jovens, utilizando diferentes linguagens (como histórias em quadrinhos, narrativas escritas etc.), produzem narrativas que expressam as suas consciências históricas a

¹⁶⁵ SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. *Op. Cit.*, 2020.

partir de interpretações e problematizações que surgem no trabalho com as fontes.¹⁶⁶

Por fim, essa atividade será avaliada e essa avaliação também dependerá da finalidade elencada pelo docente no início de seu planejamento. Contudo, ao partir do princípio que se quer colocar o estudante como protagonista da sua própria aprendizagem, a avaliação contínua da atividade e não apenas seu resultado, deve ser levada em consideração, até porque, o processo de construção do conhecimento deve ser encarado como uma finalidade em si mesma.

No próximo capítulo, esse trabalho irá propor uma didática para a utilização de documentos históricos escritos em sala de aula a partir fontes aqui apresentadas. As crônicas da escritora Julia Lopes de Almeida, publicadas na série “Dois dedos de prosa” no jornal *O Paiz*, foram selecionadas para o ensino e aprendizado do período da Primeira República (1889-1930).

¹⁶⁶ CURITIBA, SMED: 2016 *apud* SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. *Op. Cit.*, 2020, p. 139.

CAPÍTULO 3

Julia nas redes: uma influenciadora¹⁶⁷ do século XX no século XXI

3.1. Apresentação da proposta de sequência didática

3.1.1. Base Nacional Curricular Comum e a formação dos docentes de História

A Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 e a Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, apresentou novas orientações para a Educação Básica no Brasil. O texto, sua aprovação e efetiva prática foram alvos de polêmicas e pontos de vista diversos desde a elaboração do documento¹⁶⁸.

No texto introdutório da BNCC, é possível observar as expectativas relacionadas à formação docente:

A primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC. A ação nacional será crucial nessa iniciativa, já que se trata da esfera que responde pela regulação do ensino superior, nível no qual se prepara grande parte desses profissionais. Diante das evidências sobre a relevância dos professores e demais membros da equipe escolar para o sucesso dos alunos, essa é uma ação fundamental para a implementação eficaz da BNCC.¹⁶⁹

A formação continuada de professores para atender às demandas dessa nova base educacional pode intencionar proporcionar em todo o território nacional uma única linguagem de ensino. Desse modo, todos os estudantes brasileiros poderiam ter contato com os mesmos conteúdos educacionais e desenvolverem as mesmas competências e habilidades que lhes são esperadas nas respectivas fases da vida.

¹⁶⁷ O termo “influenciadora” foi utilizado com a proposta de fazer um paralelo com o termo “influenciador digital”, muito utilizado hoje para definir as pessoas que produzem conteúdo para as redes sociais. Contudo, sabemos que é um termo que pode e deve ser problematizado, inclusive na aplicação da sequência didática.

¹⁶⁸ Dois dos primeiros debatedores da criação da Base Nacional Comum Curricular foram: Prof. Dr. Paulo Eduardo Dias de Mello (UEPG), em entrevista com as Profas. Prof.^a Dr.^a Carine Dalmás (UEMA) e da Prof.^a Dr.^a Elisa de Campos Borges (UFF), presente na revista “Outros Tempos”, nº 13, vol. 21, de 2016.; e o Prof. Dr. Antonio Simplicio de Almeida Neto (UNIFESP), no Jornal da Unifesp, nº 13, ano 4, de abril de 2016.

¹⁶⁹ BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, MEC/SEF, 2017, p. 21.

Contudo, se a formação acadêmica do docente estiver alinhada ao objetivo de atender as expectativas desse documento, até que ponto a autonomia intelectual do profissional da educação caberá nessa nova realidade proposta? Ao analisar os objetivos do ensino de História de acordo com a BNCC, é possível levantar alguns questionamentos sobre a prática docente. De acordo com esse documento, a finalidade da disciplina de História para o Ensino Fundamental seria:

Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.¹⁷⁰

Já no que diz respeito ao Ensino Médio, a BNCC apresenta o propósito, dentre outros, de:

[...] que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer diálogos – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas, elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade. Para tanto, define habilidades relativas ao domínio de conceitos e metodologias próprios dessa área. As operações de identificação, seleção, organização, comparação, análise, interpretação e compreensão de um dado objeto de conhecimento são procedimentos responsáveis pela construção e desconstrução dos significados do que foi selecionado, organizado e conceituado por um determinado sujeito ou grupo social, inserido em um tempo, um lugar e uma circunstância específicos.¹⁷¹

Para que essas propostas se concretizem, é necessário que o profissional do ensino de História seja visto como produtor de conteúdo intelectual dentro e fora da sala aula. Ou seja, que o professor também tenha liberdade para exercer a função de historiador. Contudo, os professores da Educação Básica gozam de menor prestígio que os “historiadores”¹⁷² e ainda

¹⁷⁰ *Idem*, p. 398.

¹⁷¹ *Idem*, p. 561-562 (grifo meu).

¹⁷² Sabe-se que, na realidade brasileira, os próprios cientistas são subestimados e pouco valorizados pela população, de modo que seus conhecimentos são questionados por leigos (e até mesmo por pares de outras áreas), muitas vezes sem qualquer base factual ou teórica. Mas, em comparação aos professores de educação básica, estes ainda tendem a serem vistos com maior autoridade intelectual.

existe um distanciamento entre as Universidades e a escola, como citado no capítulo anterior, essa distância acaba prejudicando a formação docente de maneira geral, uma vez que divide historiadores e professores em dois grupos distintos: os produtores do conhecimento histórico e os replicadores desse conhecimento. Tal divisão pode colocar os professores em uma posição passiva, uma vez que eles não controlam muitos dos saberes que executam no seu dia a dia em sala de aula, os quais presos a materiais apostilados, livros didáticos ou à própria legislação vigente.

A CNE/CP nº1, de 27/10/2020, por exemplo, que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica, reformulou a maneira como a formação docente, nas instituições de ensino superior, deve trabalhar para atender as demandas sociais, bem como as legislações, citando, obviamente, a BNCC:

Art. 7º A Formação Continuada, para que tenha impacto positivo quanto à sua eficácia na melhoria da prática docente, deve atender as características de: foco no conhecimento pedagógico do conteúdo; uso de metodologias ativas de aprendizagem; trabalho colaborativo entre pares; duração prolongada da formação e coerência sistêmica.¹⁷³

O termo “coerência sistêmica” chama a atenção, pois compreende a necessidade de adequar a formação e a prática docentes ao que se espera das legislações. Dessa forma, se abre novamente a questão? Onde fica a autonomia intelectual do professor da educação básica? É possível educar levando em consideração as diferenças múltiplas do Brasil, sejam de cultura, classe social e demais, tendo em vista um currículo padronizado? Sobre essa formação docente, Bernardo (2010) coloca:

Segundo TARDIF (2002), o saber docente (também chamado de “capital cultural-profissional”) compõe-se de vários saberes: os saberes da formação profissional, transmitidos pelas instituições formadoras, que compreendem as ciências da educação e saberes pedagógicos; os saberes curriculares que complementam os saberes da formação profissional e apresenta conteúdos

¹⁷³ BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº1, Brasília, *Diário Oficial da União*, Brasília, 29 de outubro de 2020, Seção 1, p.5.

selecionados da cultura geral; os saberes experienciais que o professor adquire em seu trabalho cotidiano em seu meio de ação e, finalmente, os saberes disciplinares, que correspondem aos diversos campos do conhecimento como, por exemplo, história, matemática, ciências, etc.¹⁷⁴

Sendo assim, não basta padronizar os saberes e a forma com as quais o professor e o aluno lidam com eles em sala de aula, mas conta também a experiência do ofício e a formação cultural do docente e do estudante como seres humanos e sociais. Para tanto, o trabalho do historiador e o trabalho do professor de História não precisam, e nem deveriam, se distanciar.

Levando isso em consideração, se faz necessário citar a importância do programa de pós-graduação no qual esse trabalho se desenvolveu, uma vez que o Mestrado Profissional em Ensino de História possui como proposta a reflexão e o debate entre pares sobre o saber e a prática docentes. Para além disso, ainda é preciso pensar quais são as demandas e objetivos do ensino dessa disciplina no Brasil.

3.1.2. Qual o objetivo do ensino de História?

O conceito mais clássico e difundido do que seria o conhecimento histórico aponta para o estudo dos homens e mulheres no tempo¹⁷⁵. A História possui um método baseado na análise de vestígios, os quais são chamados de fontes ou documentos históricos. Tais documentos não foram criados com a finalidade primeira de servir aos historiadores. Portanto, para a produção de conhecimento histórico, precisamos confrontar os documentos históricos em sua variedade, considerando que a produção da fonte independe dos estudos e indagações que o historiador levanta no início de sua pesquisa.

Definir processo histórico é igualmente importante. Por processo entendemos as mudanças e permanências que podem ser observadas nas sociedades ao longo do tempo. Tais processos são permeados por fatos históricos, marcos pontuais que delimitam e caracterizam os processos históricos¹⁷⁶. Portanto, é possível afirmar que História, ou o conhecimento histórico,

¹⁷⁴ BERNARDO, S. B. R. O ensino de História nos primeiros anos do Ensino Fundamental: a apropriação do livro didático. In: *História & Ensino*, Londrina, v. 16, n. 1, p. 81-98, 2010, p. 88.

¹⁷⁵ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001, p. 54-55.

¹⁷⁶ *Idem. Ibidem.*

é o resultado de uma investigação que buscou responder às perguntas formuladas no presente por meio da busca de respostas no passado¹⁷⁷.

Contudo, conceituar História é diferente de definir o que se caracteriza por ensino de História, apesar de ambos serem áreas científicas. Ensinar História é apresentar aos alunos propostas que conectem passado e presente, de forma que os estudantes se reconheçam sujeitos históricos. Ou, conforme Jorn Rüsen:

O aprendizado histórico é uma das manifestações da consciência histórica. É o processo fundamental de socialização e individualização humana e forma o núcleo de todas estas operações. A questão básica é como passado é experienciado e interpretado de modo a compreender o presente e antecipar o futuro. Aprendizado é a estrutura em que diferentes campos de interesse didático estão reunidos em uma estrutura coerente.¹⁷⁸

Sem o presente, o passado não faz sentido a eles. Por conseguinte, vem a importância desse reconhecimento dos estudantes como sujeitos que habitam determinado tempo e espaço e, portanto, fazem parte da própria História.

Para caminhar ao encontro a esse objetivo, acredita-se que um dos principais pontos dos estudos de História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento. Assim desenvolver-se-ia a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania, como citado anteriormente.

De acordo com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), especialmente para o Ensino Fundamental, fase para qual esse trabalho foi pensado, ainda se destaca:

Nesse contexto, um dos importantes objetivos de História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A

¹⁷⁷ LEE, Peter. Nós fabricamos carros e eles tinham que andar a pé: compreensão das pessoas do passado. In: BARCA, I. (Org.). *Educação histórica e museus*. Braga: CIED, Universidade do Minho, 2003. p. 19-36.

¹⁷⁸ RÜSEN, Jorn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão (1987). In *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, p. 07 – 16, jul.-dez, 2006, p. 16.

percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania.¹⁷⁹

Espera-se, portanto que alunas e alunos estudem História de modo a melhor interpretarem o presente, contribuindo para sua a formação social. A partir disso, se pode levantar o seguinte questionamento: se o ensino de História procura responder a demandas do presente, qual é a memória social que se deve desenvolver hoje ao longo do ensino de História? Para responder a essa indagação, é necessário lembrar que a História deve ser uma disciplina formativa e não informativa como muitas vezes é observado em práticas de sala de aula:

Ensinar História passa a ser, então, dar condições para que o aluno possa participar do processo do fazer, do construir a História. O aluno deve entender que o conhecimento histórico não é adquirido como um dom –comumente ouvimos os alunos afirmarem: “eu não dou para aprender História” -, nem mesmo com uma mercadoria que se compra bem ou mal.¹⁸⁰

O que se quer dizer com isso é que o passado, onde o historiador busca as respostas de suas perguntas, não é fixo, pois a História se constitui como “contraintuitiva”¹⁸¹, não estando sob uma perspectiva de “verdade x mentira”, uma vez que não se tem uma memória acessível do passado e muitos processos não foram testemunhados. O Ensino de História tanto quanto ciência, como quanto área de ensino-aprendizagem, se constitui em campo de produção de saberes. Essa produção se desenvolve num campo de lutas entre a reflexão, a crítica e a alienação. Por isso, se deve basear em evidências do trabalho do historiador e pode usar a metodologia da própria história para se pesquisar e construir saberes sábios também em sala de aula.

Dissertando sobre como esse processo se reflete na escola, o historiador inglês Peter Lee (2003) afirma que é necessário que os alunos compreendam por que pessoas do passado agiram da maneira como agiram, contribuindo para que o curso dos acontecimentos se desenvolva da forma que se desenvolveu, muitas vezes de forma independente de seus pensamentos, sentimentos e ações. Até porque, de acordo com o autor, a compreensão histórica

¹⁷⁹ BRASIL, *Op. Cit.*, 2017, p. 400.

¹⁸⁰ SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão (org.). *Jörn Rüsen e o Ensino de História*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p. 57.

¹⁸¹ LEE, Peter. In: BARCA, Isabel. *Op. Cit.*, 2003, p. 22.

não deve depender da partilha de sentimentos comuns, mesmo que os sujeitos históricos sejam humanos e portadores de sentimentos. Lee chama essa prática de empatia:

O que é que está em causa na empatia histórica? Por forma a compreender acções e práticas sociais os alunos devem ser capazes de considerar (não necessariamente aceitar ou partilhar) as ligações entre intenções, circunstâncias e acções. Não se trata somente de os alunos saberem que os agentes ou grupos históricos tinham uma determinada perspectiva acerca do seu mundo; eles devem ser capazes de ver como é que essa perspectiva terá afectado determinadas acções em circunstâncias específicas.¹⁸²

Inseridos no presente, os estudantes tendem a esperar que as pessoas do passado pensem igual a eles. Quando não o fazem, tendem a ver a História como um processo evolutivo, hierarquizando os sujeitos históricos como inferiores na escala civilizacional. Isso dificulta a compreensão histórica, pois se estabelece uma tendência de se compreender os indivíduos da perspectiva de uma alteridade muito distante para ser relevante.

Marc Ferro afirma que toda a história aprendida na infância marca as pessoas por toda a vida¹⁸³. Logo, existe uma grande responsabilidade em se ensinar crianças e adolescentes que estão na fase de formação de sua personalidade. Com isso, o ideal é que o processo educativo seja baseado na construção de conhecimentos e não em mera justaposição de conteúdo. Os alunos e alunas devem participar de sua formação escolar como protagonistas. Contudo, quando se trata do ensino da disciplina de História, muitas vezes a postura do aluno é tradicionalista, o que o leva a encarar que estudar História é estudar o passado¹⁸⁴. Isso pode travar a prática docente. Sendo assim, a proposta didática a seguir procura uma alternativa para combater essa postura.

3.1.3. Proposta de sequência didática

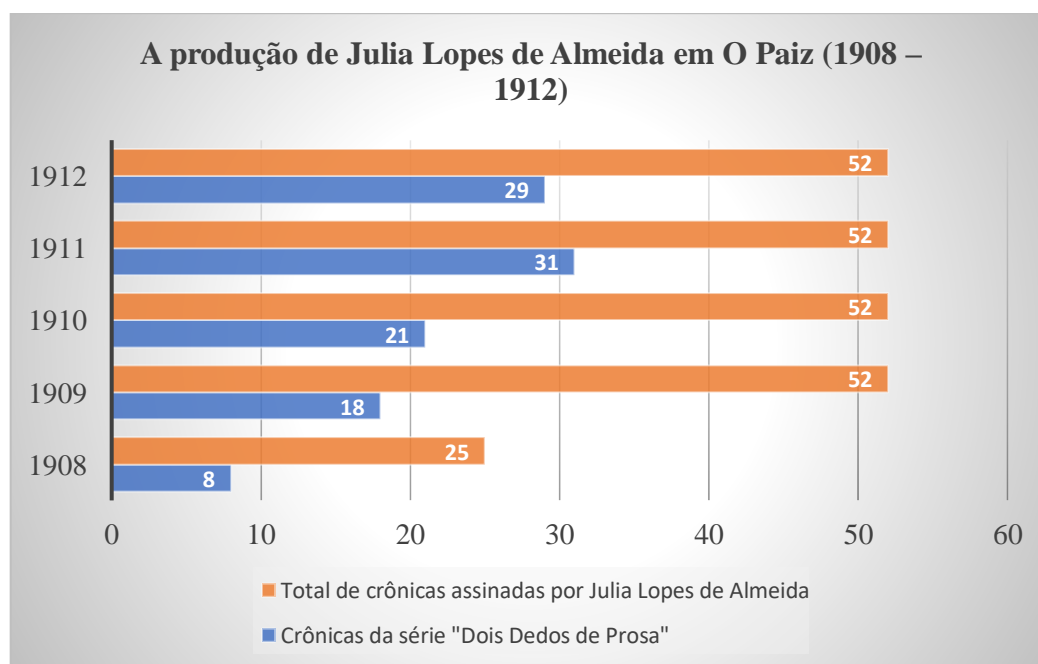
¹⁸² *Idem*, p. 20.

¹⁸³ FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: Ibrasa, 1993, p. 11.

¹⁸⁴ LEE, Peter. In: BARCA, Isabel. *Op. Cit.*, 2003, p. 22

Como pode ser observado no Gráfico 2, a série de crônicas que será analisada na pesquisa ocupa mais da metade da produção assinada por Julia Lopes de Almeida no jornal *O Paiz* entre 1908 e 1912:

Gráfico 2:



Fonte: ALMEIDA, Julia Lopes de. *“Dois dedos de prosa”*, Rio de Janeiro, *O Paiz*, 1884-1930.

Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/paiz/178691>. Acesso entre junho de 2020 e dezembro de 2022. Levantamento próprio.

Por conseguinte, levando-se em conta o tempo do programa de Pós-Graduação, a elaboração do produto didático e as dinâmicas própria da sala de aula, se fez necessário recortar o tema. Com efeito, ao longo dos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020, as crônicas da série “Dois dedos de prosa” foram transcritas e analisadas, para, a partir de então, ser viável à proposta didática. Foi assim que se chegou nas divisões temáticas¹⁸⁵ indicadas no primeiro capítulo.

Então, foram selecionadas cinco crônicas da série para serem trabalhadas em sala de aula. São elas as das edições de números: 9076 (10/08/1909), 9600 (17/01/1911), 8874 (19/01/1909), 9341 (03/05/1910) e 9439 (09/08/1910). Elas englobam as temáticas de “Mulheres e Progresso Feminino”, “Costumes”, “Crítica Social”, “Urbanização” e Saúde

¹⁸⁵ O Gráfico 1 está disponível na página 34 dessa pesquisa.

Pública”, respectivamente. Essa seleção foi feita de acordo com o encontro das temáticas tratadas no texto jornalístico e o conteúdo proposto para o nono ano do Ensino Fundamental. A partir delas, estudaremos a Primeira República por intermédio do olhar de Julia Lopes de Almeida. Para tanto, utilizaremos também a rede social *Instagram*¹⁸⁶.

A proposta consiste em criar um perfil fictício de Julia Lopes de Almeida nessa rede social. Esse perfil seria alimentado a partir do conteúdo das cinco crônicas previamente selecionadas, porém por meio de uma linguagem contemporânea, mais próxima da realidade dos estudantes. A autora foi transformada, com um anacronismo proposital¹⁸⁷, em uma “influenciadora sociodigital” da Primeira República. Social, pois, como cronista, trata de “coisas miúdas e grandes”¹⁸⁸ relacionadas à sociedade na qual está inserida. Digital, por conta do suporte da rede social escolhido para trabalhar nessa sequência didática.

A ideia surge da maneira pela qual a própria autora se comunica com seus leitores ao longo da série de crônicas analisadas. Exercendo tom conciliador, ela procurou manter seus leitores fiéis por meio das resenhas e críticas teatrais, musicais e literárias.

Julia Lopes de Almeida divulgava com grande frequência o trabalho dos seus pares, colocando sua opinião sobre as obras produzidas, as quais chegavam a seu conhecimento das mais variadas maneiras. Assim, pode-se fazer uma ponte com os *influencers* digitais, figuras surgidas recentemente nas redes sociais, em especial no *Instagram*, com a qual essa pesquisa trabalhou, quando estes fazem justamente o trabalho de influenciar seus seguidores por meio de ações publicitárias ou divulgando seu próprio cotidiano.

A autora possui diversas crônicas, nas quais representa um papel bem semelhante:

Seria bem pouco amavel da minha parte que, tendo recebido um livro de Xavier de Carvalho, escriptor que ha tantos annos illustra com a prosa scintillante das suas correspondencias de Paris ás columnas deste mesmo jornal em que rabisco as minhas impressões, eu não lhe dedicasse nesta secção algumas palavras de cumprimento e de agradecimento pelos seus versos.

¹⁸⁶ A rede social *Instagram* foi criada em 2010 pelo engenheiro de software Mike Krieger, que é brasileiro. Em conjunto com Kevin Systrom, atual CEO da empresa, desenvolvem um aplicativo chamado *Burbn*, que daria origem a essa rede social. Em 2012, o empresário Mark Zuckerberg, criador da rede social *Facebook*, compra a plataforma.

¹⁸⁷ Por vezes é difícil promover uma conexão do aluno com o conteúdo trabalhado em sala de aula. Esse anacronismo, desde que contextualizado, pode ser uma ferramenta para trazer o objeto de estudo mais próximo aos estudantes. Ainda se estabelece uma oportunidade de tratar do sentido desse termo e refletir como a própria Julia Lopes de Almeida lidaria com uma rede social contemporânea.

¹⁸⁸ ASSIS, Machado de. *Obra Completa*, 4 vols. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2008, p.662.

Porque é de versos o livro que acabo de lêr, sob este título: *Poesia humana*.

189

Ela não só coloca suas impressões sobre a obra, como também as faz para um colega de redação, Xavier de Carvalho. Já a escolha dessa rede social em específico, se inspirou na dimensão que ela ganhou desde a sua criação em 2010, ampliando seu destaque na pandemia, o que criou um tipo de *marketing* social:

Como termo de comparação, recorre-se ao relatório *The State of Influencer Marketing* 2017 (Linquia, 2017), que aponta o Facebook e o Instagram como as plataformas sociais mais importantes para campanhas de marketing de influência, na opinião de *marketers*. Em terceiro lugar, aparecem os blogs, sendo outro canal importante para quase metade dos inquiridos.¹⁹⁰

A necessidade dos reclames já foi percebida logo no início da República, período que Julia vivenciou, quando os periódicos passam a aceitar investidores e anunciantes que ajudavam nos altos custos de se publicar com o que havia de mais moderno na tecnologia da imprensa. A Literatura não tarda a perceber que, quando mais pessoas soubessem dos livros publicado, mais eles venderiam. Para tanto, os próprios autores passaram a usar de seu talento literário para escrever reclames para suas obras e para obras de terceiros:

A adesão dos escritores consagrados à publicidade foi tamanha que, em 1913, num reclame dos automóveis Benz, Steinberg, Meyer & Co., se utilizavam do desenho de um acadêmico discursando com o intuito de chamar a atenção dos leitores para a sua propaganda automobilística, divulgada na revista Fon-Fon.

191

Esclarecendo de onde vieram as inspirações para organizar o trabalho, é necessário tratar da metodologia da pesquisa. A pesquisa aconteceu em duas etapas. A primeira refere-se ao levantamento, cotejo e crítica documental e bibliográfica. A segunda etapa, referente à

¹⁸⁹ ALMEIDA, Julia Lopes de. “Dois dedos de prosa”, *O Paiz*, Rio de Janeiro, 1 de junho de 1909, p. 1.

¹⁹⁰ VALENTE, João Carlos da Silva. *Influenciadores digitais e o seu poder de influência no processo de decisão de compra e na construção da lealdade*. Dissertação de Mestrado em Marketing e Negócios Internacionais. Coimbra, 113p., 2018, p. 11.

¹⁹¹ SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo das letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: companhia das Letras, 1987, p. 65.

aplicação da proposta didática, ocorreu em uma instituição de ensino privada, voltada à educação básica, que tem por clientela alunos do Ensino Infantil, Fundamental e Médio, aos quais, em sua maioria, pertencem à classe média brasileira. Essa escola está localizada na cidade de Itapira-SP, local de exercício profissional da pesquisadora responsável.

Os alunos e alunas que foram recrutados a participarem da sequência didática estavam matriculados no 9º ano do Ensino Fundamental do referido colégio. Ao total, participaram vinte e dois estudantes que se encontram na faixa etária entre treze e quatorze anos de idade. A etnia e a raça dos indivíduos que realizaram a sequência didática proposta são diversas e sua orientação sexual é desconhecida pela pesquisadora, na medida em que esse dado não será relevante para os resultados esperados.

Levando em consideração as hipóteses levantadas, o objetivo foi apresentar uma proposta de estudo da Primeira República (1889-1930) que promova o contato com documentos históricos, bem como criar possibilidades de trabalhar em grupos incentivando a autonomia dos estudantes, tendo em vista a noção de “empatia” histórica, defendida por Peter Lee (2003), a “consciência histórica”, defendida por Jorn Rüsen (2010) e a “Aula Histórica”, proposta por Maria Auxiliadora Schmidt (2020), usando textos jornalísticos publicados por uma mulher, Julia Lopes de Almeida, em um jornal de grande circulação, *O Paiz*.

Na segunda etapa, os alunos foram divididos em grupos e cada grupo trabalhou com uma das crônicas selecionadas previamente pela docente. Em sala de aula, semanalmente, as crônicas foram debatidas e interpretadas com o auxílio da professora. A partir de então, o grupo teve a tarefa de criar uma postagem no *Instagram* fictício de Julia Lopes de Almeida utilizando as informações trazidas nas crônicas.

Porém, se utilizou uma linguagem contemporânea. Como a rede social escolhida tem por foco o compartilhamento de imagens, é essencial que elas também se fizessem presentes no produto. Assim, tal tarefa também foi de responsabilidade dos estudantes que puderam pesquisar imagens em acervos online, de forma a facilitar o acesso, já que no período que a prática foi aplicada, o país passava pela pandemia de Covid-19 e estava em isolamento social.

O *Instagram* possui diversos recursos que podem ser utilizados pelos seus usuários, desde publicações fixas, postagens temporárias (chamadas de “*stories*”, os quais ficam disponíveis pelo período de vinte e quatro horas) e vídeos curtos (os “*reels*”, que têm duração de até noventa segundos). Em resumo, como o perfil criado teve caráter fictício, foram

utilizados os espaços de publicações e *stories* com conteúdo exclusivo das crônicas de Julia Lopes de Almeida, imagens de arquivos digitais e textos sobre o período histórico abordado.

Foi de responsabilidade exclusiva da docente adicionar postagens que expliquem sobre a proposta trabalhada e contextualizem historicamente as postagens criadas pelos alunos. Ambas as postagens, tanto as dos estudantes quanto as da professora, acompanharam referências documentais e bibliográficas, incluindo as das imagens selecionadas. Além desse trabalho, também foi de incumbência docente criar oficinas de análise dessas crônicas junto aos alunos, no período das aulas.

Ao todo, foram utilizadas oito aulas de cinquenta minutos cada. A primeira sendo destinada para a apresentação do projeto, divisão dos grupos e contextualização, as cinco seguintes para o trabalho específico com as crônicas e a última para debater com os alunos participantes sobre o que seria desenvolvido. Todo o trabalho foi realizado remotamente pelos grupos de alunos em suas respectivas casas em meio a pandemia de COVID-19. Vale ressaltar que essas oito aulas foram inseridas dentro do conteúdo dos estudos sobre Primeira República, o que é necessário para contextualizar o período que está sendo trabalhado.

A nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC) propõe para ensino de História, em específico nos anos finais do Ensino Fundamental, um conjunto de normas que estabelece o trabalho de problematização de documentos históricos. O cotejo entre diferentes visões de um mesmo fenômeno faz parte do principal foco do ensino de História para essa fase escolar, o qual seria o pensar diferentes sujeitos históricos e suas diversas mobilidades e formas de inserção ou marginalização na sociedade¹⁹².

Já os conteúdos específicos para o 9º ano do Ensino Fundamental contemplam, no recorte da Primeira República (1889-1930), as “Experiências republicanas e práticas autoritárias: as tensões e disputas do mundo contemporâneo; A Proclamação da República e seus primeiros desdobramentos”¹⁹³. “Primeira República e suas características; Contestações e dinâmicas da vida cultural no Brasil entre 1900 e 1930”¹⁹⁴ e o “Anarquismo e protagonismo feminino”¹⁹⁵.

Sendo assim, apesar do debate realizado nos tópicos anteriores desse capítulo a respeito da BNCC, entende-se que, ela é um dos documentos que guiam os currículos brasileiros, inclusive o currículo paulista. Portanto, compreender a sociedade do Rio de Janeiro,

¹⁹² BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, MEC/SEF, 2017, p. 416-419.

¹⁹³ *Idem*, p. 428

¹⁹⁴ *Idem. Ibidem*.

¹⁹⁵ *Idem. Ibidem*.

as mudanças e processos durante a Primeira República, por meio dos escritos de uma mulher, permite-nos levantar debates importantes e propor novas abordagens nas práticas de ensino de História.

Por fim, é importante salientar que os alunos participantes desenvolveram a sequência didática, mas não tiveram sua imagem e nem seus nomes expostos na rede. O recrutamento ocorreu no ambiente escolar e o convite foi realizado pela própria docente responsável pela disciplina de História da turma, a qual também é a pesquisadora responsável desse trabalho. A aplicação da proposta foi feita de maneira remota, no ambiente virtual do próprio colégio, devido às restrições decorrentes da pandemia do novo Coronavírus e suas variantes.

A análise dos resultados foi feita após a aplicação da sequência didática. Realizou-se uma análise didática qualitativa com os alunos participantes, desde a recepção da proposta até a execução dela, a qual será apresentada pela docente mais adiante.

3.2. Análise das crônicas de Julia Lopes de Almeida

Estudar a Primeira República por meio das crônicas de Julia Lopes de Almeida requer que especifiquemos o recorte particular deste trabalho, bem como e há que se considerar alguns pontos relevantes. O primeiro ponto é a própria ideia de República em si e para quem ela foi pensada

Carvalho (1995) apresenta uma crítica que mostra que o modelo de República que foi implementado no período que marca a virada do século XIX para o século XX não contemplava as classes mais populares. Muitas das medidas estabelecidas e leis sancionadas pelos governos oligárquicos não só excluía a participação política dessas classes por conta das fraudes envolvendo as eleições, mas tornavam a vida cotidiana desses grupos inviável:

Não há dúvida de que grande parte das medidas era bem-intencionada e buscava beneficiar a população em termos de maior conforto e maior higiene, ao mesmo tempo que criava dificuldades aos proprietários. Mas, as medidas eram inteiramente irrealistas para a época. Muitas delas (...) envolviam melhoramentos até hoje inexistentes em muitas residências.¹⁹⁶

¹⁹⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995, p. 34.

O segundo ponto diz respeito ao local onde tais crônicas foram publicadas. O jornal *O Paiz* também procurava dirigir-se a uma classe muito diferente da dos populares. Criado por e para intelectuais, esse jornal carrega uma crítica quase sempre favorável a quem estava no poder da Primeira República. Tão atrelado que estava a esse governo que teve suas atividades findadas assim que as grandes oligarquias saíram do poder com a vinda da Era Vargas.

Já o terceiro ponto é que Julia Lopes de Almeida circulava entre os intelectuais da chamada Geração de 1870, era autora bastante publicada, tendo contribuído para mais de vinte jornais e revistas. Contudo, era uma mulher das classes privilegiadas cariocas, a qual tinha uma visão de mundo muito particular, como todos as pessoas, vinculada às suas vivências como mulher, escritora, disseminadora de ideias, mãe e esposa, nascida no século XIX. O objetivo dessa elucidação é atentarmos para o fato de que a abordagem que ela faz em suas crônicas não contemplará todas as realidades da República, quiçá do Rio de Janeiro, o que se faz necessário pontuar na aplicação do produto didático.

Por fim, a respeito da capital federal, ela possui algumas particularidades. Antes sede imperial, tornou-se palco da Proclamação da República. Assim ocorrendo, foi, aos poucos, tornando-se um grande “cartão postal”¹⁹⁷ do Brasil, como tantas outras capitais assim o fizeram. Mas, ela estava passando por diversas mudanças, inclusive urbanísticas e da geografia social da cidade¹⁹⁸, as quais Julia Lopes de Almeida trata com frequência em suas crônicas, sempre tecendo elogios como se verá mais adiante na análise documental.

Todos esses pontos servem para compreender que toda a vez que se faz um recorte em uma pesquisa, principalmente quando se trata de uma prática a ser aplicada em sala de aula, algumas escolhas são feitas. É conveniente, contudo, que tais escolhas seja esclarecida aos alunos, para que esses não tomem o específico como regra geral. Para tanto, talvez seja necessário que uma breve elucidação sobre o processo de análise e escrita da História, ou seja, o trabalho do historiador, seja apresentada a eles antes de a sequência ser iniciada.

Sendo assim, é possível passar para uma breve análise isolada das crônicas selecionadas para a aplicação dessa sequência didática. O trabalho com elas em sala de aula será detalhado mais adiante, quando o produto em si for explicado. Nesse momento, a atenção será focada no conteúdo apresentado pela escritora por meio das crônicas e serão feitos alguns

¹⁹⁷ *Idem*, p. 37.

¹⁹⁸ Sobre essas mudanças, ver: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. Editora Schwarcz. São Paulo 1996.

paralelos com a atualidade, uma vez que, para o ensino de História, possam ser uma perspectiva interessante para trabalhar com os alunos.

3.2.1.: Crônica da edição de número 8874, de 19 de janeiro de 1909, da temática “Crítica Social”¹⁹⁹

Imagem 3: Recorte da edição 8874, de 19/01/1909, do jornal *O Paiz*



Fonte: *O PAIZ*. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional), 1884-1930.

Nessa crônica em específico, a autora trata da necessidade do que ela chama de “civilizar” a polícia do Rio de Janeiro, a qual promove, em suas palavras, uma “caça” aos homens:

Foi exatamente nos dias de agitação da última semana, em que a polícia militar efetuava com desassombro o *sport* da macabra caça ao homem. (...) Qual será o meio de civilizar o nosso policial fardado, e de lhe transformar os impetos

¹⁹⁹ Crônica completa disponível no Anexo 1.

nativos em acções de prudência e de respeito alheio e proprio? Por que processos conseguiu a Inglaterra aquella sua policia modelar, que infunde a nacionaes e estrangeiros, quer estes vivam na sua capital a vida inteira, quer lhe atravesssem em um dia apenas as suas ruas tumultuosas, uma tamanha confiança na justiça das autoridades e na ordem da sociedade? ²⁰⁰

Ela ainda complementa que: “nunca os homens pacificos que as necessidades da vida obrigam a sair à rua, temem os arruaceiros ou os revoltosos, mas sim a policia!”²⁰¹. Julia Lopes de Almeida aponta uma possível solução para a truculência policial: apenas a educação poderá conferir a noção de moral e civilidade que traria a temperança necessária aos policiais. Contudo, essa educação deve acontecer, pois a “natureza indígena”²⁰² de muitos deles, nunca expostos aos estudos, não era o suficiente para garantir um espírito elevado: “- Teremos o direito de exigir que um descendente de qualquer tribu indigena, nunca esclarecido pela luz dos livros, tenha a correcção e os sentimentos dos homens educados?”²⁰³.

Essa crônica, apesar de trazer uma temática ainda muito atual, também possui elementos característicos do contexto do qual a escritora escrevia, tais como a noção do civilizar-se por meio da educação para que o Brasil atinja o patamar europeu. Mesmo dizendo que “o espirito de ordem nos superiores, que não é apanagio de raça e se adquire pelo domínio da razão e da boa disciplina”²⁰⁴, ainda é possível observar elementos do pensamento positivista, uma das correntes que circulava na capital carioca no início do século XX. Tal colocação leva novamente ao artigo de Engel (2009), o qual questiona se Julia Lopes de Almeida estava realmente fora do seu tempo, o que argumenta ser impossível.

Outra passagem que chama a atenção nessa crônica é a comparação que a escritora faz entre essa polícia, proveniente do exército, com a polícia civil:

A policia civil creou já um prestigio que vale por uma dedução. Não será talvez difficil achar-se a razão da sua superioridade, para fazel-a imitada pela outra, a não ser que esta outra desapareça.

²⁰⁰ ALMEIDA, Julia Lopes de. “Dois dedos de prosa”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1909, p. 1.

²⁰¹ *Idem. Ibidem.*

²⁰² *Idem. Ibidem.*

²⁰³ *Idem. Ibidem.*

²⁰⁴ *Idem. Ibidem.*

Porque, em boa verdade, não sei para que uma cidade de trabalho, uma cidade ordeira, precise de polícia armada de carabinas e de lanças – offensivas mesmo quando não estejam em atitude de agressão²⁰⁵.

Nesse argumento é possível perceber a desaprovação da autora com relação a uma postura agressiva por parte da polícia, o qual também é objeto de debates na atualidade quando se fala, por exemplo, da desmilitarização da polícia militar. Tal ponto pode gerar debates interessantes em sala de aula, caso sejam contextualizados devidamente.

Julia finaliza a crônica relatando sobre um telegrama francês que recebe no qual a contam sobre uma execução pública que gerou grande excitação popular ao povo da França. A autora lamenta e diz que, com esses episódios, “Felizmente são raras, mas ha infelizmente horas na vida em que uma criatura humana, mesmo mediocrementemente boa, ou mediocrementemente educada, sente vergonha de ser gente.”²⁰⁶. A crítica a um hábito francês deve ser destacada aqui, uma vez que as inspirações vindas da França circulavam amplamente no Rio de Janeiro do período.

De maneira geral, a temática dessa crônica em específico parece se concentrar nos poderes daqueles que vigiam o cumprimento das leis e aqueles que executam a justiça. Apesar de escrever para um jornal apoiador dos governos republicanos, Almeida acha seguro criticar a truculência da polícia carioca, a qual já era militar.

3.2.2.: Crônica da edição de número 9076, de 10 de agosto de 1909, da temática “Mulheres”²⁰⁷

²⁰⁵ *Idem. Ibidem.*

²⁰⁶ *Idem. Ibidem..*

²⁰⁷ Crônica completa disponível no Anexo 2.

Imagem 4: Recorte da edição 9076, de 10/08/1909, do jornal *O Paiz*



Fonte: *O PAIZ*. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional), 1884-1930.

A crônica se inicia com grande ode à França (segundo a autora, o berço da Liberdade e padrão de civilidade) em virtude do livro que ela estava lendo naquele momento da escrita da crônica, o “*Corpo e Alma de Paris*”, do escritor Thomaz Lopes. Nessa primeira parte Julia relembra os grandes nomes da literatura francesa e narra o livro como uma grande viagem ao país tão admirado pelos brasileiros.

A França era o modelo seguido pela República e, no mundo das letras, era muito cobiçado. Carvalho (2019) diz que, salvo algumas exceções, e todo o escritor queria morar em Paris ou morrer em Paris. A Academia Brasileira de Letras foi fundada seguindo a tradição francesa. Assim que o Brasil se recuperava da primeira crise econômica, ocasionada pela política de Encilhamento, era possível investir nas tecnologias presentes na Europa, o que era muito almejado. Assim o fez o engenheiro e então prefeito Pereira Passos, o qual incutirá na capital federal uma série de reformar de maneira a afrancesar a cidade.

Porém, ao final do texto ela conta sobre a absolvição de duas mulheres acusadas de furto um relógio. Julia comemora essa decisão judicial e engrandece o juiz que a toma, uma vez que ele fez questão de pontuar que “A lei feita pelos homens e posta em execução pelos mesmos homens, quase sempre deixa ao desamparo a mulher...”²⁰⁸. Essa decisão, que observa mais a vida do que o Código Penal, nas palavras da escritora, foi muito significativo, mas não entra em detalhes sobre o crime em si:

²⁰⁸ ALMEIDA, Julia Lopes de. “Dois dedos de prosa”, Rio de Janeiro, *O Paiz*, 10 de agosto de 1909, p. 1.

Foi essa iniquidade que o nosso – *bon juge* – já duas vezes reparou com a maior nobreza – abrindo as portas da prisão a duas delinquentes...desamparadas e mais infelizes do que criminosas.

Realmente, os indivíduos deste tempo não podem ser julgados pelo mesmo critério com que o eram os de outras sociedades muito mais atrasadas e muito menos complexas. Para serem justos, os juizes agora terão muitas vezes de fechar o Código e observar a vida com isenção e com bondade.²⁰⁹

Aqui podem ser observadas algumas características particulares de Julia, como, por exemplo, sua escrita conciliatória, a qual, ao mesmo tempo em que se preocupa com a condição da mulher e chama a atenção para questões particulares do gênero, ainda o faz de maneira a exaltar a proteção e o bom senso masculinos, mesmo que antes critique a maneira pela qual as leis são feitas sem levar em consideração as mulheres.

E, ainda nesse mesmo trecho, é possível observar também a noção de progresso “não podem ser julgados pelo mesmo critério com que o eram os de outras sociedades muito mais atrasadas e muito menos complexas.”²¹⁰ parece estar atrelada ao fato de o juiz estender sua mão à mulher, levando em consideração a complexidade da sociedade e não apenas ao que estava escrito nos códigos de leis. Almeida aponta que esse exercício é necessário, já que a sociedade que escreveu tais leis era representada por homens e estava mais atrasada do que a sociedade que a autora estava vivendo naquele momento.

Talvez seja possível estabelecer uma conexão entre o progresso e a equidade (não igualdade) de gênero aqui, mas isso requereria estudos mais profundos sobre esse tema em específico, o que, infelizmente, não caberá nesse trabalho.

3.2.3.: Crônica da edição de número 9341, de 03 de maio de 1910, da temática “Urbanização”²¹¹

²⁰⁹ *Idem. Ibidem.*

²¹⁰ *Idem. Ibidem.*

²¹¹ Crônica completa disponível no Anexo 3.

Imagem 5: Recorte da edição 9341, de 03/05/1910, do jornal *O Paiz*



Fonte: *O PAIZ*. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional), 1884-1930.

Julia Lopes de Almeida elogiava a arquitetura paulista, a qual tinha grande inspiração europeia. Então, a comparou à arquitetura dos subúrbios do Rio de Janeiro, bairros de população mais humilde, os quais não lhe agradavam aos olhos:

Está claro que não se pôde exigir que os subúrbios, logares da cidade habitados exactamente pela parte mais modesta da sua população, resplandeçam pela magnificencia dos seus parques floridos e dos seus palacetes, mas o que já pôde exigir é que na sua simplicidade esses arrabaldes não offendam a vista de ninguém pelo mau gosto dos seus predios, mesmo pequenos ou insignificantes.²¹²

A sugestão feita pela autora é que qualquer prédio passasse pela inspecção de um técnico da área de arquitetura, para deixar o bairro, que cada qual tem suas especificidades, mais harmonioso. Além disso, apresenta uma solução que considera simples, mas eficaz para o embelezamento e amenização dos bairros: a arborização. Novamente, Almeida faz a comparação com a cidade de São Paulo, onde se encontravam jardins muito bem cuidados e existia uma grande variedade de plantas, o que a agrada profundamente:

²¹² ALMEIDA, Julia Lopes de. "Dois dedos de prosa", Rio de Janeiro, *O Paiz*, 3 de maio de 1910, p. 1

Ora, nós precisamos muito mais do que S. Paulo de um systema, o mais aperfeiçoado e o mais disseminado que nos for possível, de arborização, primeiro, por que o nosso clima ardente precisa mais de sombras refrigerantes do que o clima frio da cidade a que alludo; segundo, porque as nossas edificações, mais tambem do que as de S. Paulo, lucrariam com o disfarce piedoso no véo de folhagens verdes das mimosas ou das acacias, que lhes attenuassem a disformidade de certas cimalthas pesadonas...²¹³

Esse tema é interessante porque carrega um aspecto muito marcante do Rio de Janeiro na Primeira República que são essas reformas urbanas. Por meio dessa crônica em específico, se verifica a visão da autora sobre como ela acreditava que deveria ser uma cidade, o que lhe agradava e o que a desagradava.

3.2.4.: Crônica da edição de número 9439, de 09 de agosto de 1910, na temática “Saúde”²¹⁴

Imagem 6: Recorte da edição 9439, de 09/08/1910, do jornal *O Paiz*



Fonte: *O PAIZ*. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional), 1884-1930.

²¹³ *Idem. Ibidem.*

²¹⁴ Crônica completa disponível no Anexo 4.

Nessa crônica, Julia demonstra a sua indignação com a proposta da extinção do tratamento de profilaxia contra a Febre Amarela pelo Ministro do Interior. Nela, Julia analisa dos seus traumas com a doença, com a qual já sofrera, e a preocupação que teve com seus filhos quando o Rio de Janeiro se encontrava em meio a sua epidemia. Trata de como o país ficou marcado pelo combate precário que inicialmente se deu contra ela e como os estrangeiros ainda temiam, ao aportar no país, serem contaminados com a praga terrível. A escritora se mostra bastante enérgica e diz que as mulheres não se calarão dessa vez:

Se é verdade, o que ainda não creio, que tal idéa lhe tenha perpassado pelo espirito, conte desde já com a opposição de toda a gente, inclusive as mulheres, que desta vez não ficarão apathicas ante a visão do renascimento, mais tarde provavel, talvez mesmo inevitavel, de um mal que as affecta a ellas muito mais do que aos homens, porque são ellas principalmente as responsaveis pela hygiene e a felicidade dos respectivos lares.²¹⁵

Como se pode observar nessa crônica, o papel da mulher no espaço privado, inclusive como responsável pela saúde familiar, é reforçado. Julia também fala sobre o dever do governo federal de investir recursos na saúde pública, porque, de acordo com ela “O dinheiro do povo gasto com a saúde do povo, é gasto a seu contento.”²¹⁶. Além disso, a autora chama a atenção para o fato de a iniciativa privada ainda ter papel importante do combate das doenças epidêmicas, citando o caso da tuberculose: “Que se tem feito aqui para combater a tuberculose? Não sei; não se contando com a iniciativa particular, não sei nada.”²¹⁷.

Sendo assim, há dois pontos interessantes a serem analisados. O primeiro é a perspectiva de uma mulher, intelectual, da elite carioca, sobre a política de profilaxia implantada por Pereira Passos. Motivo de embate constante com as classes populares, as classes mais dominantes pareciam aprová-la, seja por acesso às informações sobre motivações e como funcionava tais tratamentos de prevenção, seja por apoio ao governo. Porém, essa perspectiva vem acompanhada de uma crítica que aponta a “sinceridade” dos estrangeiros que viviam no Rio de Janeiro para com as precariedades de alguns locais, como a Faculdade de Medicina e os

²¹⁵ ALMEIDA, Julia Lopes de. “Dois dedos de prosa”, Rio de Janeiro, *O Paiz*, 9 de agosto de 1910, p. 1

²¹⁶ *Idem. Ibidem.*

²¹⁷ *Idem. Ibidem.*

Teatros Municipais, ou mesmo a extinção de programas de prevenção de saúde, como sendo o estopim para mudanças de fato ocorrerem.

O segundo ponto é o papel da mulher na saúde familiar. Zelar pelo bem-estar da família parece ser visto como tarefa feminina, enquanto prover materialmente seria tarefa masculina. Esses papéis sociais de gênero, quando aparecem nas crônicas analisadas, parecem trazer certo apelo emocional, abordagem muitas vezes usada pela autora, talvez como forma de convencimento, por meio de sua fala conciliatória, talvez de modo a demarcar as características da escrita feminina, justamente por escrever para meio predominantemente masculinos.

3.2.5.: Crônica da edição de número 9600, de 17 de janeiro de 1911, da temática “Costumes”²¹⁸

²¹⁸ Crônica completa disponível no Anexo 5.

Imagem 7: Recorte da edição 9600, de 17/01/1911, do jornal O Paiz



Fonte: O PAIZ. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional), 1884-1930.

A crônica se inicia com a descrição de uma viagem de bonde que Julia faz após chegar do trecho de Niterói para o Rio de Janeiro. Nela, a autora descreve um pouco do trânsito do Rio de Janeiro do início do século XX, passando, depois, a tratar da população que se encontra no centro da cidade: os trabalhadores. Ela tratou da figura dos carroceiros e outras pessoas de classes mais pobres que se encontram em serviços, de grande parte braçais, fazendo duras críticas às suas vestimentas, que, na sua visão, são indecentes:

Nessa tarde de fogo as calçadas formigavam de gente. Homens de chinelos sem meias, calças sem suspensórios a escorregarem-lhes pelos quadris, peitos apenas cobertos por camisas de meia ou de chita, acotovelavam-se com mulheres de camisolão, negras de saias sujas, de mistura com mocinhas em cabelo de cavalheiros graves, de gravata preta.

O aspecto de tal confusão não é pittoresco, - é indecente e infunde uma certa melancolia. Como remediar tal desidia?

Por mais indisciplinado que seja um povo, elle é obrigado a comprehender que a liberdade tem limites e que todo o individuo tem de ter contemplações para a sociedade em que vive.²¹⁹

A autora aborda o recebimento de comentários semelhantes ao seu de diversos leitores. Mas, disse ter sido muito criticada quando, em outra oportunidade, havia se posicionado de forma parecida:

Estas impressões não são nascidas de má vontade nem de antipatias para com as classes pobres da cidade, como da outra vez me accusaram. Ao contrario, o meu desejo seria ver em toda a gente da nossa cidade o ar de asseio e de bem estar que torna as populações atraentes e respeitáveis.²²⁰

As opiniões se mostram de acordo com muitas das falas que circulavam no Rio de Janeiro do início do século XX, uma cidade que estava tentando se colocar no caminho do que se considerava ser o progresso, ou seja, o modelo europeu. Inclusive, Almeida faz comparação com os pobres trabalhadores da Europa, que diz se vestirem de acordo com as boas normas de convivência mesmo com poucos recursos.

²¹⁹ ALMEIDA, Julia Lopes de. "Dois dedos de prosa", Rio de Janeiro, *O Paiz*, 17 de janeiro, p. 1.

²²⁰ *Idem. Ibidem.*

Tal visão corrobora com a política implantada pelas oligarquias no poder desde a Proclamação da República, as quais, como já citado anteriormente nesse trabalho, implementação leis e medidas que não condiziam com as realidades das camadas mais populares, dificultando para que vivesse, trabalhasse e transitasse pelas áreas mais centrais da cidade, afastando-as cada vez mais para as periferias. Assim, o centro, objeto de investimentos urbanísticos e embelezamento arquitetônico, ficava “livre” para os passeios, a pé ou de automóvel (já mais comuns na cidade), sendo, inclusive, motivo de elogio de estrangeiros. Pode-se dizer que a pobreza, como é observável também na crônica de número 9341, não é agradável de se ter à vista, já que é “anti-esthetica” ²²¹.

3.3. Aplicação da sequência em sala de aula: análise de dados

A sequência didática²²² da presente pesquisa foi aplicada em sala de aula no período entre os meses de setembro e novembro de 2021. Ao todo, foram utilizadas oito aulas com a duração de cinquenta minutos cada. Abaixo podemos visualizar o cronograma de planejamento que foi seguido durante a aplicação do trabalho, seguido de alguns comentários sobre os vieses e os pontos interessantes observados ao longo desse período. Lembrando que, nesse momento os alunos já haviam sido apresentados ao projeto e, em conjunto com seus respectivos responsáveis, já haviam assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, requeridos pelo Comitê de Ética da Unicamp, o qual já havia aprovado a aplicação do estudo em sala de aula.

3.3.1 Aula 1: Apresentação da autora Julia Lopes de Almeida aos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental.

Nessa primeira aula, os alunos já haviam estudado sobre a Proclamação da República e os primeiros anos desse novo regime, podendo entrar em contato com um panorama

²²¹ *Idem. Ibidem.*

²²² O resultado da aplicação da sequência didática pode ser conferido no perfil da rede social Instagram com o nome de usuário “@lopes_dealmeida”, disponível no link: https://www.instagram.com/lopes_dealmeida/.

geral, o que geralmente é oferecido nos materiais didáticos para os anos finais do ensino fundamental. Também lhes foram apresentadas as propostas e os objetivos da pesquisa, com a qual haviam previamente concordado em participar.

É necessário levar em consideração que, nesse momento da formação escolar, os estudantes estão iniciando o contato com a literatura brasileira. Dessa forma, desconheciam a autora das crônicas que lhes seriam apresentadas. Por isso, além da biografia e obras de Almeida, se fez necessário uma breve introdução à história da Literatura Brasileira, desde o Império até a Primeira República, de forma a alocar a autora dentro do contexto histórico e literário que estava sendo vivenciado.

Destaca-se aqui a oportunidade (mesmo que o momento e a disponibilidade dos colegas não tenham permitido colocar em prática) de propor um trabalho multidisciplinar com os docentes de Literatura e Língua Portuguesa, o que não faria menos do que enriquecer o projeto como um todo. A importância de haver um especialista falando pode trazer novas percepções que, ao olhar do historiador, poderiam passar despercebidas. Além do mais, a interdisciplinaridade é uma forma de apresentar aos alunos que as temáticas não são desconexas, o que contribuiu para uma noção mais global do próprio currículo.²²³

Também foi nessa etapa do planejamento que os vinte e dois alunos puderam ter a autonomia de se dividir em cinco grupos de quatro a seis alunos cada, de modo a trabalharem com a crônica escolhida. Foi prezado pela autonomia dos estudantes para se dividirem e organizarem seu tempo, contudo, a docente responsável estabeleceu os prazos e o objetivo do trabalho, direcionando a sua execução pelos alunos.

3.3.2. Aula 2: Divisão das crônicas e tarefas a serem realizadas pelos grupos

Após estabelecermos os membros dos cinco grupos, realizamos a divisão das crônicas que cada grupo iria analisar e transformar em uma postagem da rede social *Instagram*. Os grupos foram apresentados às categorias de crônicas que a pesquisadora havia organizado e os alunos escolheram as que mais lhes chamaram a atenção. As datas de apresentação e

²²³ A própria Base Nacional Comum Curricular, no tópico “Base Curricular Comum e currículos” destaca que “decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem”: BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, MEC/SEF, 2017, p. 16.

discussão de cada crônica também haviam sido pré-estabelecidas. Sendo assim, a divisão ficou da seguinte forma:

Tabela 3 - Divisão das crônicas:

Grupo:	Crônica Designada	Data da Postagem	Data da discussão:
3	8874 - Crítica Social	17/09	10/09
4	9076 - Mulheres	24/09	17/09
5	9341 - Urbanização	01/10	24/09
2	9439 - Saúde Pública	08/10	01/10
1	9600 - Costumes	15/10	08/10

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode observar, a data da discussão da crônica, que é realizada de forma coletiva com a sala, é de uma semana antes da data limite da postagem no Instagram. Desta forma, o grupo tem uma semana para pesquisar imagens e elaborar o texto e materiais a serem utilizados. Porém, devido ao calendário escolar, as postagens ocorreram em datas diversas das previstas na tabela, o que foi facilmente adaptado.

Em seguida, foram designadas uma série de tarefas que os estudantes deveriam cumprir antes da postagem da primeira crônica:

Tabela 4 - Divisão de tarefas

Grupo:	Tarefa Designada	Data
1	Criar perfil no Instagram; criar biografia; escolher foto de perfil.	Até 15/09
2	Escolher paleta de cores; escolher fonte; montar estrutura do perfil	Até 15/09
5	Monitorar os acessos e o horário que melhor os posts ganham alcance.	Período todo
4	Criar modelos de artes no programa <i>Canvas</i> para usarmos nas postagens.	Até 15/09
3	Divulgar o perfil; escrever um texto curto padrão de divulgação.	Período todo

Fonte: Elaboração própria.

Cada grupo ficou responsável por uma das tarefas listadas acima. Essa divisão teve o objetivo de proporcionar que os estudantes tivessem autonomia e pudessem criar algo do zero, portanto a docente interferiu minimamente nesse processo.

Porém, ainda ficou como tarefa da professora orientadora fazer uma postagem de apresentação e a contextualização histórica depois de cada postagem dos alunos.

3.3.3 Aula 3: Discussão da crônica da edição número 8874 – Categoria: “Crítica Social”

Essa crônica entrou na categorização “Crítica Social” por tratar, principalmente, de um debate sobre a truculência policial na cidade do Rio de Janeiro. Tema esse que ainda se é muito discutido na atualidade e que os alunos já haviam tido algum contato. Nesse contexto é possível trazer notícias que tratam desse assunto para que os estudantes possam conseguir compreender como alguns temas e problemas cotidianos podem ter uma construção histórica, o que faz parte dos objetivos desse trabalho.

Salienta-se também que alguns grupos tiveram maior ou menor facilidade na adaptação das falas da autora para os dias de hoje e isso se deve ao fato de terem encontrado dificuldades na interpretação da crônica, portanto o trabalho com a fonte histórica foi essencial em cada um dos passos²²⁴.

Optou-se por usar um texto escrito na descrição, de forma a não descaracterizar a proposta de Julia Lopes de Almeida, mas auxiliada por uma postagem em carrossel, ou seja, uma série de imagens que contém texto, fotografias e caracteres diversos, como no exemplo abaixo:

²²⁴ Como referência metodológica da análise de fontes escritas, e em específico as crônicas, em sala de aula, se pode consultar “História na sala de aula: conceitos, temáticas e propostas”, por Carla e Jaime Pinsky (2010) e “Crônicas cariocas e o ensino de História”, por Magali G. Engel (2009).

Imagem 8 – Print Screen de página do Instagram



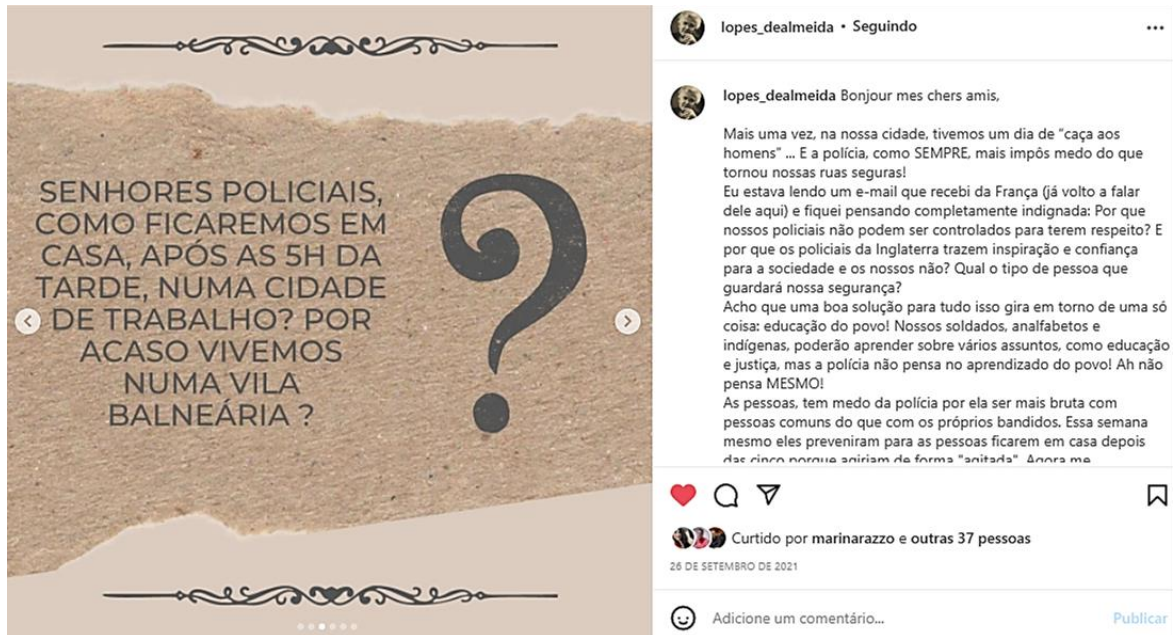
Fonte: https://www.instagram.com/lopes_dealmeida/

Imagem 9 – Print Screen de página do Instagram



Fonte: https://www.instagram.com/lopes_dealmeida/

Imagem 10 – Print Screen de página do Instagram



Fonte: https://www.instagram.com/lopes_dealmeida/

Imagem 11 – Print Screen de página do Instagram



Fonte: https://www.instagram.com/lopes_dealmeida/

Imagem 12 – Print Screen de página do Instagram



Fonte: https://www.instagram.com/lopes_dealmeida/

Imagem 13 – Print Screen de página do Instagram



Fonte: https://www.instagram.com/lopes_dealmeida/

Já o texto que acompanha a postagem no local da legenda, é de total responsabilidade dos alunos. Nessa primeira crônica temos o seguinte resultado:

Bonjour mes chers amis,

Mais uma vez, na nossa cidade, tivemos um dia de “caça aos homens” ... E a polícia, como SEMPRE, mais impôs medo do que tornou nossas ruas seguras! Eu estava lendo um e-mail que recebi da França (já volto a falar dele aqui) e fiquei pensando completamente indignada: Por que nossos policiais não podem ser controlados para terem respeito? E por que os policiais da Inglaterra trazem inspiração e confiança para a sociedade e os nossos não? Qual o tipo de pessoa que guardará nossa segurança?

Acho que uma boa solução para tudo isso gira em torno de uma só coisa: educação do povo! Nossos soldados, analfabetos e indígenas, poderão aprender sobre vários assuntos, como educação e justiça, mas a polícia não pensa no aprendizado do povo! Ah não pensa MESMO!

As pessoas, tem medo da polícia por ela ser mais bruta com pessoas comuns do que com os próprios bandidos. Essa semana mesmo eles preveniram para as pessoas ficarem em casa depois das cinco porque agiriam de forma "agitada". Agora me respondam: qual trabalhador consegue se trancar em casa antes das cinco da tarde? Nenhum.

E por conta disso ainda me peguei pensando o porquê os policiais usarem armas em uma cidade de trabalhadores...

Temos um povo que respeita quem for nos ajudar. Mas, parece que a polícia não foi feita para punir arruaceiros, nem para evitar que façam assaltos, mas sim para assustar as pessoas que andam na rua.

Para serem melhores que policiais, ela deve se constituir na força física e moral para manter a calma! Essa disciplina só será alcançada por meio da Educação nos quartéis, assim como vemos na Europa (lugar civilizado é outra coisa, né? rrsrrs).

Mas, pessoal, não se enganem... Lembram do e-mail que estava lendo? Pois é... Uma amiga me contou de uma execução pública que ocorreu na França essa semana. Quatro pessoas morreram e o povo todo aplaudindo e fazendo festa.... É, tem horas que a gente sente vergonha de ser gente...

À bientôt!

Julia Lopes de Almeida.²²⁵

Nota-se uma saudação e despedida em francês, elemento para demarcar o apreço pela cultura francesa presente no Brasil do início do século XX, no qual a língua francesa era ensinada nas escolas e poderia ser vista em livros, jornais, revistas e letreiros de lojas. Além disso, a identidade visual repleta de flores também é uma referência às preferências da própria autora, que sempre citava o cultivo de seu jardim, bem como exposições de flores e até mesmo escreveu um livro sobre jardinagem ²²⁶.

Após o trabalho com a primeira crônica ser concluído, a docente trouxe reflexões e referências sobre o contexto do Rio de Janeiro discutido pelo texto da autora. É importante dizer que todas as imagens, artigos e livros citados foram referenciados nos textos ou nas imagens da postagem²²⁷.

3.3.4 Aula 4: Discussão da crônica da edição número 9076 – Categoria: “Mulheres”

A segunda aula de discussão das crônicas permitiu levantar novamente tópicos contemporâneos, tais como a desigualdade de gênero. Além disso, foi possível tratar um pouco mais do trabalho da autora como pessoa influente em meio a seus leitores, uma vez que ela apresenta indicações de livros e apresenta sua opinião de forma clara. Sendo assim, no comentário da docente que precede a postagem dos alunos, esse assunto foi apontado:

Existem inúmeras coisas que chamam a nossa atenção na crônica de número 0976 de Julia Lopes de Almeida. Podemos falar da história dos parques de diversão, da influência francesa que circulava no Rio de Janeiro da Belle Époque, a diferenciação de leis para homens e mulheres e o próprio papel da mulher na sociedade. Porém, aqui nos focaremos na decisão do juiz João Marques e na exaltação da cultura francesa como dois pontos principais de debates.

²²⁵ Texto baseado na crônica da série “Dois dedos de prosa”, publicada pela escritora Julia Lopes de Almeida no jornal *O Paiz* em 19 de janeiro de 1909. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CUS2rQ-r5gn/>

²²⁶ ALMEIDA, Julia Lopes de. *Jardim florido*: jardinagem. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1922.

²²⁷ O suporte teórico para essa crônica pode contar com obras como: “*O cotidiano da repressão policial no Rio de Janeiro da Belle Époque*” (1902-1906), de Daniele dos Reis Crespo (2005), “*A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*”, de Marcos Luiz Bretas (1997) e “*Os bestializados*”, de José Murilo de Carvalho (1987).

Começamos pelo livro divulgado pela autora, ‘Corpo e Alma de Paris’, do escritor e diplomata Thomaz Lopes (Imagem 2). Inicialmente, é interessante falarmos que frequentemente Julia falava no texto de suas crônicas sobre livros, peças de teatro e exposições que frequentava. Em alguns dos artigos (como ela chamava seus textos) observamos o diálogo dela com seus interlocutores, no qual sugere que os próprios autores e leitores mandavam seus escritos para que ela opinasse sobre eles nesse espaço das terças-feiras do jornal *O Paiz*. Isso nos faz levantar a possibilidade de que a visão da autora estava em alta conta junto aos leitores do Rio de Janeiro e seu veredicto estava em alta conta na sociedade que lia. Lembra muito as influencers e *youtubers* que vemos nas redes sociais hoje, certo? Foi dessa característica que nasce a ideia do IG que criamos.²²⁸

No momento de debate com os alunos, foi levantado o termo “escritor- cidadão”, utilizado por Nicolau Sevcenko (2003) para definir a influência dos pensadores desse período da Primeira República, os quais com frequência estavam presentes nas páginas dos jornais. O termo foi debatido em contraposição ao papel do *influencer* atualmente²²⁹.

3.3.5 Aula 5: Discussão da crônica da edição número 9341 – Categoria: “Urbanização”

Na crônica da edição número 09341 encontramos uma temática mais próxima daquela que os livros didáticos propõem para discussão quando falamos do Rio de Janeiro na Primeira República. A urbanização está presente ao citarmos as reformas do prefeito Pereira Passos, portanto trata-se de assunto que provavelmente aparecerá nos livros didáticos e apostilas e o qual os alunos já estarão acostumados.

A crítica à feiura das áreas mais pobres que observamos nessa crônica coloca a autora em uma linha de raciocínio que está em concordância com a proposta da Reforma Pereira Passos. O fato chamou a atenção dos alunos, uma vez que haviam construído uma imagem de

²²⁸ JULIA LOPES DE ALMEIDA. *Dois dedos de prosa – Comentário da Crônica 0976*. Itapira, 12 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CU8fdFIL8c1>.

²²⁹ Para essa discussão, se recomenda a leitura de “*O feminismo possível de Julia Lopes de Almeida*”, por Leonora de Luca (1999), além da própria obra “*Literatura como missão*”, de Nicolau Sevcenko (2003).

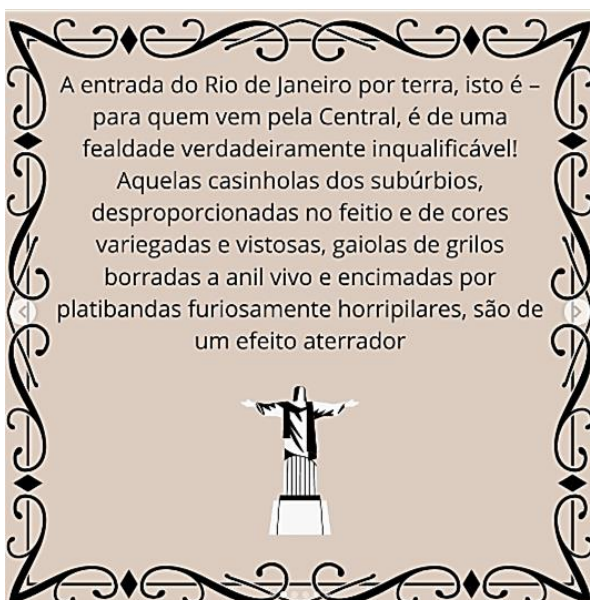
Almeida como “mulher à frente de seu tempo”²³⁰, o que proporcionou grande troca entre a classe sobre a complexidade da autora, conforme já foi mencionado nesse mesmo trabalho. O fato é que esse aspecto foi marcante para eles, o que os fez recortar e inserir nas postagens:

Imagem 14 – Print Screen de página do Instagram



Fonte: https://www.instagram.com/lopes_dealmeida/

Imagem 15 – Print Screen de página do Instagram



Fonte: https://www.instagram.com/lopes_dealmeida/

²³⁰ Como já citado anteriormente, o termo “à frente do seu tempo” foi debatido pela autora Magali G. Engel, em Julia Lopes de Almeida (1862-1934): uma mulher fora de seu tempo? *La Manzana de la discordia*, vol. 4, no. 2, 2009.

A temática do “progresso” proveniente da corrente positivista de Auguste Comte, a qual circulava no círculo intelectual carioca desse entre o final do século XIX e início do século XX, somada às reformas de Pereira Passos (1902-1906) se fizeram presentes por meio da ideia da autora sobre o que ela mesma compreendia como progresso:

Acostumados a compreender a capital paulista como uma cidade cinzenta, a ‘Terra da Garoa’, foi descrita como um local de arquitetura contemporânea e com grandes projetos paisagísticos, destacando suas árvores nativas. A autora teme estar cometendo injustiça, mas acredita que essa organização e padronização arquitetônica que encontrava em São Paulo, mas não se encontrava no Rio, fazia dela superior (...).

Talvez essa ideia venha justamente de como o progresso era encarado no período. A organização das cidades era vista como sinônimo de modernização e higiene, o que inclusive ajudava no combate de epidemias (...). Saneamento, arborização, embelezamento de vias, era assunto sério quando tratamos da Belle Époque. Uma cidade suja, feia (e porque não pobre) era vista com desgosto, porque no imaginário brasileiro, essas características a distanciavam da Europa.

Por isso o desgosto de Julia Lopes de Almeida ao ter de adentrar na Estação de Ferro Central do Brasil (...), anteriormente conhecida como “Estação Dom Pedro II”. A autora chama a atenção para como as casas da população mais pobre enfeiam a entrada do Rio de Janeiro por terra, o que vai de encontro com o ideal de urbanização propagado pela modernidade do início do século XX.²³¹

3.3.6 Aula 6: Discussão da crônica da edição número 9439 – Categoria: “Saúde Pública”

Dentre todas as crônicas debatidas em sala de aula, esta, pelo momento no qual o trabalho foi desenvolvido, é a que mais os alunos puderam relacionar com a realidade deles. A autora tece uma crítica ao serviço público de combate à febre amarela, chamado de “Serviço de Profilaxia”. Este serviço é bem debatido por historiadores e, de certa forma, faz-se um tanto

²³¹ JULIA LOPES DE ALMEIDA. *Dois dedos de prosa – Comentário da Crônica 09341*. Itapira, 30 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CVqWV6drzhn/>.

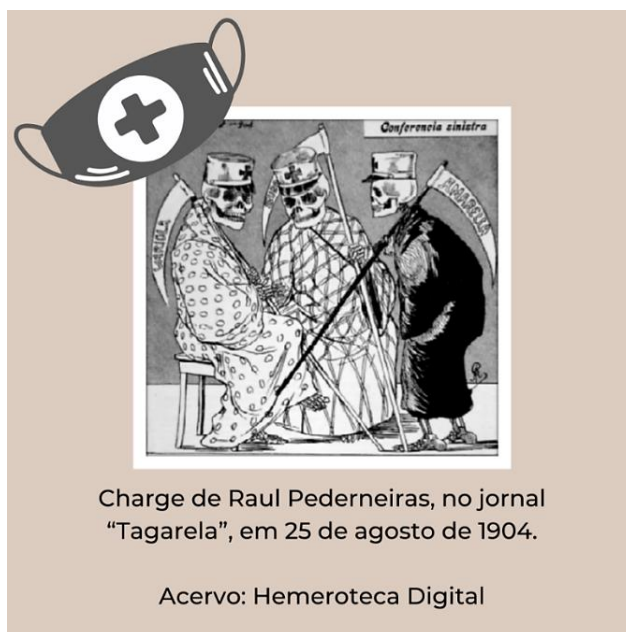
polêmico por conta do método truculento empregado contra a população pobre do Rio de Janeiro.

Em 30 de dezembro de 1902, por decreto, Francisco Pereira Passos foi nomeado prefeito do então Distrito Federal, o Rio de Janeiro, pelo presidente Rodrigues Alves, que prometia marcar seu governo pela modernização e pelo saneamento. Ocupou o cargo até 16 de novembro de 1906, quando foi sucedido por Francisco Marcelino de Sousa Aguiar. Durante seu mandato, o prefeito Pereira Passos realizou uma significativa reforma urbana na cidade.

Em 1903, um ano depois, Oswaldo Cruz foi convidado pelo então presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves, para o cargo de chefia da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP, órgão semelhante ao atual Ministério da Saúde). Sua missão era combater as epidemias que assolavam o Rio de Janeiro, capital do país e local do 3º maior porto das Américas.

A peste bubônica, varíola e febre amarela, principalmente, cunharam na bela cidade o estigma de “túmulo do estrangeiro”. Somente a febre amarela, entre 1897 e 1906 causou a morte de quatro mil imigrantes, além de ter matado outros tantos milhares de brasileiros. Em período de intenso fluxo migratório e comércio exterior em função da economia cafeeira, o sinistro rótulo era visto como fatal para os negócios²³²:

Imagem 14 – Print Screen de página do Instagram



Fonte: https://www.instagram.com/lopes_dealmeida/

²³²SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2003.

À DGSP cabia a execução de medidas sanitárias de enfrentamento de tais doenças. No combate à febre amarela, Oswaldo Cruz adotou uma série de ações pautadas na medicina microbiana – segundo a qual a doença era provocada por um vetor específico, no caso o mosquito *Aedes aegypti*, o mesmo que hoje ainda assola o país. Tais ações incluíam o isolamento domiciliar do doente e a desinfecção das habitações por brigadas de mata-mosquitos, que empregavam táticas militares de combate aos vetores e eram compostas por diversos profissionais: inspetores de saúde, acadêmicos, almoxarifes, guardas sanitários, carpinteiros e pedreiros, bombeiros, cocheiros, nomeados pelo inspetor do serviço e quantos mais trabalhadores fossem necessários.

Durante sua gestão, de 1903 a 1909, Oswaldo Cruz ampliou a competência da diretoria da DGSP, incorporando por decreto (nº 1.151, de 5 de janeiro de 1904) a polícia sanitária, a profilaxia geral e a higiene domiciliar. Foram criados o Serviço de Profilaxia da Febre Amarela e o Regulamento Processual da Justiça Sanitária, este último o órgão responsável pelos processos judiciais decorrentes da demolição de prédios e habitações considerados insalubres. Os cortiços, pequenas e humildes habitações alugadas a indivíduos ou famílias pobres foram os mais afetados pela política do governo²³³.

Grande parte das demolições ocorridas na cidade foi uma exigência da Prefeitura do Rio de Janeiro, outra importante força de transformação sanitária da cidade. Na época, estava em curso um grande processo de urbanização da capital conduzido pelo então prefeito Pereira Passos. Centenas de famílias foram afetadas por esse projeto de remodelação urbana. Foi neste momento, por exemplo, que vários candomblés estabelecidos no centro da cidade foram obrigados a se transferir para os subúrbios.

Para saneá-la e modernizá-la realizou diversas demolições, conhecidas popularmente como a política da “bota abaixo”, que contribuiu fortemente para o surgimento do Rio de Janeiro da Belle Époque, sendo a abertura da Avenida Central dos seus maiores símbolos. Mais de duas mil habitações e prédios comerciais vieram abaixo, sendo os seus habitantes mais pobres despejados sem destino e endereço pré-estabelecidos. O propósito não foi apenas estético e nem simplesmente em prol das condições de higiene; foi também econômico, pois era preciso facilitar o tráfego de mercadorias no entorno do porto, na Praça Mauá²³⁴.

²³³ *Idem. Ibidem.*

²³⁴ *Idem. Ibidem.*

E a medida foi eficaz (na perspectiva prática da questão), uma vez que a Febre Amarela se encontrava quase extinta no Rio de Janeiro nesse momento no qual a crônica foi escrita (1910). Além do mais, a crônica traz informações sobre como funcionava o sistema de saúde no Brasil, ao qual bem pouca responsabilidade ficava nas mãos do poder público. A autora aponta essa característica usando como exemplo o caso do combate a outra doença, a tuberculose:

Que se tem feito aqui para combater a tuberculose? Não sei; não se contando com a iniciativa particular, não sei nada. Portanto, não ha nessa questão da saude publica despesas a diminuir, mas despesas a accrescentar. Do céu venha o remedio, se não houver outros recursos, mas essa é que é a verdade. Clamemos por ella sem fadiga nem temor.²³⁵

De toda a forma, a crônica da edição de número 9439 é rica em possibilidades de trabalhos, não apenas nos estudos da Primeira República, a perspectiva de sua elite e a Revolta da Vacina, mas pode ser utilizada de forma a trabalhar com a historicidade dos papéis públicos e privados no Brasil e os aspectos sociais das grandes epidemias, além de ser uma interessante oportunidade de promover trabalhos interdisciplinares com os professores das áreas biológicas.

3.3.7 Aula 7: Discussão da crônica da edição número 9600 – Categoria: “Costumes”

Na última crônica trabalhada em sala de aula, temos um tema clássico da Primeira República, o qual são as regras de vestimenta para circulação de pessoas no centro da cidade do Rio de Janeiro. Mas, também apresenta uma perspectiva diferente de debate: a moda. Existe a possibilidade de trabalhar junto aos estudantes a forma como a estética²³⁶ se faz importante para uma cidade que tentava se consolidar como cartão postal do Brasil, equiparando-se a Paris, metrópole referência em moda até os dias atuais. Apesar de estar inserida em “Costumes” na classificação proposta por esse trabalho, assim como as outras quatro crônicas, ela oferece muitas outras possibilidades de abordagens, inclusive a perspectiva da crítica social, como por exemplo no trecho que diz:

²³⁵ ALMEIDA, Julia Lopes de. “Dois dedos de prosa”, *O Paiz*, Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1910, p. 1.

²³⁶ Para o trabalho com a perspectiva da moda, foi consultada a obra “Memória e Moda: novas relações, significados e modos de distinção no Rio de Janeiro de Pereira Passos”, por Luciana Quintanilha Andrzejewski (2006).

Está claro que eu não insinuo que andem todos bem vestidos! Comparo unicamente a população da minha cidade com a de outras capitães em que a vida não tem mais bem melhores recursos, e pergunto por que não poderá ella manter a mesma apparencia de limpeza, de dencia e dignidade nas suas classes trabalhadoras? Se a vida no Rio de Janeiro é tão cara que não permita aos que mais suam e mais se esfalfam a consolação ao menos de não apparecerem em publico como mendigos, semi-nús, fujaamos todos do Rio e vamos para os pobrez paizes da Europa, onde o trabalho sempre dará para a aquisição de laguns trapos limpos. Trabalhar sem regalias não é toleravel. E consumir todo o esforço physico em uma labutação pesada só para se não morrer de fome, não póde nem deve bastar a ninguém. Parece que é isso o que se dá aqui actualmente, e como tal situação não é comportavel, cuidemos de atinar com os remedios que a modifiquem.²³⁷

Sobre esse mesmo trecho, os alunos destacaram a passagem:

Imagem 17 – Print Screen de página do Instagram

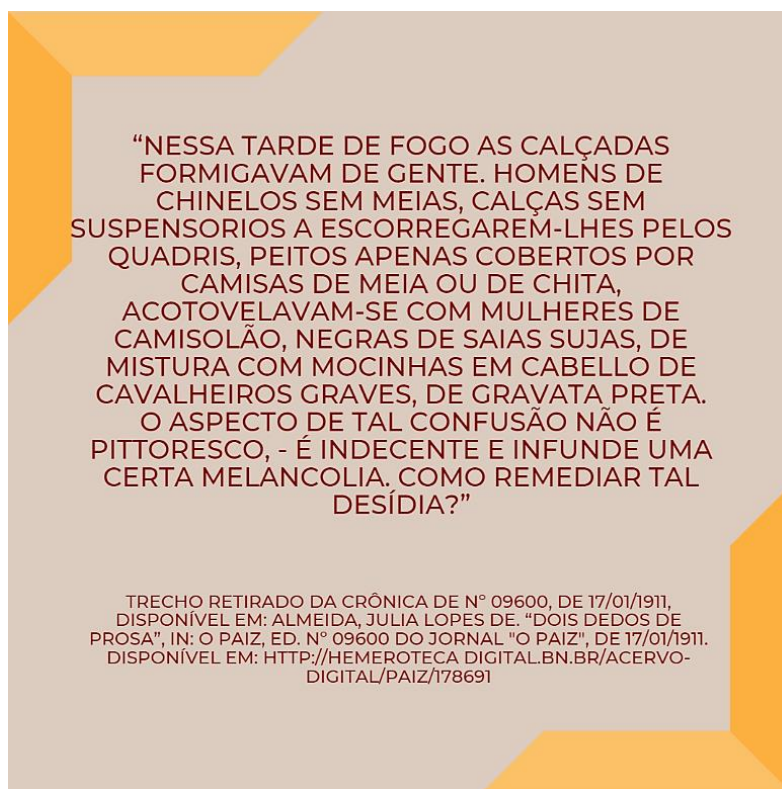


Fonte: https://www.instagram.com/lopes_dealmeida/

²³⁷ ALMEIDA, Julia Lopes de. “Dois dedos de prosa”, *O Paiz*, Rio de janeiro, 17 de janeiro de 1911, p. 1.

Julia Lopes de Almeida apresenta sua visão em prol ao código de vestimenta para a circulação no centro do Rio de Janeiro, mas, ao mesmo tempo, parece reconhecer que esse não é apenas um problema de etiqueta, mas de renda. Contudo, sua indignação para com as pessoas pareciam destoar da paisagem central, prevaleceu:

Imagem 18– Print Screen de página do Instagram



Fonte: https://www.instagram.com/lopes_dealmeida/

São assuntos atuais, que conversam com a realidade dos alunos e com a plataforma escolhida para a aplicação do produto dessa pesquisa, as redes sociais. Existe, nessa crônica em específico, a possibilidade de fazer um projeto à parte sobre a moda no Rio de Janeiro do início do século XX, a qual a bibliografia sobre o tema mostra que tinha características bem particulares, fazendo com que a cidade cumprisse com o papel das grandes metrópoles de ditar tendências diversas.

3.3.8 Aula 8: Encerramento da sequência didática e devolutiva dos alunos participantes

As aulas destinadas à aplicação do trabalho foram ricas de muitas maneiras. Pôde-se abordar discussões de problemas sociais que se fazem assuntos cotidianos atuais, como a violência policial, a desigualdade social desde o acesso à higiene e saúde, até à moda, trabalho e os papéis de gênero do início do século XX. Apesar de eles estarem ambientados no Rio de Janeiro, entre 1908 e 1912, foram assuntos que os alunos se deparam a todo o momento na realidade em que eles vivem, mesmo face a muitos privilégios dos quais gozam, além de também serem muito presente nas próprias redes sociais.

Durante a pandemia da Covid-19, a utilização das redes sociais cresceu sobremaneira²³⁸. Como uma das poucas conexões interpessoais que nos foi permitida devido ao isolamento social, nela circulavam dos mais diversos assuntos, desde os conteúdos criados com finalidade exclusiva de entretenimento, até mesmo as notícias sobre o que acontecia no Brasil e no mundo, tiveram ampla divulgação por essas mídias.

Sendo assim, os alunos consideraram que era o melhor momento para a realização do que havia sido proposto pela professora. Esse foi um dos principais pontos positivos apontados por eles na aula sobre a devolutiva daquilo que haviam construído. Além disso, a relevância e atualidade dos assuntos abordados também chamou a atenção deles, o que os fez questionarem a própria ideia de progresso, uma vez que muitos problemas sociais são visíveis até os dias de hoje, bem como alguns tem se agravado, tal qual a desigualdade social e a precariedade do planejamento urbano, por exemplo.

Já como pontos negativos, as escolhas de manter a escrita das crônicas como elas haviam sido publicadas nos jornais foi uma barreira difícil de ser ultrapassada. De fato, as maiores intervenções feitas pela docente pesquisadora foram requisitadas por conta da dificuldade encontrada em interpretar os textos que estavam em português do início do século XX. Contudo, essa dificuldade pode ser encarada como uma oportunidade para um projeto interdisciplinar sobre a recuperação da língua portuguesa em sua forma. Esse ponto poderá ser considerado em trabalhos futuros.

Além disso, outro fator que deve ser considerado é o momento de aplicação da sequência didática. Como pode ser observado, o número mínimo de aulas necessárias para a sua aplicação são oito aulas de cinquenta minutos cada. Em uma escola na qual se possui, como de forma costumeira, de duas a três aulas da disciplina de História por semana, se aplicado de forma corrida, o projeto teria a duração entre duas semanas e meia a três semanas.

²³⁸ Para mais dados sobre como a Pandemia de Covid-19 impactou o uso das redes sociais, consultar: MOTA, Inês M. P. M. da, *O Impacto da Pandemia na Utilização das Redes Sociais*. Dissertação de Mestrado em Gestão pela Católica Porto Business School, abril de 2022.

Contudo, optou-se por dedicar apenas uma das três aulas semanais de História dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental para a sua aplicação. A escolha deu-se por conta de como o material apostilado trabalhou a temática da Primeira República, o que ocorreu de forma diluída em recortes temáticos. Para continuar com o conteúdo programático do planejamento, acabamos optando por estender o trabalho em oito semanas, o que o deixou um tanto cansativo.

Mas, se faz importante dizer que essas escolhas podem ser adaptadas para cada realidade escolar do professor. Além do mais, esse modelo de proposta didática, que mistura as fontes históricas às redes sociais, pode ser modificado para se trabalhar com diversos tipos de fontes como fotografias, cinema, patrimônio histórico, bem como em outras redes sociais, a exemplo do *TikTok*, que vem ganhando cada vez mais espaço, principalmente entre os jovens em idade escolar. O emprego do *TikTok*, inclusive, foi sugerido pelos próprios alunos.

Considerações finais

Peter Lee (2016) argumenta que é possível enxergar a compreensão da História como contraintuitiva, já que precisamos, por vezes, abandonar a visão da sociedade e nossos próprios valores morais para tentar entender os daqueles que se está estudando. É contraintuitiva porque esse movimento é desafiador, já que antes de sermos historiadores ou alunos, somos seres humanos, com experiências de vida, inseridos em sociedades com culturas complexas, vivendo em períodos temporais específicos.

Contudo, ao se levar em consideração a teoria da consciência histórica de Rüsen, a vida prática não precisa, necessariamente, escapar à nossa visão da História, muito menos do ensino dessa disciplina na Educação Básica. A união entre a pessoa e o profissional, e entre o historiador e o professor, podem ser um caminho para se mudar a maneira com a qual se enxerga a razão de ser dessa área do saber.

Ao propor uma sequência didática que possa trazer um pouco da realidade dos alunos para a sala de aula, trabalhando um conteúdo programático que nem sempre sai dos vieses políticos e econômicos, por vezes tão distantes dessa faixa etária, pode ser visto como uma alternativa para o ensino de um período que também foi marcado pela renovação técnica, produção cultural, circulação de novas ideias, movimentos sociais e operários.

Em tempos de ensino por competências, aquilo que é mais característico de cada conhecimento pode ficar em segundo plano, justificado pelo argumento de que o ensino deve chegar a todos da mesma maneira, já que o direito à educação é um dos princípios constitucionais. O direito a uma Educação de qualidade deveria ser uma das primeiras pautas para buscar um país menos desigual, mas estabelecer metas “*a priori*” para o ensino, englobando todo o território nacional, pode dar espaço para que cada conhecimento perca parte de seu método próprio. Além disso, a perda das pluralidades regionais pode ser outro viés surgido dessa proposta.

Sendo assim, se faz necessário pensar ao menos em métodos diversos do ensino, aqui em específico da História, para que as muitas realidades dos alunos brasileiros possam ser minimamente incorporadas no seu processo de aprendizagem. Dessa forma, o trabalho apresentado procurou criar uma possibilidade para ensinar os complexos primeiros anos do regime republicano brasileiro, tomando a cidade do Rio de Janeiro como recorte de algumas

das mudanças que o novo regime político, e a virada do século XIX para o século XX, trouxeram na circulação de ideias da capital, utilizando o princípio da “aula histórica” ²³⁹.

Há ainda que citar uma tentativa de adentrar no movimento de resgate de uma importante autora do período: Julia Lopes de Almeida. A literatura e a imprensa, por meio do uso das crônicas, como fonte para o estudo da História não é algo inédito. Muito se tem escrito sobre a Primeira República a partir de reflexões e pontos de vistas de autores como Lima Barreto, Machado de Assis e João do Rio. Mas, Julia Lopes de Almeida apresenta uma novidade ainda pouco explorada no mundo acadêmico e educacional se levarmos em consideração sua relevância

A autora, que entrou para a lista de livros obrigatórios para o vestibular da Universidade Estadual de Campinas no ano de 2020 com seu romance “*A Falência*” (1901), teve expressiva publicação de romances, livros infantis, livros didáticos, peças de teatro, além da vasta contribuição em periódicos, mas sofre um processo de esquecimento, sendo resgatada apenas na década de oitenta do século XX, quando retorna ao interesse acadêmico por meio de pesquisadoras e editoras mulheres.

Contudo, por conta do prestígio que gozava como autora, dos círculos privilegiados pelos quais circulava no Brasil e na Europa e pela perspectiva de gênero e classe que acrescenta às análises do período (mesmo que sem intenção clara), inserir Julia Lopes de Almeida nos estudos sobre Primeira República ajuda a trazer certo frescor que, de tempos em tempos, deve ser considerado nas clássicas narrativas históricas.

Dentro da proposta que o trabalho se comprometeu a desenvolver e aplicar, esse novo cenário foi bem-vindo. Em um momento no qual todos os brasileiros estavam, ou deveriam estar, em isolamento social, as redes sociais ocuparam maiores espaços na vida das pessoas com acesso à internet. Usar essa ferramenta e adentrar na segunda sociedade na qual essa geração vive, cotidianamente, uma vida completa e permitir que, ao invés do contato passivo com as informações, pudessem criar conteúdo que fosse parte de seu processo de aprendizagem, mas, ao mesmo tempo, pedagógico para aqueles que entravam em contato com eles, foi enriquecedor.

Toda a etapa, desde a contextualização sobre o período, a biografia da autora, o contato com o tipo e o suporte das fontes utilizadas, bem como a produção da narrativa, usando a imaginação dos alunos para criar uma personagem atual para alguém que viveu há cem anos,

²³⁹ SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. *Didática reconstrutivista da História*. Curitiba: CRV, 2020.

serviu como forma de explorar o próprio método da escrita da História, adaptando-o aos objetivos pedagógicos de seu ensino na educação básica. A avaliação do aluno, portanto, decorreu de todo o processo, fazendo com que a aprendizagem se tornasse um fim em si mesma.

Além do mais, a proposta pode ser adaptada a outros contextos de tempo e lugar, com vários outros tipos de fontes, usando apenas esse modelo proposto, mas levando em consideração a realidade de cada sala de aula, estabelecendo as finalidades da prática de acordo com os levantamentos iniciais sobre a necessidade de cada turma, além dos prévios conhecimentos que aprenderam. Só assim é possível se aproximar um pouco mais da equidade de ensino, tão propagada pela legislação educacional, mas tão distante da realidade proposta por ela e da vida no meio Educacional.

Contudo, é necessário que a intervenção do professor se faça adequada às necessidades da turma, numa contextualização mais aprofundada ou no auxílio para que tenham condições de interpretar as fontes que lhes são propostas, algo que talvez requereria mais tempo do que o proposto por esta pesquisa. Como lembra Bittencourt (2008), o estudante do ensino básico e o historiador possuem objetivos muito distintos com relação à documentação. Esta que já nasce com propósitos próprios, os quais devem ser levados em consideração, não podem ser trabalhadas sem orientação ou com pressa, de modo a não se tornarem apenas um recurso didático meramente ilustrativo.

Trabalhar com crônicas e jornais, por fim, se faz um desafio à parte, não só pelo tempo escasso do qual o docente se vale em sala, mas porque é estar em contato com visões de mundo e redes de comunicação e poder que devem ser compreendidas pelo historiador-professor, o qual deverá, ao menos, chamar a atenção dos alunos para tais características, de forma a não caírem na armadilha da “história impossível”²⁴⁰, que nunca pode ser confiável, pois não foi presenciada pelas pessoas do presente. Qual lugar, então, melhor do que o cotidiano apresentado pelas crônicas que, semanalmente, marcavam a visão de seus autores, sujeitos de seu tempo, seja por personagens reais ou fictícios, para tornar novamente a História possível?

Para tanto, novamente retornamos à Schmidt e Rüsen, os quais insistem que o método histórico pode ser usado como metodologia didática da História e a vivência e interpretação do passado podem estar vinculadas ao presente no qual o aluno e o professor estão inseridos. Não porque a História é necessariamente a mestra da vida e nem porque ela está em função da cidadania. Mas porque ajuda a se construir identidade por meio da forma como esse

²⁴⁰ LEE, Peter. Literacia histórica e História transformativa. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 60, p. 107-146, abr./jun. 2016. p. 107-146.

passado é interpretado e usado como ferramenta para se pensar problemas presentes e futuros, contribuindo para que a própria experiência de vida dos agentes envolvidos na educação, aluno e professor, seja compreendida como vivência coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Periódicos

A MENSAGEIRA. Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional), 1897-1900.

O PAIZ. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional), 1884-1930.

Obras de Júlia Lopes de Almeida

ALMEIDA, Julia Lopes de. *A família Medeiros*. Florianópolis: Editora Mulheres, [1893] 2009.

_____. *Correio da Roça*. Florianópolis: Editora Mulheres, [1913] 2014.

_____. *Livro das donas e donzelas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

_____. *Livro das noivas*. 4.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, [1896] 1926.

ALMEIDA, Filinto, ALMEIDA, Julia Lopes de. *A Casa Verde*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1932

Referências bibliográficas:

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: A geração 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

ALMEIDA NETO, Antônio Simplicio. Há base para a Base Nacional Comum Curricular? *Jornal da Unifesp*, nº 13, ano 4, de abril de 2016.

AMED, J. P. Recepção das obras de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) na Primeira República. *Veredas*, v. 2, p. 17-33, 2019.

ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: Gazeta de notícias e a defesa da crônica. In *CONTEMPORÂNEA*, n.7, v. 2, 2006.

ASSIS, Machado de. *Bons dias!* Introdução, organização e notas: John Gledson. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2009.

_____, Machado de. *História de quinze dias*. Introdução, organização e notas: Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2009.

_____, Machado de. *Obra Completa*, 4 vols. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2008.

- _____, Machado de. *O futuro*. Introdução, organização e notas: Rodrigo Camargo de Godoi. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2009.
- AZEVEDO, Silvia Maria. Julia Lopes de Almeida conferencista. In: *Miscelânea*. São Paulo: Assis, v. 24, p. 165-177, jul. -dez., 2018.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: Imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vídeos de Leitura, 2000.
- BERNARDO, S. B. R. O ensino de História nos primeiros anos do Ensino Fundamental: a apropriação do livro didático. IN: *História & Ensino*, Londrina, v. 16, n. 1, p. 81-98, 2010.
- BERGER, Paulo. *A tipografia no Rio de Janeiro – 1808-1900*. Rio de Janeiro: Companhia Industrial de Papel Pirahy, 1984.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____, Circe Maria Fernandes. *O Saber Histórico em Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2004.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à Internet*. 2. ed. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, MEC/SEF, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº1, Brasília, *Diário Oficial da União*, Brasília, 29 de outubro de 2020, Seção 1, p. 103-106.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989* / Peter Burke; tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CANDIDO, Antônio. A vida ao rés do chão. In: *Para gostar de ler: crônicas*. São Paulo: Ática: 2003, p. 89-99.
- _____, Antônio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2011.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto (Coleção Repensando a História), 1988.

- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.
- _____, José Murilo. *Os bestializados*: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____, Michel. *Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. Editora Schwarcz. São Paulo 1996.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- _____, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.
- COSTUBRA, Deivid Ap. “*CONSELHO ÀS MINHAS AMIGAS*”: Os manuais de ciências domésticas de Júlia Lopes de Almeida (1896 e 1906). Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Estadual de São Paulo, Assis, 2011.
- DÁLMAS, C., & BORGES, E. D. C. (2016). BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E O ENSINO DE HISTÓRIA DAS AMÉRICAS. *Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História*, 13(21), 270–280.
- DARNTON, Robert. *A questão dos livros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____, Robert. *Boemia literária e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)*. Rio de Janeiro: FGV/FAPESP, 2000.
- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Vidas de Romance: as mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- ENGEL, Magali Gouveia *et al.* *Crônicas cariocas e o ensino de História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.
- _____, Magali Gouveia. Julia Lopes de Almeida (1862-1934): uma mulher fora de seu tempo? *La Manzana de la discordia*, vol. 4, no. 2, 2009.

- FAEDRICH, Anna. (2018). Memória e amnésia sexista: repertórios de exclusão das escritoras oitocentistas. *Letrônica*, 11(3), s164-s177. <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2018.s.30477>. Acesso em 20 de novembro e 2020.
- FAEDRICH A., & FANINI, M. A. (2020). *Entrevista com os netos de Júlia Lopes de Almeida: Claudio e Fernanda Lopes de Almeida*. Aletria: Revista De Estudos De Literatura, 30(4), 315-328. <https://doi.org/10.35699/2317-2096.2020.24495>. Acesso em 15 de janeiro de 2021.
- FAEDRICH, Anna; STASIO, Angela di; RIBEIRO, Marcus Venicio (Org.). *Dois dedos de prosa: o cotidiano carioca por Júlia Lopes de Almeida*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.
- FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: Ibrasa, 1993.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Existência ou inexistência de uma literatura especificamente feminina. *Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, jul./dez. 1982, v. 43, n.3-4, p.7-14.
- _____, Jeanne-Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- GLEDSON, John. *Machado de Assis: Ficção e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GODOI, Rodrigo Camargo de. José de Alencar e os embates em torno da propriedade literária no Rio de Janeiro (1856-1875). *Estudos Históricos*, v. 30, p. 573-596, 2017.
- _____, Rodrigo Camargo de. Autoria e responsabilidade jurídica na imprensa brasileira do século XIX. *Remate de Males*, Campinas-SP, v.43, n.1, pp. 55-81, jan. /jun. 2023.
- GOMES, A. M. C. *Essa gente do Rio*. Modernismo e Nacionalismo. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- LACERDA, Lílían de. *Álbum de leitura: memória de vida, história de leitores*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- LAEMMERT, Eduardo Von. *Anuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial do Districto Federal e Indicador para 1910*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 67º ano, 1910.
- LEE, Peter. Em direção ao conceito de literacia histórica. *Educar*, Curitiba, Especial, p. 131-150, 2006. p. 131-150.
- _____, Peter. Literacia histórica e História transformativa. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 60, p. 107-146, abr./jun. 2016. p. 107-146.

- _____, Peter. Nós fabricamos carros e eles tinham que andar a pé: compreensão das pessoas do passado. In: BARCA, I. (Org.). *Educação histórica e museus*. Braga: CIED, Universidade do Minho, 2003. p. 19-36.
- LUCA, Leonora De. O “feminismo possível” de Júlia Lopes de Almeida (1862 1934). *Cadernos Pagu*. Campinas, n.12, p.275-299, 1999.
- MANICA, Tatiana C. *O desejo e suas representações nas personagens femininas de Júlia Lopes de Almeida*. Tese de Doutorado em Doutorado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão-SC, 2018.
- MARRECO, Maria Inês de Moraes. A escrita de Julia Lopes de Almeida: Crônica. *Interdisciplinar - Revista de Estudos em Língua e Literatura*, São Cristóvão-SE, p. 91–102, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/interdisciplinar/article/view/4080>. Acesso em 10 de agosto de 2020.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*. Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.
- MATOS, J. S. *Ensino de História e aprendizagem histórica: diálogos com Paulo Freire*. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/6902>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim*. Uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- MOISÉS, Massaud. *A criação literária: prosa e poesia*. São Paulo: Cultrix, 2012.
- MOREIRA, Nadilza M. de B. *A crônica de Júlia Lopes de Almeida dialoga com o projeto de modernidade do Brasil republicano*. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/11044>. Acesso em 20 de julho de 2020.
- MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder*. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MOTA, Inês M. P. M. da, O Impacto da Pandemia na Utilização das Redes Sociais. Dissertação de Mestrado em Gestão pela Católica Porto Business School, abril de 2022.
- MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- MOUILLAUD, Maurice. O nome do jornal. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal*. Da forma ao sentido. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.
- MUZART, Z. L. Artimanhas nas entrelinhas: leitura do paratexto de escritoras do século XIX. In: Susana Bornéo Funck. (Org.). *Trocando idéias sobre a mulher e a literatura*. Florianópolis, SC: EDEME, 1994, v.1, p. 263-269.

_____. Histórias da Editora Mulheres. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, p. 103-105, 2004.

NEEDELL, Jeffrey D. *A Belle Époque Tropical*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

NERY, Gabriela. Literatos em escritórios de jornais: jornalismo, literatura e trabalho (1883-1908). *ARTCULTURA* (UFU), v. 23, p. 66-83, 2021.

_____, Gabriela. “Nós somos os últimos proletários do Brasil! ”: associativismo, imprensa e trabalho no Rio de Janeiro da virada do século (1880-1910). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 14, p. 1–21, 2022.

_____, Gabriela. Nos escritórios da rua do Ouvidor: a imprensa e o ofício dos jornalistas na passagem do Segundo Reinado à Primeira República (1875-1891). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 182, p. 111-138, 2021.

PESSANHA, Andrea Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro. 1884- 1888. Tese de Doutorado em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

PRESTES, G; JUNIOR, A. *Processo Ensino-Aprendizagem de História: Entendendo os conteúdos curriculares através de diferentes linguagens históricas*. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_hist_uenp_gersonprestes.pdf. Acesso em 25 de janeiro de 2020.

RAGO, Margareth; TREVISAN, Gabriela S. “A Mulher e a Arte” e a crítica feminista de Júlia Lopes de Almeida. *História: Questões & Debates*. Curitiba, v.67, n.1, p. 347-352, jan. /jun. 2019.

_____, Margareth. *Do Cabaré ao lar*. A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista 4a.ed.. 4a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

RIBEIRO, Cristiane. “Chegou a hora de na imprensa apresentar-nos”: mulheres e os óbices profissionais no jornalismo, Rio de Janeiro, século XIX. *Revista História* (São Paulo) (181). 2022. ISSN: 0034-8309. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/194296>. Acesso em setembro de 2023.

RIO, João do. Um lar de artistas. Disponível em: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=91476#UMLARDEARTISTAS>. Acesso em 20 de abril de 2021.

ROMERO, Silvio (Org.). Explicações indispensáveis. In: _____. *Tobias Barreto: vários escritos*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900.

RÜSEN, Jorn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão (1987). In: *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, p. 07 – 16, jul. -dez, 2006.

_____, Jorn. Tarefa e função de uma teoria da história. In: *Razão Histórica: Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UNB, 2010.

SALOMONI, Rosane Saint-Denis. *A escritora/os críticos/a escritura: o lugar de Júlia Lopes de Almeida na ficção brasileira*. Tese de Doutorado em Letras, Universidade Federal do Rio Grande de Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2005.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora dos Santos. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, C. M. F. *O saber histórico na sala de aula*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 54 66.

_____, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. *Didática reconstrutivista da História*. Curitiba: CRV, 2020.

_____, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; CAINELLI, Marlene. *Ensinar história*. 2 ed. São Paulo: Scipione, 2009.

_____, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão (org.). *Jörn Rüsen e o Ensino de História*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2003.

SHARPE, Peggy (org.). *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

_____. Júlia Lopes de Almeida. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*, v.2. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p.188-238.

SILVA, Giovanni C. Jornal o Paiz - intelectualidade e sociabilidade: formação de opinião, produção e circulação de ideias na constituição das elites brasileiras dos oitocentos. In: *Simpósio Nacional de História*, 29, 2017, Brasília. Disponível em: http://rj.anpuh.org/resources/anais/54/1488155926_ARQUIVO_Anpuh2017artigoJornalOPaiz_intelectualidadeesociabilidadeformacaodeopinioao,producaoecirculacaodeideiasnaconstituicaodaselitesbrasileirasnooitocentos.pdf. Acesso em 20 e maio de 2022.

SILVA, J. M. *As tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SILVA, Laila Correa, TREVISAN, Gabriela. Entre Brás e Guiomar: gênero e história das mulheres em Machado de Assis e Júlia Lopes de Almeida. *Revista Ars Historica*, nº 19, jul. /dez. 2019, p. 181-200. Disponível em:

http://www.ars.historia.ufrj.br/images/teste2015/19ed/ars_v19_ad08.pdf. Acesso em 05 de outubro de 2020.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Profissão Artista: pintoras e escultoras brasileiras entre 1884 e 1922*. São Paulo: EDUSP, 2008.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando a Educação: diversidade, descolonização e redes*. Editora Vozes: Petrópolis, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOIHET, Rachel. Comparando as escritas: Julia Lopes de Almeida e Carmen Dolores. In *CADERNO ESPAÇO FEMININO*, v. 9, n. 10/11, p. 85-107, 2001/2002.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo das letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: companhia das Letras, 1987.

TAMBA, Nahete de Alcântara Silva. Júlia Lopes de Almeida e sua trajetória de consagração em o país, 2015. 263 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. São Paulo: Vozes, 2012.

_____, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. In: *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: ANPED. n. 13, jan-abril. 2000, p. 5-24.

TELLES, Norma. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX*. São Paulo: Intermeios, 2012.

TREVISAN, Gabriela Simonetti. *A escrita feminista de Julia Lopes de Almeida*. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas, 2020.

VALENTE, João Carlos da Silva. Influenciadores digitais e o seu poder de influência no processo de decisão de compra e na construção da lealdade. Dissertação de Mestrado em Marketing e Negócios Internacionais. Coimbra, 113p., 2018.

VIANA, Lucialine Duarte Silva. *Fontes literárias e a construção de saberes históricos: uma proposta didático pedagógica no ensino de História*. Dissertação do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Tocantins, Araguaína-TO, 2016.

VIANNA, Lúcia Helena. *Poética feminista – poética da memória*. Labrys: estudos feministas. n.4, 2003. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys4/textos/lucia1.htm>. Acesso em 22 de outubro de 2020.

VISCARDI, Cláudia. Direitos políticos e representação no Brasil Republicano (1891-1934). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 9, p. 49-62, 2018.

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

_____, Virginia. Profissões para mulheres e outros artigos feministas. Porto Alegre: L&PM, 2012.

XAVIER, G. *Coisa de pele*: relações de gênero, literatura e mestiçagem feminina. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

ANEXOS

Anexo I: Crônica número 8874

DOIS DEDOS DE PROSA

Crônica de 19 de janeiro de 1909 - Edição 8874

Jornal O Paiz

Foi exactamente nos dias de agitação da ultima semana, em que a policia militar effectuava com desassombro o *sport* da macabra caça ao homem, pelas nossas praças e avenidas, que um telegramma da França civilizada veio consolar-me um pouco de certas idéas que ao meu patriotismo melindrado suggeriam essas correrias assassinas e desenfreadas.

Antes que a penna se me escorregue para o assumpto estrangeiro, deixem-me reflectir um pouco sobre os factos caseiros que nos interessam.

Qual será o meio de civilizar o nosso policial fardado, e de lhe transformar os impetos nativos em acções de prudência e de respeito alheio e proprio? Por que processos conseguiu a Inglaterra aquella sua policia modelar, que infunde a nacionaes e estrangeiros, quer estes vivam na sua capital a vida inteira, quer lhe atravessem em um dia apenas as suas ruas tumultuosas, uma tamanha confiança na justiça das autoridades e na ordem da sociedade?

Em que mão estará fechado o segredo da nossa tranquillidade de cidadãos?

Tudo isso tem resposta immediata: a educação do povo, de que saiu o soldado analfabeto; o espirito de ordem nos superiores, que não é apanagio de raça e se adquire pelo domínio da razão e da boa disciplina; o respeito á lei, o amor da humanidade e a imitação dos meios que aperfeiçoaram classes identicas em outros paizes mais cultos.

Nós temos entre nós a prova de que o povo respeita e obedece mais facilmente a quem procura convencer-o, do que a quem procura ameaçar-o. A policia civil creou já um prestigio que vale por uma dedução. Não será talvez difficil achar-se a razão da sua superioridade, para fazel-a imitada pela outra, a não ser que esta outra desapareça.

Porque, em boa verdade, não sei para que uma cidade de trabalho, uma cidade ordeira, precise de policia armada de carabinas e de lanças – offensivas mesmo quando não

estejam em atitude de aggressão. Mas, enfim, isto será talvez mal entender as coisas e não insistirei nesta passagem para fazer outras perguntas:

- Haverá escolas em nossos quartéis?
- Os soldados que sejam analphabetos antes de engajados, conservar-se-hão analphabetos depois?
- Nessas escolas a par do B-A-Ba, da taboada, dos exercícios de caligraphia, haverá prelecções sobre moral, sobre hygiene, noções de geographia, narrações de feitos historicos e altruisticos, desdobramento de idéas que aperfeiçoam os espíritos e dêem aos homens mais simples uma noção ampla da justiça, do respeito individual e da vida?
- Teremos o direito de exigir que um descendente de qualquer tribu indigena, nunca esclarecido pela luz dos livros, tenha a correcção e os sentimentos dos homens educados?
- Procurará o governo polir no quartel, que tantos bens sacrifica, a rudeza nativa desses homens destinados a manter a ordem e o respeito nas ruas de uma capital grande e complexa como é a nossa?
- Poderemos ficar tranquilos, sentindo a nossa vida e a nossa propriedade garantidas por indivíduos mais instinctivos que conscientes?

Quem me responderá?

O tempo e com urgencia; porque é impossivel que não se trate quanto antes de corrigir erros que nos aviltam e nos conservam em continuo sobresalto.

Não podemos viver em uma cidade como quem vive em uma floresta, ao acaso do encontro de animaes ferozes. A policia parece-me que não foi inventada para punir sumariamente arruaceiros e desordeiros, mas para evitar que eles commettam depredações e assaltos, e não ser mantida pelo povo pacifico para que ella o baleie e o alanceie nas suas crises de arrebatamento. O organismo da policia não póde ser só constituído pela força physica, mas tambem pela força moral, que dá prestigio, que mantém a calma na cólera, e a serenidade diante das provocações.

Certas qualidades, como a prudencia e essa mesma serenidade de animo alludida, raramente são naturaes nos individuos, mas obtidas pelo esforço proprio ou pelo ensinamentos e á boa disciplina.

Ellas devem fazer parte importante do programma dos quartéis policiaes, visto que a civilização das cidades se mede pela policia que ellas têm.

Na nossa, entretando, dá-se um phenomeno singular: quando ha desordens, arruaças ou revoltas populares, nunca os homens pacificos que as necessidades da vida obrigam a sair á

rua, temem os arruaceiros ou os revoltosos, mas sim a policia! É a policia, justamente encarregada e paga por eles para os defender, que lhes mette medo. E não se diga que esse temor é pueril, pois que ainda agora muita dessa gente pacifica tombou ferida pelas balas de soldados enfurecidos. Em um dos últimos dias desta agitação, as autoridades preveniram os cidadãos para que não andassem pelas ruas da cidade depois das cinco oras da tarde, pois que ellas iam “agir com energia”.

Como? Mas, se esta é uma cidade de trabalho, não é uma villa balnearia ou de pura villegiatura; ha dezenas de milhares de cidadãos a quem a vida obriga a andar pelas ruas da cidade depois daquella hora, e enquanto não tivermos abundantes e barata a viação aeria, assim terá de ser por muitos anos, e exactamente para nos garantir contra os desordeiros e malfeitores a qualquer hora do dia ou da noite, é que pagamos a policia.

Como tolerar então que essa mesma policia nos venha dizer que não podemos sair á rua a taes ou taes horas, sob pena de sermos victimas da sua energia?

É indispensavel que a nossa policia se transforme, que a tenhamos como uma garantia e não como uma ameaça, que ella seja para nós uma defesa e não um perigo, um elemento de vida e não uma possibilidade de morte. É preciso que não sejamos obrigados a fugir quando nos julgarmos em perigo.

Basta já que as turbas compostas de classes heterogêneas, as turbas movediças nos assustem e entristeçam de longe em longe com certas selvagerias inesperadas e vexatórias, como as relatadas na ultima semana, por um telegramma da linda França civilizada e que dizia assim:

“As quatro execuções capitães hoje effectuadas em Béthune, serviram de pretexto a uma especie de festa popular. Das circumvizinhanças da cidade, chegaram immensos curiosos para assistir ao sensacional espectáculo. Os cafés e botequins estiveram abertos a noite inteira.

O carrasco foi entusiasticamente aclamado pela multidão.

Os condemnados acreditam até á ultima hora que seria agraciados. As execuções duraram nove minutos. O primeiro condenado, Dervo, chegou ao estrado já meio morto de pavor, sendo necessario carregar-o nos ultimos momentos; Vromant e os dois irmãos Pollet mostraram-se mais corajosos. Abel Pollet gritou, antes do empurrão do carrasco: “Abaixo os padres! ”

A cada nova execução redobravam freneticamente os aplausos dos espectadores.”

Felizmente são raras, mas ha infelizmente horas na vida em que uma creatura humana, mesmo mediocrementemente boa, ou mediocrementemente educada, sente vergonha de ser gente. Que barbara, horrível e tenebrosa scena, essa narrada pelo telegramma de França!

Julia Lopes de Almeida.

Anexo II: Crônica número 9076

DOIS DEDOS DE PROSA

Crônica de 10 de agosto de 1909 – Edição 9076

Jornal O Paiz

Não, neste lindo sabbado de céu clemente e luz dourada, em vez de ir á exposição que ainda não vi, com uma amiga querida que as estas horas saboreia lá o seu chá, olhando para o mar da linda côr dos seus olhos; ou em vez de ir flunar para a Avenida, das quatro ás seis, para vêr as moças, conforme é do estylo dizer-se aqui; preferi ficar na minha cadeira de balanço, aspirando o aroma leve da roseira toda em flor do terraço e de um livro cheio de observação, de talento e de fantasia, que sustento nas mãos e a que Thomaz Lopes poz o nome de - *Corpo e alma de Paris*.

No seu estylo moderno, maleavel e impressionista, este chronista mostra-nos através de um nevoeiro delicado, que figura como o véo da fantasia sobre a nudez crua da verdade, do inesquecivel Eça, tão seu amado, as fórmas veneraveis dos grandes monumentos, as paisagens macias de parques e jardins, trechos de avenidas trepidantes de bulicio, figuras que passam, almas de velhos livros resuscitados pelo poder maravilhoso da imaginação excitada pelas leituras intensas da mocidade.

Graças á sua literatura, Paris é a terra de toda a gente. Se eu fosse parisiense viveria furiosa pela circumstancia da minha terra pertencer mais ao mundo inteiro que propriamente ao seu paiz. Realmente, Paris é do mundo; a França que se contente com Marselha. Para ella: *La Grande Cannebière*, para nós outros estrangeiros: - o boulevard!

Consulte-se a impressão de todos os moços intelligentes sobre a sua primeira chegada a essa cidade em que alguma coisa da sua vida parece vinculada, desde os mais remotos tempos dos seus antepassados pela circulação atravica do sangue ou pela transmissão moral do pensamento, e esses moços confessarão que ao pôrem pé no solo parisiense sentiram, a par de uma satisfação enternecida e profunda, uma grande anciedade de vêr tudo, de tomar posse, pela visão directa, de logares, de scenas e de coisas que já lhe pertenciam de longa data, não por photographia – mas por suggestão de espirito superiores e muito amados. A arvore da Liberdade plantada em França projectou a sua sombra benefica por todo o circuito do globo, e onde ella chega, chega aos homens o desejo de ir pisar a terra maravilhosa em que ella se enraizou.

Mal se apeou em uma estação de Paris, o escriptor brasileiro sentiu a febre de percorrer, embora ainda moido de uma viagem de muitas horas, tanto quanto pudesse dessa cidade milagrosa, complexa fonte do trabalho sério, do estudo creador, ao mesmo tempo que da graça, da frivolidade, do luxo, de tudo que seduz e seduzirá eternamente as almas.

Não importa a fadiga physica, o escriptor mal sucedido o pós das roupas, começa a percorrer avidamente avenidas e praças, á busca dos amigos: filhos de Balzac ou de Zola, de Victor Hugo ou de Maupassant, parando aqui para vêr correr sob a arcada de uma ponte evocadora as aguas verdes do Sena, ali, para tirar o seu chapéo ante o bronze de uma estatua de pensador ou de poeta, a quem a sua intelligencia deve alguma coisa: acolá, para fixar as agulhas de certas torres, os lampejos de ouro de algum zimborio, ou as paredes macissas e sombrias de um palacio historico, ou uma columna symbolica: estremecendo de curiosidade aos rumores alegres das vozes humanas e do rodar dos vehiculos que enchem a atmospha de dessa cidade que se lhe offerece, como um seio materno, doce, macio, consolador. Sem parar, enfiando a vista pelas portas das lojas, aguçando o ouvido ao rumor das aguas que jorram perennemente de enormes fontes porque passa, reconhecendo aqui uma porta de igreja, ali uma esquina de rua, elle segue, levado pela sua saudade e pela sua curiosidade, sonhando ante a visão de filas enormes de arvores veladas, adoçadas pelo vapor esbranquiçado da atmospha, em que se distinguem rosarios de luzes e mais luzes... e mais luzes!

Todas as bellas e grandes coisas de Paris são-nos mostradas neste pequeno livro de facil leitura, através do sentimento e da critica do seu autor, de um modo delicioso. O meu sabbado foi assim esta semana passada...em França!

E ainda não fui á exposição, o que não é de boa carioca, tanto mais que me tentam para isso os seus novos divertimentos, alguns ainda ineditos entre nós, segundo ouvi dizer.

Embora pareça um tanto pueril, confesso que em dias de pouca balburdia e fraca concurrencia, sinto um prazer quasi infantil ao experimentar a vertigem das montanhas russas e as commoções de outras brincadeiras equivalentes a essa. Parecerá a muita gente estúpido e ridiculo fazer uma viagem no tremzinho liliputiano que percorre o recinto da Praia Vermelha; pois isso ainda é para mim (ó milagres da conservação! motivo de distração e de riso. Se faço esta confidencia é com o proposito de animar muitas senhoras, que, por escrupulo, ou receio de serem notadas, deixam de acompanhar as suas filhas nesses divertimentos, contentando-se com o vêl-os de fóra, o que não é positivamente a mesma coisa. Satisfeita esta intenção amavel, quero reservar este fim de artigo para um cumprimento ao Sr. Dr. João Marques, supplente da 9ª pretoria, pela bella sentença com que absolveu uma desgraçada rapariga, ainda menor, do

triste furto de uma cadeia de relógio. Embora pareça paradoxal, a verdade é que a justiça é muitas vezes iníqua, mesmo quando é legal.

É preciso que um juiz tenha, a par de muita sabedoria, grandes instintos e superiores qualidades intelectuais, para lavrar as suas sentenças, não pelas folhas tantas e tantas do Código Penal, mas unicamente pelos dictames da sua bondade e da sua consciência.

Nesta sentença, mais uma vez, o Sr. Dr. João Marques estende a mão fraca da mulher o apoio da sua mão vigorosa.

“A lei feita pelos homens e posta em execução pelos mesmos homens, quasi sempre deixa ao desamparo a mulher...”

Foi essa iniquidade que o nosso – *bon juge* – já duas vezes reparou com a maior nobreza – abrindo as portas da prisão a duas delinquentes...desamparadas e mais infelizes do que criminosas.

Realmente, os indivíduos deste tempo não podem ser julgados pelo mesmo critério com que o eram os de outras sociedades muito mais atrasadas e muito menos complexas. Para serem justos, os juizes agora terão muitas vezes de fechar o Código e observar a vida com isenção e com bondade.

Foi o que fez o Dr. João Marques.

Julia Lopes de Almeida.

Anexo III: Crônica número 9341**DOIS DEDOS DE PROSA**

Crônica de 03 de maio de 1910 – Edição 9341

Jornal O Paiz

A entrada do Rio de Janeiro por terra, isto é – para quem vem pela Central, é de uma fealdade verdadeiramente inqualificável! Aquellas casinhas dos suburbios, desproporcionadas no feitio e de cores variegadas e vistosas, gaiolas de grilos borradas a anil vivo e encimadas por platibandas furiosamente horripilantes, são de um effeito aterrador, principalmente para quem traz na retina, ainda viva e fresca, a visão das casas de São Paulo, já não digo os palacios, de que tanto se ufanam os paulistas, e em que talvez haja um pouco de excesso na fantasia da sua architectura; mas principalmente nas casas de residencia particular, riscadas com habilidade por architectos de bom gosto e que dão ás alamedas da cidade um aspecto novo e muito interessane. É bem possivel que eu esteja dizendo uma herezia, preferindo o estylo paulista na architectura das habitações de menos opulencia, por apreciar nos grandes edificios linhas serenas, menos revoltosas e mais classicas, mas na verdade o que principalmente me seduziu na capital do grande Estado vizinho, foi o estylo original, novo, misturado, das suas *cottages*...cosmopolitas. Digo assim porque não parece que o estylo da architectura paulista tenha sido procurando no de outra qualquer nação; parece-me antes de um producto da terra, creado pela influencia de varias nacionalidades conjuntas e que transparecem nesta e naquella fachada, em um arco de janela, em um beiral estendido de telhado, ou na combinação das cores, vermelha dos tijolos com o reboco e a cal amarelada das paredes.

Ha casas que em certas particularidades nos fazem lembrar as habitações campestres da Belgica e da Hollanda, ao mesmo tempo que acordam a lembrança das da Allemanha ou da Inglaterra. Resulta de tudo isso um typo novo, que, se não dá sumptuosidade á cidade, dá-lhe poesia e distincção. É talvez devido a essa circumstancia que a mesquinha, mas aggressivamente feia casaria dos nossos suburbios dá, a quem vem de S. Paulo, uma idéa tão desagradavel e tão triste do Rio de Janeiro.

Está claro que não se póde exigir que os suburbios, logares da cidade habitados exactamente pela parte mais modesta da sua população, resplandeçam pela magnificencia dos seus parques floridos e dos seus palacetes, mas o que já póde exigir é que na sua simplicidade esses arrabaldes não offendam a vista de ninguem pelo mau gosto dos seus predios, mesmo

pequenos ou insignificantes. Cada bairro precisaria estar sujeito á jurisdição technica de um consultor de architectura, de modo a poderem ser evitados tantos disparates que por ahi se dão. Cada bairro tem a sua feição propria, com a qual deve estar de accordo a architectura das suas casas, grandes ou pequenas, guardando entre si uma certa harmonia de fôrma e de colorido, que antes acalme do que irrite os nervos de ninguem.

Se ao menos todas as ruas dos suburbios fossem arborizadas! Mas se o não são nem mesmo as de outras partes mais luxuosas da cidade, como poderíamos impor que o fossem as dessas bandas tão descuidadas?

A arvore é, entretanto, um recurso maravilhoso para o embelezamento facil e barato das vias publicas, e Deus sabe quanto as dessa zona batida de sol se sentiriam refrigeradas e agradecidas, se as ensombrasse com as copas redondas de arvoredos bem escolhidos.

Ahi está outra coisa muito bem estudada em S. Paulo e muito digna de chamar a attenção de todo o viajante curioso e de apurado gosto: a applicação das arvores no embelezamento da cidade. Parece-nos que não temos aqui applicada nas nossas praças e ruas; lá, a cada alameda, a cada rua e a cada avenida, corresponde, como toda a gente sabe, uma especie de planta differente, o que dá a cada uma dellas um aspecto diverso e encantador. Se uma rua é toda plantada de eucalyptus, magnificamente dirigidos e bem cuidados, já outra ostenta só magnolias, ou platanos, etc. E todas essas arvores, que inquestionavelmente representam um dos maiores encantos da cidade, estão limpas, correctas, escovadas, como quem acaba de fazer a sua *toilette* com todo o esmero e vaidade.

É provavel que a arborização de São Paulo consuma uma boa verba á sua prefeitura, mas ninguem que a veja considerará mal empregada semelhante despeza.

Ora, nós precisamos muito mais do que S. Paulo de um systema, o mais aperfeiçoado e o mais disseminado que nos for possivel, de arborização, primeiro, por que o nosso clima ardente precisa mais de sombras refrigerantes do que o clima frio da cidade a que alludo; segundo, porque as nossas edificações, mais tambem do que as de S. Paulo, lucrariam com o disfarce piedoso no véo de folhagens verdes das mimosas ou das acacias, que lhes attenuassem a disformidade de certas cimalthas pesadonas...

Felizmente, o amor á arvore começa a revelar-se tambem entre nós. Acabo de ler em uma das nossas folhas que a formosa Paquetá, onde ha as mais bellas e mais frondosas mangueiras que tenho visto, perola da Guanabara, ilha nascida para os sonhos da mocidade em um idyllo de amor, vai celebrar em um destes dias a sua festa das arvores.

Nesse dia aquellas aguas, que na sua placidez mais parecem doces que salgadas, reflectirão certamente, no tumulto das cores variegadas, as centenas de sombrinhas com que as cariocas se resguardem, debruçando-se das amuradas das barcas, para verem as praias brancas onde se estrellam altos coqueiros e as redondas e grandes pedras postas aqui e além sobre o cristal das aguas pela mão mysteriosa e artistica de algum deus marinho ainda (ilegível). Mas já Paquetá se não contenta só com as bellezas da sua natureza privilegiada; quer tambem gozar as sensações de arte e reclama conducção para, em noite de espectáculo, vir aos theatros!

E tem razão, porque a temporada que se annuncia para este anno deve abalar a curiosidade até do Dedo de Deus! Para ver Augusto Rosa, o finissimo actor de comedia, que ahi nos chega, com a companhia do D. A (ilegível), de Lisboa, vale a pena sujeitar-se uma creatura de bom gosto aos mais arduos sacrificios. Eu já estou antegozando o prazer intellectual de o ver e de o ouvir e, embora fosse moradora de Paquetá ou, ainda de mais lônge, da Piedade ou de Mauá, reclamaria da conducção aos barcos, só para vir applaudir nos seus papéis e nos seus monologos esse artista, considerado em sua terra como o mais illustre de todos os artistas dramaticos de actualidade no seu paiz.

E, além do theatro dramatico estrangeiro, nós teremos o nosso, peças escriptas ao influxo dos nossos costumes e do nosso clima, peças brasileiras destinadas a enriquecer a nossa literatura e a um novo filão, ainda pouco ou quasi nada explorado. E, além dos dramas e das comedias, eis que se abrem tambem as portas do Lyrico para a campanha Sanzoni, em que o barytono Eugenio Giraldoni fará estremecer o publico ao som da sua voz e da sua arte já famosas...

Realmente, com tantos atractivos, os theatros este anno terão os seu logares disputados, não nos causando espanto que até as sereias, que por ahi se disfarçam em botos, venham do fundo do mar ouvir os cantares inhumados de Tristão e de Isolda...

Julia Lopes de Almeida.

P.S. – Ás pessoas que me perguntam se deixei por completo ou se interrompi apenas a publicação do Correio da Roça, respondo que essa correspondencia será reencetada logo que se me offereça oportunidade para isso. A Isabel de Moura (Barbacena) e a João Prado (Belem do Descalvado) agradeço as indicações, promettendo aproveitá-las.

J. L. A.

Anexo IV: Crônica número 9349**DOIS DEDOS DE PROSA**

Crônica de 09 de agosto de 1910 – Edição 9439

Jornal O Paiz

Extinguir o serviço de prophylaxia da febre amarela? Mais jamais! Como diria um francez que se sentisse fortemente vinculado a esta terra pelo coração ou pela conveniencia. E nós então, que diremos? Eu, nascida aqui sob o terror das epidemias, criada ao som das vociferações contra a febre maldita, que uma vez me poz mesmo á beirinha do tumulto, exactamente na idade em que a vida me parecia melhor; eu que por causa della, que tanto nos deprimia e desacreditava no estrangeiro, tantissimas vezes discuti com estrangeiros sentindo fugir-me todos os argumentos de defesa da minha terra em que frente das suas accusações; eu que tantissimas noites passei em claro, andando do meu quarto para os quartos de meus filhos, a ver se estariam febris, a fazel-os cheirar phenol ou a enxotar mosquitos, sobresaltada a cada um dos seus suspiros, vendo a inimiga feroz em cada uma das suas mais insignificantes indigestões ou mais inesperados espirros; e, que senti minha existencia tantas vezes estragada pelo medo, um medo cobarde, doentio, aniquilador, de que tal moléstia me entrasse em casa, e me roubasse qualquer ente querido; eu, em memoria de todos os soffrimentos passados, protesto com a maior vehemencia, com todo o ardor, com todos os direitos de brasileira e de mãe de familia, contra a medida economica que o Sr. ministro do interior quer pôr em pratica supprimindo o serviço de prophylaxia da febre amarela.

Não, meu senhor; tudo menos isso. Se é verdade, o que ainda não creio, que tal idéa lhe tenha perpassado pelo espirito, conte desde já com a opposição de toda a gente, inclusive as mulheres, que desta vez não ficarão apathicas ante a visão do renascimento, mais tarde provavel, talvez mesmo inevitavel, de um mal que as affecta a ellas muito mais do que aos homens, porque são ellas principalmente as responsaveis pela hygiene e a felicidade dos respectivos lares.

Seria um desastre politico vergonhoso se, após tanto trabalho, tanta lucta, tanto estudo, e tanto dinheiro consumido para chegarmos ao resultado a que chegamos de tranquillidade e de salubridade, por um simples decreto se desmanchasse tudo e em poucos mezes ao primeiro descuido, a cegadora-metra, côr de gemma de ovo, entrasse com a actividade

pela cidade a dentro, como por sua casa, a dizimar a população, a aterrorizar as pobres mãis, a impedir a entrada de estrangeiros, a malsinar para sempre, definitivamente, a terra brasileira!

Não! O dinheiro do povo gasto com a saúde do povo, é gasto a seu contento. A prophylaxia não é inutil. Não deve ser suprimida.

Fique o senhor ministro sabendo, ou quem fez correr esse boato por sua conta, que o espantalho da febre amarela ainda projecta a sua sombra nas proprias plagas do Rio de Janeiro. Não se repara nisso, mas a realidade é que os estrangeiros que aqui aportam ainda não manifestaram inteira confiança no nosso clima. Estão sempre de prevenção, com medo ao assalto. a fama abominavel que as consecutivas epidemias deram a esta capital, provoca ainda um certo receio nos que a visitam.

Os estrangeiros recémchegados, embora o dissimulem, sentem-se mal a gosto... As nossas frutas saborosissimas parecem-lhes cheias de traições, olham para as sapotis e para as mangas com ar desconfiado e desdenhoso.. O orvalho das nossas noites mais socegadas goteja bilis, como se cada nuvem que se balança no espaço representasse um figado monstruoso atacado de molestia mortal; o pó das nossas ruas tem mais microbios que o de todas as outras cidades reunidas; o nosso sol, fal-os suar, menos de calor do que de apprehensões; a agua deliciosa, a agua leve e cristalina das nossas fontes, boa e pura como nenhuma outra, é sorvida aos poucos, em goles pequeninos, com precaução, no susto de que cada um delles seja o portador fatidico do mal pavoroso, e o mais agradavel sopro de brisa que encrespe a superficie da Guanabara ou faça rumorejar docemente as ramas das nossas mangueiras, é como um sopro do inferno, bafo cheio de miasmas, portadores da morte...

Em uns mais do que em outros, a verdade é que existe ainda nos estrangeiros, ou mesmo nos nacionaes vindos de fóra, uma certa apprehensão contra o nosso clima. E qual foi a causa dessa apprehensão?

A febre amarela. Sim, meu senhor: a febre amarela. Ella já se foi, mas a sua sombra ainda se não dissipou de todo e ha razão para que lhe façamos guerra ainda e por muito tempo: e que o exemplo da nossa tenacidade e do nosso esforço sirva a Estados brasileiros em que ella se quatelou para mal delles e.... de todos nós. Effectivamente, não basta ter expulsado a febre amarela da capital, é preciso expulsal-a do Brazil todo e redobrar de actividade para chegarmos a tal conclusão.

Estando no Pará, no Recife ou na Bahia, ella continúa em casa, e não lhe será difficil vir, por mar ou terra, quando bem lhe parecer, até ao cães do porto ou á Avenida Central... E então, adeus conquistas abençoadas do Dr. Oswaldo Cruz: adeus beneficios nunca assás

louvados, do governo Rodrigues Alves; adeus tranquilidade do de espirito das mães que já não andam atrás dos filhos para que elles não comam cajús quentes do sol, ou não brinquem ao anoitecer no jardim, ou vão para a escola á hora do calor pelo lado da sombra, e, sobretudo, adeus propaganda do Brazil na Europa, na Asia ou na propria Africa. Tudo ficará compromettido, inutilizado, perdido...

Mais uma vez: Não! A obrigação do governo é fortalecer cada vez mais as instituições que zelem pela saude publica. Uma boa estatistica sanitaria dá mais valor a qualquer cidade, do que tudo mais que della possam dizer de bem. Nós ainda gastamos pouco com a hygiene. Ahi está a tuberculose par ao provar. É outra inimiga encarniçada a guerrear, a guerrear sem treguas nem cansaço. Se para isso fôr preciso gastar muito dinheiro, gastemos. A economia taes casos é um crime pavoroso, indigno das nações civilizadas e dos governos habeis.

Que se tem feito aqui para combater a tuberculose? Não sei; não se contando com a iniciativa particular, não sei nada. Portanto, não ha nessa questão da saude publica despesas a diminuir, mas despesas a accrescentar. Do céu venha o remedio, se não houver outros recursos, mas essa é que é a verdade. Clamemos por ella sem fadiga nem temor.

Tratando de molestias e referindo-me a estrangeiros, acode-me á idéa a figura do medico italiano Dr. Pozzi, que veio mais uma vez vincular em meu espirito a convicção de que não são muito mais uteis os hospedes que nos molestem o amor proprio com uma ou outra censura, do que aquelles que não dizem se não vem de nós e de tudo que é nosso...

Foi graças á franqueza do actor Antoine, falando sem reboço, com sinceridade, das pessimas condições dos nossos theatros, em que os artistas não encontravam o menor conforto, que se pensou sériamente em dotar a cidade com um theatro bello e novo, á vista do que o actor Antoine deveria ter um retrato em uma das paredes do Municipal... Agora é, graças a um reparo franco e justo de um homem de sciencia italiano, o qual, como o artista francez, não tem o espirito adualdor, que a velha Faculdade de Medicina, feia, pobre, indigna da sua applicação, será substituida por uma outra escola em tudo moderna e em tudo perfeita. A sinceridade das opiniões traz sempre bom resultado. E ahi estão estes dois exemplos para o demonstrar. A nossa vaidade nacional arrepiase toda em face de certas censuras, mas o bom senso obriga-nos a calar-nos, sempre que ellas foram justa e a corrigir-nos, para que se não repitam.

É o que se vai fazer agora. Do casarão sujo e triste desta velha escola, cheia de tradições e de saudades, mas tambem cheia de immundice e de inconvenientes de toda a ordem, sugirá uma escola nova e modelar, a melhor do mundo, talvez.

Empenhemo-nos para que seja assim – a melhor do mundo! Para alguma coisa lhe deve servir o ser feita depois das outras...

Julia Lopes de Almeida.

Anexo V: Crônica número 9600**DOIS DEDOS DE PROSA**

Crônica de 17 de janeiro de 1911 – Edição 9600

Jornal O Paiz

Chegar-se ao Rio de Janeiro vindo-se de Petropolis, em uma tarde abracadora como a da ultima sexta-feira, é como que cair do paraíso no inferno.

Nunca as ruas da cidade nova me pareceram mais antipathicas. As proprias palmeiras do Mangue tinham um aspecto de sujidade e de tristeza; mas de maior abandono ainda era a apparencia da população que transitava pelas calçadas. Cahia a noite. Os homens voltavam dos seus afazeres. De cada bond repleto por que eu passada, via voltarem-se para fóra, á busca de ar, rostos congestionados, luzidios, cansadissimos, dos passageiros comprimidos nos bancos e abafados nas suas casimiras escuras. Mesmo de relance, mesmo sem os ouvir balbuciar uma só queixa, comprehendia-se perfeitamente o horror da sua situação. Estavam na fogueira desde manhã, já não podia tolerar os collarinhos, o chapéo côco, o casaco de lã, a atmospha de forno da cidade baixa.

Cada bond que passavam, assim repleto, acordava a idéa de um carcere ambulante, cujo estrado, gradeado, tivesse um fundo de brazas. Iam na grelha aquelles pobres senhores e aquellas damas de chapelão e leques incansaveis, nas mãos, aflictas.

Inda assim, essas eram as mais felizes, porque o bond sempre desloca um pouco de ar que refrigera quem nelle viaja. Mas os carroceiros com que volta e meia topavam naquella movimentada Senador Euzebio, caminho da estação da Leopoldina?

O typo do carroceiro do Rio de Janeiro sempre me infundiu um grande pavor. Vêr um homem a correr bem na frente de uma roda butal, muito maior do que ele, ao lado de animaes que de um momento para o outro podem inesperadamente acelerar a marcha em que caminham, é ter a impressão de ir assistir naquella hora mesmo a um desastre terrifico e aque alterará o meu soccego por muitos dias consecutivos. Nunca em cidade nenhum vi jamais coisa tão abominavel! Além da imminencia do perigo, que a vista de taes monstruosidades suggere, ella é profundamente anti-estehtica.

Não se riam: esta observação tem um alcance mais elevado do que parece. Os costumes das cidades, como os habitos dos individuos, devem guardar uma certa harmonia entre si. O sujeito de casaca e flor ao peito, que se apresentasse em um salão em tamancos, pareceria

a todos doido ou ridiculo; estou bem certa de que os proprios criados não o deixariam passar do vestibulo, aconselhando-o rudemente a ir calçar-se decentemente antes de se fazer annunciar aos donos do salão. Ora, carroças e carroceiros afiguram-se-me, nestas ruas asphaltadas e arborizadas do nosso Rio moderno, como tamancos grossissimos em soalhos encerados.

É tempo de que os poderes competentes tratem disso.

Os automoveis ahi estão promptos a substituir esses tremendos vehiculos de transporte. E exactamente contaram-me ha dias que a Alfandega que nos infelicita, grava com exagerados direitos os automoveis de carga, que um ou outro negociante trate de mandar vir da Europa... Deve haver por ahi um erro qualquer: ou de quem fez a lei, se ella é exacta, ou de quem me informou a seu respeito, se o não é.

Mas não são só os carroceiros, sejamos justos, que dão á cidade uma nota de desafinação irritante.

Já uma vez escrevi neste mesmo lugar a respeito do modo desrespeitoso e indecente por que certas classes cariocas se apresentam na rua.

Valeu-me isso varias cartas, umas anonymas, pejudas de ameaças, outras repletas de considerações; e entre muitas só uma de accordo com o meu modo de ver e de sentir. Paciencia. Nada disso fez com que eu mudasse de opinião, e quando saio do Rio, mesmo que por poucas horas, como na ultima sexta-feira, quando a elle volto mais se accentua em mim essa impressão de abandono, de verdadeiro desleixo de parte da sua população.

Nessa tarde de fogo as calçadas formigavam de gente. Homens de chinelos sem meias, calças sem suspensorios a escorregarem-lhes pelos quadris, peitos apenas cobertos por camisas de meia ou de chita, acotovelavam-se com mulheres de camisolão, negras de saias sujas, de mistura com mocinhas em cabello de cavalheiros graves, de gravata preta.

O aspecto de tal confusão não é pittoresco, - é indecente e infunde uma certa melancolia. Como remediar tal desidia?

Por mais indisciplinado que seja um povo, elle é obrigado a comprehender que a liberdade tem limites e que todo o individuo tem de ter contemplações para a sociedade em que vive.

Nas cartas que recebi quando tratei deste assumpto, sem em nada cooperar infelizmente para, o melhorar, perguntavam-me algumas pessoas como poderia eu querer que andassem todos bem vestidos na rua, sendo a vida no Rio tão cara e a sua população tão pobre?

Está claro que eu não insinuo que andem todos bem vestidos! Comparo unicamente a população da minha cidade com a de outras capitaes em que a vida não tem mais bem

melhores recursos, e pergunto por que não poderá ella manter a mesma apparencia de limpeza, de decencia e dignidade nas suas classes trabalhadoras? Se a vida no Rio de Janeiro é tão cara que não permitta aos que mais suam e mais se esfalfam a consolação ao menos de não apparecerem em publico como mendigos, semi-nús, fujaamos todos do Rio e vamos para os pobrez paizes da Europa, onde o trabalho sempre dará para a aquisição de alguns trapos limpos. Trabalhar sem regalias não é toleravel. E consumir todo o esforço physico em uma labutação pesada só para se não morrer de fome, não póde nem deve bastar a ninguem. Parece que é isso o que se dá aqui actualmente, e como tal situação não é comportavel, cuidemos de atinar com os remedios que a modifiquem.

Quem descobrirá o unguento milagroso para a cura de semelhante chaga? Que o digam os sabios da escriptura.

Estas impressões não são nascidas de má vontade nem de antipathias para com as classes pobres da cidade, como da outra vez me accusaram. Ao contrario, o meu desejo seria ver em toda a gente da nossa cidade o ar de asseio e de bem estar que torna as populações attrahentes e respeitaveis. De mais a mais ninguem me convencerá de que os meios de que dispõem no Rio, carregadores, carroceiros, etc., não dêem para a compra de blusas, como as que usam os seus collegas em outras cidades, em que, entretanto, têm menores lucros. Aqui mesmo ha um exemplo a apresentar nesse sentido: o dos carregadores da Central, cujo uniforme é bem conhecido.

Tudo depende do habito e da educação. Não vemos caixeirinhos, que muitas vezes não ganham mais de cincoenta mil réis mensaes, andarem calçados e limpos? Mas deixem-me retomar o meu assumpto.

O contraste do Rio, afogueado por uma temepratura de trinta e dois graos, com a da fresca e suave Petropolis, vestida de gortencias azues e toda perfumada pelas suas lindas magnolias em flor, deu-me a esse dia de calor a impressão inesquecivel de um quadro vivo, apenas interrompido por uma linha verde de mattaria, em que numa parte a vida humana fosse creada para as doçuras do amor e do extase, e na outra, para as aguras do trabalho e do esforço imcompensado.

Uma antiga moradora de Paula Mattos escreve-me lamentando-se de que seja tão má a subida para aquelle morro, pelo lado da rua Frei Caneca. Deve ser alguma senhora idosa, cuja saude não comporte caminhadas por ladeiras mal calçadas. Pede-me essa doce alma que

intervenha, para que a Prefeitura corrija os estragos feitos pelo tempo e as enxurradas, naquella recanto humilde a cidade.

Aqui estou eu cumprindo o seu desejo. Agora ha só uma duvida, minha senhora: é que a Prefeitura me atenda...

Apesar de ainda não ter visitado a exposição de Calisto Cordeiro, prazer que me reserva para hoje, quero neste desalinhavado fim de chronica felicital-o pelo successo que, segundo me dizem todos os que a têm visto, ele alcançou entre nós.

Julia Lopes de Almeida.